

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS**

JULIEN MARCEL DEMEULEMEESTER

DÉJÀ VU:
**O BRASIL E A REVITALIZAÇÃO DE UMA CONDIÇÃO HISTÓRICA DE
DEPENDÊNCIA MOTIVADA PELA ASCENSÃO CHINESA**

**Porto Alegre
2015**

JULIEN MARCEL DEMEULEMEESTER

DÉJÀ VU:

**O BRASIL E A REVITALIZAÇÃO DE UMA CONDIÇÃO HISTÓRICA DE
DEPENDÊNCIA MOTIVADA PELA ASCENSÃO CHINESA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Estudos Estratégicos Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. André Moreira Cunha

**Porto Alegre
2015**

CIP - Catalogação na Publicação

Demeulemeester, Julien Marcel

Déjà vu: O Brasil e a revitalização de uma condição histórica de dependência motivada pela ascensão chinesa / Julien Marcel Demeulemeester. -- 2016. 149 f.

Orientador: André Moreira Cunha.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Ascensão chinesa. 2. Pensamento desenvolvimentista. 3. Impactos. 4. China. 5. Brasil. I. Cunha, André Moreira, orient. II. Título.

JULIEN MARCEL DEMEULEMEESTER

DÉJÀ VU:

**O BRASIL E A REVITALIZAÇÃO DE UMA CONDIÇÃO HISTÓRICA DE
DEPENDÊNCIA MOTIVADA PELA ASCENSÃO CHINESA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Estudos Estratégicos Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 18 de novembro de 2015.

Prof. Dr. André Moreira Cunha - Orientador
UFRGS

Prof. Dr. André Luiz Reis da Silva
UFRGS

Prof. Dr. Julimar da Silva Bichara
UAM

Prof. Dr. Marcos Tadeu Caputi Lélis
UNISINOS

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. André Moreira Cunha, por sua valiosa contribuição, pela atenção dispensada e, principalmente, por sua paciência e disponibilidade de me orientar nesta dissertação e em trabalhos anteriores. Embora eu não tenha estado no Brasil durante parte do período de produção do trabalho, o Prof. André sempre esteve disponível para conversas virtuais e se estas não foram mais frequentes é por falha minha.

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul e ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais que, em sua figura institucional e na figura de seus professores, proporcionaram um ambiente acadêmico de excelência que decisivamente contribuiu neste começo de caminhada como pesquisador.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Finanças da Universidade de Pequim por ter me acolhido e me apoiado neste projeto de pesquisa. Agradeço também aos professores e colegas deste programa, que serviram como importante fonte de conhecimento para a realização deste trabalho.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao *China Scholarship Council* (CSC) por terem concedido bolsa de estudos que permitiu dedicação integral às atividades de pesquisa, sem a qual este trabalho não teria sido possível.

Agradeço à minha família e amigos pela compreensão, apoio e paciência. Agradeço aos meus pais por terem me ensinado o quão valioso é o conhecimento. Agradeço à minha irmã por sua fraternidade. Agradeço à Jing por estar sempre presente durante o processo de desenvolvimento desta dissertação e por ter me apoiado quando precisei.

Por fim, saliento que as opiniões contidas neste trabalho não necessariamente refletem a opinião das instituições a que estou vinculado e que todas as limitações e quaisquer aspectos negativos desta dissertação são de minha inteira responsabilidade.

"Jamais existe entre passado, mesmo passado longínquo, e tempo presente uma ruptura total, uma descontinuidade absoluta ou, se preferirem, uma não-contaminação. As experiências do passado não cessam de prolongar-se na vida presente, de a fecundar."

(Fernand Braudel, 1987)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo principal estudar os impactos que a ascensão chinesa e o estreitamento das relações sino-brasileiras imprimem no Brasil, utilizando como suporte teórico o pensamento desenvolvimentista latino-americano e depositando especial atenção no período pós-2001. A escolha deste marco teórico se deve ao fato de que a evolução da dinâmica do relacionamento sino-brasileiro traz à tona uma série de características estruturais de dependência caracterizadas pelos pensadores desenvolvimentistas latino-americanos. A hipótese do presente trabalho é que a ascensão chinesa e o estreitamento das relações sino-brasileiras imprimem externalidades contraditórias sobre a economia brasileira, cujos efeitos transitam entre as dinâmicas cooperativa/complementar e competitiva/concorrente. Argumenta-se que, no curto prazo, a crescente demanda por bens primários e o aumento do influxo de investimentos tem trazido dinamismo à economia brasileira, ao financiar um ciclo virtuoso de crescimento com baixa vulnerabilidade externa. Porém, no longo prazo, a China alimenta o risco de uma tendência regressiva de especialização da estrutura produtiva brasileira em produtos primários e uma concorrência ao setor manufatureiro do Brasil, que tem percebido ameaça crescente tanto em seu mercado doméstico quanto em suas exportações para terceiros mercados. Essas perspectivas caracterizam dois lados da mesma moeda, envolvendo uma tensão entre o otimismo e a angústia que o rápido aprofundamento das relações sino-brasileiras produziu. O presente trabalho contribui para a literatura ao utilizar a perspectiva da Economia Política Internacional para aproximar as dimensões econômicas e políticas, além de considerar as perspectivas da literatura chinesa sobre o tópico, no intuito de alcançar uma compreensão mais completa da dinâmica das relações sino-brasileiras. O estudo justifica-se pela gravidade dos riscos oriundos dos impactos que o Brasil vem sentindo em decorrência da ascensão chinesa e pela necessidade de maior reflexão sobre estes impactos em razão de seus potenciais efeitos sobre as perspectivas de desenvolvimento de longo prazo do país.

Palavras-chave: Ascensão chinesa. China. Brasil. Pensamento desenvolvimentista.

ABSTRACT

This dissertation aims to assess the impacts that China's rise and the strengthening of sino-brazilian relations has brought to Brazil, using the Latin-American developmentalism school thought as a support and focusing on the post-2001 period. The choice of this theoretical framework is due to the fact that the evolution of the sino-brazilian relations is following a pattern that closely resembles to the structural dependence characteristics portrayed by the developmentalism school. The hypothesis that guides the research is that China's rise and the expansion of sino-brazilian relations draws contradictory externalities on the Brazilian economy, whose effects navigate between cooperative/complementary and competitive/concurrent dynamics. This dissertation argues that, in the short-term, the increasing demand for primary goods and the expansion in the inflow of investments has brought dynamism to the Brazilian economy, while it contributes to a virtuous cycle of growth with low external vulnerabilities. However, in the long-term, the pattern of relations developed with China intensifies the risk of a tendency of regressive specialization of the Brazilian productive structure in primary products, while it also poses a risk of increasing competition to the manufacturing sector, both in the domestic market and on its exports to third markets. These perspectives characterize two sides of the same coin, as it involves a tension between the optimism and the pessimism of the rapidly expanding relations between China and Brazil. This dissertation contributes to the literature by adopting an International Political Economy approach, seeking to bridge the gap that separates the political and economic dimensions of most analyses on the topic, whilst also taking into consideration the perspective of the Chinese literature, in order to achieve a broader and more comprehensive understanding of the dynamics of the sino-brazilian relations. The research is justified by the severity of the risks that may arise from China's rise and by the necessity of further reflection of the potential impacts brought to Brazil and their effects on the long-term developments of the country.

Keywords: China's rise. China. Brazil. Developmentalism school.

摘要

本论文旨在探讨中国的崛起以及中国-巴西两国关系的深化对巴西的影响，论文以拉丁美洲发展主义课程论为指导，着眼于 2001 年至今这段时间。选择这个理论框架是因为中巴关系的演变方式与发展主义课程论所描绘的结构性特征十分相似。研究基于这样一个假设，既中国的崛起与中巴关系的深化给巴西经济带来了：合作、互补、竞争等多元化影响。本文认为，在较短时期内，对初级产品的需求以及投资的不断增加将为巴西经济注入活力，在低迷的状态中创造一种愈发良性的循环。然而，从长远来看，中巴关系的这种发展模式削弱了巴西生初级产品的生产专业化，而日益激烈的竞争也给制造业带来了更大的风险。中巴关系的深化既带来积极的影响，然而也有负面的作用。本文从国际政治经济学角度出发，考虑政治与经济双重因素，参考中国学术理论，旨在加深在该问题领域上的理解与分析。研究此问题的原因是中国崛起可能给巴西在长期发展过程中带来的政治方面的严重影响。

关键词：中国的崛起；中国；巴西；展主义课程论。

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Estratégia da Pomba da Paz	74
Gráfico 1 -	Participação de economias selecionadas dentro da corrente de comércio brasileira de 2001 a 2014	78
Gráfico 2 -	Índice de Intensidade de Comércio da China com regiões selecionadas entre 2001 e 2013	79
Gráfico 3 -	Evolução da corrente de comércio bilateral entre Brasil e China de 1991 a 2014	80
Gráfico 4 -	Evolução da participação chinesa e mundial dentro da corrente comercial brasileira de 2001 à 2014	81
Gráfico 5 -	Evolução da participação brasileira e do mundo dentro da corrente de comércio chinesa de 2001 à 2014	82
Gráfico 6 -	Importações chinesas de bens primários de regiões selecionadas	83
Gráfico 7 -	Crescimento do fluxo de IED com destino ao Brasil de 1970 à 2013	84
Gráfico 8 -	Valor e Número de Investimentos Chineses Anunciados e Realizados de 2007 a 2013	89
Gráfico 9 -	Valor e Número de Investimentos Chineses Realizados por Setor de 2007 a 2013	90
Gráfico 10 -	Investimentos Chineses por Região de 2007 a 2013	91
Gráfico 11 -	Evolução das exportações brasileiras à China decompostas por intensidade tecnológica de 2001 à 2014	97
Gráfico 12 -	Evolução das importações brasileiras da China decompostas por intensidade tecnológica de 2001 à 2014	98
Gráfico 13 -	Saldo comercial do Brasil com a China decomposto por intensidade tecnológica dos setores de 1998 à 2014	99
Gráfico 14 -	Evolução das exportações brasileiras decompostas por intensidade tecnológica a destinos selecionados em anos selecionados	101
Gráfico 15 -	Exportações brasileiras ao mundo decompostas por intensidade tecnológica de 2001 à 2014	102
Gráfico 16 -	Evolução do poder de compra das exportações de regiões selecionadas entre 2000 e 2014	102

Gráfico 17 - Participação das exportações do Brasil e da China nas importações de bens manufaturados de países selecionados de 1995 à 2014	105
Gráfico 18 - Índice Herfindahl-Hirschman de Concentração das Exportações	107
Gráfico 19 - Índice de Complementaridade de Comércio do Brasil e China com Economias Selecionadas entre 1995 e 2013	108
Gráfico 20 - Número de produtos exportados por Brasil e China aos três maiores parceiros comerciais brasileiros.....	110
Gráfico 21 - Crescimento do PIB chinês decomposto em consumo, investimentos e balança comercial.....	116

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Distribuição geográfica dos IEDs chineses e mundiais e intensidade de investimentos	86
Tabela 2 -	Fluxos de IED chineses ao Brasil na ótica de diferentes organizações (em US\$ milhões)	88
Tabela 3 -	Perdas de mercado para a China das exportações brasileiras de produtos manufaturados em economias selecionadas.....	111
Tabela 4 -	Evolução da participação chinesa na pauta comercial brasileira.....	141
Tabela 5 -	Evolução da participação brasileira na pauta comercial chinesa.....	141
Tabela 6 -	Participação chinesa nas importações mundiais de <i>commodities</i> selecionadas em 2014.....	142
Tabela 7 -	Dados brutos do comércio bilateral entre Brasil e China	143
Tabela 8 -	Dados brutos da balança comercial sino-brasileira decomposta por intensidade tecnológica	144
Tabela 9 -	Dados brutos da participação de economias selecionadas na corrente de comércio do Brasil	145
Tabela 10 -	Dados brutos da evolução do índice de termos de troca.....	146
Tabela 11 -	Dados brutos do índice de complementaridade de comércio.....	147
Tabela 12 -	Dados brutos do índice de concentração de comércio	148
Tabela 13 -	Dados brutos do índice de intensidade de comércio	149

LISTA DE ABREVIATURAS

ALADI	– Associação Latino-Americana de Integração
ALCA	– Área de Livre Comércio das Américas
ASEAN	– Associação de Nações do Sudeste Asiático
BC	– Banco Central
BID	– Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	– Banco Mundial
CASS	– Chinese Academy of Social Sciences
CEBC	– Conselho Empresarial Brasil-China
CEPAL	– Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CMS	– <i>Constant Market Share</i>
CNI	– Conselho Nacional das Indústrias
CSN	– Conselho de Segurança Nacional
FMI	– Fundo Monetário Internacional
ICC	– Índice de Complementaridade de Comércio
IED	– Investimento Estrangeiro Direto
IHH	– Índice Herfindahl-Hirschman
IPEA	– Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MERCOSUL	– Mercado Comum do Sul
MOFCOM	– Ministry of Commerce of the People’s Republic of China
OEA	– Organização dos Estados Americanos
OMC	– Organização Mundial do Comércio
ONU	– Organização das Nações Unidas
PCC	– Partido Comunista Chinês
PIB	– Produto Interno Bruto
RPC	– República Popular da China
UNASUL	– União das Nações Sul-Americanas
UNCTAD	– United Nations Conference on Trade and Development

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	A ABOARDAGEM DA ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL.....	19
3	O PENSAMENTO DESENVOLVIMENTISTA LATINO-AMERICANO.....	22
3.1	O Estruturalismo	28
3.1.1	Principais Expoentes.....	30
3.1.2	Críticas.....	34
3.2	O Desenvolvimento Autoritário.....	35
3.2.1	Principais Expoentes.....	37
3.2.2	Críticas.....	38
3.3	O Neomarxismo	39
3.3.1	Principais Expoentes	41
3.4	A Teoria da Dependência.....	46
3.4.1	Principais Expoentes	48
3.4.2	Críticas.....	50
3.5	Um Novo Desenvolvimentismo?	51
3.6	Conclusão Parcial	56
4	DINÂMICA DAS RELAÇÕES BRASIL – CHINA	61
4.1	Panorama Histórico das Relações Sino-Brasileiras.....	62
4.2	A Política Externa Chinesa para a América Latina e Brasil	68
4.3	As Relações Comerciais entre Brasil e China	77
4.4	Fluxos de Investimento entre Brasil e China.....	83
5	IMPACTOS DAS RELAÇÕES BRASIL – CHINA	94
5.1	Aprofundamento de uma tendência regressiva de especialização da pauta exportadora em bens primários	95
5.2	Concorrência às Exportações de Produtos Manufaturados	103
5.3	A Ilusão de Autonomia	113
5.4	Da Dinâmica Cooperativa à Competitiva.....	118
6	CONCLUSÕES.....	124
	REFERÊNCIAS.....	133
	APÊNDICE A – EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO CHINESA NA PAUTA COMERCIAL BRASILEIRA E DA PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NA PAUTA	

COMERCIAL CHINESA.....	141
APÊNDICE B – PARTICIPAÇÃO CHINESA NAS IMPORTAÇÕES MUNDIAIS DE COMMODITIES.....	142
APÊNDICE C – DADOS BRUTOS DOS INDICADORES ECONÔMICOS CALCULADOS	143

1 INTRODUÇÃO

Até as primeiras décadas do século XX, a economia brasileira mantinha um padrão de desenvolvimento voltado para fora, baseado no modelo agroexportador. Esse modelo não ofereceu a estabilidade econômica, o crescimento sustentado nem tampouco a modernização das instituições nacionais de que o país carecia. No início da década de 1950, teóricos estruturalistas ligados à Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) formularam o pensamento desenvolvimentista¹, que caracterizou a condição de dependência das economias periféricas latino-americanas e apontou para a industrialização, por meio de políticas intervencionistas do Estado, como a única solução para superar o quadro de subdesenvolvimento.

Na esteira das políticas desenvolvimentistas, o quadro periférico dominado pela economia agroexportadora começava a transformar-se. Através da política de industrialização por substituição de importações, o setor manufatureiro ganhou impulso e tornou-se o centro dinâmico da economia. Entretanto, no início do século XXI, a crescente dependência da exportação de produtos primários trouxe novamente à tona algumas das características estruturais de dependência, vigentes no Brasil desde o período colonial até as primeiras décadas da República. Destarte, as discussões iniciadas pelos pensadores desenvolvimentistas acerca do desenvolvimento latino-americano voltam a ser atuais, contudo, desta vez, entra em questão um ator que à época seria geograficamente e politicamente impensável: a China.

A primeira década do novo século começou trazendo transformações profundas às relações internacionais brasileiras e ao padrão de desenvolvimento do país. Na esteira da ascensão das economias periféricas ocorre um reordenamento da estrutura econômica e política internacional, cujo centro gravitacional desloca-se gradualmente em direção ao oriente. Neste contexto, as economias maduras perdem dinamismo relativo e a China emerge como protagonista e principal motor desta realidade de crescimento econômico sustentada pelos emergentes. Como resultado, a China passou de virtualmente não ter presença na América Latina a tornar-se o principal parceiro comercial de diversos países da região, imprimindo fortes consequências sobre a economia brasileira e sobre a inserção internacional do país.

Este processo tem estimulado crescente literatura sobre os impactos desta

¹ Sobre as origens e evolução do conceito de desenvolvimentismo, bem como para uma análise de suas referências clássicas ver, dentre outros, Bielschowsky (2004), Fonseca (2004, 2015) e Rodríguez (2009).

transformação no Brasil², cujas percepções revelam contradições que merecem análise criteriosa. Por um lado, comércio e investimento têm se expandido exponencialmente e a demanda chinesa por recursos naturais tem representado importante fonte de dinamismo à economia brasileira. Entretanto, por outro lado, configura-se um padrão de relacionamento assimétrico, em que a região encontra-se imersa em uma realidade menos dinâmica de produtora e exportadora de bens primários, cuja constituição lembra muitas das características estruturais do padrão de relacionamento assim caracterizado pelos pensadores desenvolvimentistas. Não obstante, também emergem os debates sobre a potencial ameaça à indústria nacional, em decorrência da concorrência chinesa, o que poderia ameaçar as expectativas brasileiras de desenvolvimento de longo prazo. Essas perspectivas caracterizam dois lados da mesma moeda, envolvendo uma tensão entre o otimismo e a angústia que o rápido aprofundamento das relações sino-brasileiras produziu.

O presente trabalho tem como objetivo principal estudar os impactos que a ascensão chinesa e o estreitamento das relações sino-brasileiras imprimem no Brasil, utilizando como suporte teórico o pensamento desenvolvimentista latino-americano e depositando especial atenção no período pós-2001. A escolha deste marco teórico se deve ao fato de que a evolução da dinâmica do relacionamento sino-brasileiro traz à tona uma série de características estruturais de dependência caracterizadas pelos pensadores desenvolvimentistas latino-americanos. O recorte temporal³ se justifica por 2001 ter sido o ano de ingresso da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), intensificando a sua estratégia de internacionalização e os consequentes impactos que o este processo carrega. Como objetivo secundário, busca-se avaliar se o aprofundamento do relacionamento sino-brasileiro estaria revitalizando uma condição histórica de dependência no Brasil.

A hipótese do presente trabalho é que a ascensão chinesa e o estreitamento das relações sino-brasileiras imprimem externalidades contraditórias sobre a economia brasileira, cujos efeitos transitam entre as dinâmicas cooperativa/complementar e competitiva/concorrente. Argumenta-se que, no curto prazo, a crescente demanda por bens primários e o aumento do influxo de investimentos tem trazido dinamismo à economia brasileira, ao financiar um ciclo virtuoso de crescimento com baixa vulnerabilidade externa. Porém, no longo prazo, a China alimenta o risco de uma tendência regressiva de

² Ver, entre outros: Medeiros e Cintra (2015); Fligenspan *et al.* (2015); Perrotti (2015); Paus (2014); Lima, Lélis e Cunha (2014); Jenkins (2014).

³ Evidentemente, não se pretende, com esse recorte temporal, afirmar que a ascensão chinesa teve início em 2001 nem tampouco que esse processo já esteja concluído.

especialização da estrutura produtiva brasileira em produtos primários⁴ e uma concorrência ao setor manufatureiro do Brasil, que tem percebido ameaça crescente tanto em seu mercado doméstico quanto em suas exportações para terceiros mercados.

Tais evidências fazem com que grande parte da problemática da dependência levantada pelos teóricos desenvolvimentistas seja relevante na análise da relação sino-brasileira. Entende-se que a relação entre dois ou mais países assume o caráter de dependência quando alguns países – os países dominantes ou do centro – podem se desenvolver com maiores graus de autonomia, enquanto outros países – os dependentes da periferia – alcançam o seu crescimento econômico em parte como um reflexo da expansão dos países centrais, ficando imersos em situação menos dinâmica e tendo perspectivas limitadas de desenvolvimento econômico e social.

Dado o seu caráter multidisciplinar, o presente trabalho utilizará a Economia Política Internacional⁵ (EPI) como metodologia e ferramenta de análise, visando preencher o hiato que separa os campos da Economia e Ciência Política nas análises das relações internacionais e nos estudos sobre o relacionamento sino-brasileiro. Benjamin Cohen (2008, p. 3) argumenta que, tradicionalmente, economia e ciência política eram tratados como campos de estudos distintos e sem diálogo, cada qual com visão própria das relações internacionais. Todavia, o avanço da Economia Política Internacional permitiu construir pontes entre disciplinas tradicionais, que previamente eram separadas, trazendo novas perspectivas para o estudo das relações internacionais.

Neste sentido, a abordagem da EPI mostra-se construtiva na análise do relacionamento sino-brasileiro e dos impactos sentidos como produto de seu aprofundamento. A maior parte da literatura que se dedica ao tema enfatiza essencialmente sua dimensão econômica e utiliza como fonte as perspectivas da literatura ocidental. Visando suprir esta lacuna, o presente trabalho contribui para a literatura ao utilizar a perspectiva da EPI para aproximar as dimensões econômicas e políticas, além de considerar as perspectivas da literatura chinesa sobre o tópico, no intuito de alcançar uma compreensão mais completa da dinâmica das relações sino-brasileiras.

⁴ Por tendência de especialização regressiva entende-se uma reversão das estratégias desenvolvimentistas brasileiras (período de 1930 a 1980), que permitiu o estabelecimento de estruturas produtivas e de comércio caracterizadas, entre outros fatores, por: a) diversificação setorial e de produtos; b) um aumento da participação do setor manufatureiro no valor adicionado da economia; c) um aumento da participação do setor manufatureiro na composição das exportações; d) um aumento da produtividade (THIRLWALL, 2011).

⁵ O presente trabalho não entende a Economia Política Internacional (EPI) como um campo teórico específico, mas sim como um método ou enfoque analítico. Reinaldo Gonçalves afirma que “A Economia Internacional e a Política Internacional é que são campos teóricos específicos que fornecem os principais conceitos, aparelhos analíticos e teorias para o método abrangente da Economia Política Internacional”.

O estudo justifica-se pela gravidade dos riscos oriundos dos impactos que o Brasil vem sentindo em decorrência da ascensão chinesa e pela necessidade de maior reflexão sobre estes impactos, em razão de seus potenciais efeitos sobre as perspectivas de desenvolvimento de longo prazo do país. A revitalização de uma condição histórica que muito se assemelha às características estruturais descritas pelos pensadores desenvolvimentistas, marcadas por um padrão de relacionamento assimétrico, pode potencialmente ameaçar as perspectivas de desenvolvimento de longo prazo do país. Neste sentido, o presente trabalho ainda contribui para a literatura ao fornecer subsídios adicionais para o debate sobre os impactos oriundos da ascensão chinesa, através de uma abordagem que reúne a EPI e o pensamento desenvolvimentista, inédita na literatura analisada.

Em relação a sua estrutura organizacional, além desta introdução, o presente trabalho está dividido em quatro capítulos e uma conclusão. O segundo capítulo constitui-se em uma exposição da abordagem da Economia Política Internacional, que será utilizada como instrumento de trabalho metodológico desta dissertação. No terceiro capítulo, será feita uma releitura teórica do pensamento desenvolvimentista latino-americano. Em um primeiro momento, será feita uma exposição da definição, origens e principais argumentos do desenvolvimentismo. Em seguida, serão abarcadas as principais vertentes teóricas do pensamento desenvolvimentista – estruturalismo, desenvolvimentismo autoritário, neomarxismo e dependentismo –, além de uma breve exposição dos argumentos de seus principais expoentes e das principais críticas a cada uma das interpretações.⁶

No quarto capítulo, o presente trabalho irá explorar a dinâmica do relacionamento sino-brasileiro. Em um primeiro momento, será traçado um panorama histórico das relações sino-brasileiras, seguido de uma breve análise da política externa chinesa para a América Latina. Em seguida, serão analisadas as relações comerciais e financeiras entre Brasil e China. Neste intuito, serão frequentemente remontados os pontos vistos no capítulo anterior à título de suporte teórico, enquanto é feito um levantamento de dados e cálculos de indicadores econômicos⁷, com o objetivo de sugerir que a crescente aproximação sino-brasileira traz

⁶ Naturalmente, devida a limitações de tamanho e de escopo, o presente trabalho não tem o objetivo de fazer uma análise exaustiva sobre o desenvolvimentismo e sobre o trabalho de seus expoentes. Para tal análise, recomenda-se buscar os estudos Bielschowsky (1988), Fonseca (2004, 2015), entre outros. Nesta exposição, serão priorizados os aspectos do desenvolvimentismo que estão diretamente relacionados com os objetivos deste trabalho.

⁷ Foram calculados, dentre outros indicadores: a) o Índice Herfindahl-Hirschman, para medir a concentração das exportações chinesas e brasileiras para destinos selecionados; b) o Índice de Complementaridade Comercial para verificar a ocorrência de deslocamento das exportações; c) o Índice de Intensidade Comercial para verificar as tendências de aumento das relações bilaterais entre países emergentes em detrimento daquelas entre economias maduras, causando crescente potencial de impactos; d) o método de *Constant Market Share*

externalidades contraditórias, cujos efeitos transitam entre as dinâmicas cooperativa/complementar e competitiva/concorrente.

No quarto capítulo, serão analisados pontualmente os impactos que o Brasil vem sentindo em decorrência da ascensão chinesa e do estreitamento de seu relacionamento, segundo a ordem seguinte:

- a) tendência de aprofundamento de uma especialização regressiva da estrutura produtiva brasileira na produção de bens primários;
- b) concorrência à produção manufatureira, tanto aquela destinada ao mercado doméstico quanto aquela destinada a terceiros mercados;
- c) a ilusão de autonomia;
- d) da dinâmica cooperativa à dinâmica competitiva. Finalmente, na última seção, serão retomados os pontos principais explorados no trabalho à guisa de uma conclusão.

2 A ABORDAGEM DA ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL

A Economia Política Internacional (EPI) é uma abordagem interdisciplinar, com fronteiras acadêmicas flexíveis, que nos ensina a aproximar os campos de estudo de Economia, Ciência Política e outros campos correlatos nos estudos das relações internacionais (COHEN, 2014, p. 6; RAVENHILL, 2014, p. 3). Benjamin Cohen (2008, p. 3) argumenta que, tradicionalmente, a Economia e a Ciência Política eram tratadas como campos de estudos distintos e sem diálogo, cada qual com uma visão própria das relações internacionais. Além disso, poucos esforços eram feitos para preencher o hiato que separava as disciplinas. Embora existissem exceções, o amplo movimento para integrar os estudos econômicos à análise política é bastante recente.

Portanto, a conquista da Economia Política Internacional é construir pontes entre disciplinas tradicionais, que previamente eram separadas, trazendo novas perspectivas para o estudo das relações internacionais. Por conseguinte, a abordagem da EPI mostra-se construtiva para analisar o relacionamento sino-brasileiro, dado que grande parte da literatura que se dedica ao tema enfatiza sua dimensão econômica; portanto, este trabalho, propõe-se a utilizar a perspectiva da EPI para aproximar as dimensões econômicas e políticas, no intuito de alcançar uma compreensão mais completa do relacionamento sino-brasileiro.

A construção da EPI foi produto dos trabalhos de uma geração de pesquisadores pioneiros, que foram capazes de explorar as disciplinas tradicionais além de seu horizonte, adquirindo o papel de “empreendedores intelectuais” ao criar uma nova disciplina⁸, como sugere Cohen (2008, p. 5-6). O nascimento da EPI é geralmente identificado na publicação do artigo seminal de Susan Strange, em 1970, *“International Economics and International Relations: A Case of Mutual Neglect”*, em que a autora critica a distância que separa as disciplinas de Economia e Ciência Política. Nas palavras de Strange (1970, p. 313): *“The economists do not even try to deal with the political aspects of international economic relations and international economic problems; and few political scientists even try to explore the economic dimension of international politics or diplomacy.”*⁹ Desde então, sua visão tem servido de inspiração para sucessivas gerações de acadêmicos explorarem, através da aproximação do campo econômico e político, uma interpretação mais ampla da realidade

⁸ Embora o autor argumente que a disciplina não tenha mais do que quatro décadas, ele reconhece que ela foi profundamente influenciada por trabalhos mais antigos, como de Keynes, Smith, List, entre outros.

⁹ “Os economistas nem tentam lidar com os aspectos políticos das relações econômicas internacionais e dos problemas econômicas internacionais e poucos cientistas sequer tentam explorar a dimensão econômica da política internacional ou da diplomacia” (tradução nossa).

internacional.

Martin Heidegger (1962) argumenta que a construção de um campo de estudos e seu desenvolvimento requer um mínimo de consenso sobre sua ontologia e epistemologia. A Economia Política Internacional está unida pelo objetivo comum de preencher a lacuna e construir pontes que unam a Economia, a Ciência Política e demais disciplinas correlatas. Este é o denominador comum. Entretanto, a abordagem da EPI está longe de ser uniforme. As pontes são muitas e sua arquitetura pode ser profundamente distinta. Neste sentido, Payne (2005, p. 69) caracteriza a EPI como um “*notoriously diverse field of study*”. Não obstante, ainda é possível destacar duas escolas dominantes da EPI, a norte-americana e a britânica.

Nos Estados Unidos, a abordagem tende a adquirir um caráter mais convencional dentro das ciências sociais, dando prioridade ao método científico e aproximando-se mais de modelos de ciência dura, ao priorizar o método científico. A análise é baseada nos princípios de racionalidade, positivismo e empiricismo (DICKINS, 2006, p. 479-492). Segundo Stephen Krasner (1996, p. 108-109), um dos expoentes da escola norte-americana, “*International political economy is deeply embedded in the standard methodology of the social sciences which, stripped to its bare bones, simply means stating a proposition and testing it against external evidence*”¹⁰.

A escola britânica, que também encontra expoentes no Canadá e Austrália, parece ser mais receptiva a explorar as relações com outras disciplinas, para além do *mainstream* econômico e da ciência política. A escola mostra-se menos preocupada com a metodologia científica e mais ambiciosa em sua agenda. Amanda Dickins (2006, p. 479-492) aponta que a escola desempenha importante papel em ampliar o escopo de análise da EPI, trazendo para a agenda da disciplina temas como bioeconomia, mudanças climáticas e meio ambiente, direitos de propriedade, sociologia, questões de gênero, entre outros.

Contudo, as escolas britânica e norte-americana não são as únicas vertentes da EPI nem tampouco as únicas fontes epistemológicas da disciplina. O leque de abordagens alternativas é muito amplo – infelizmente amplo demais para ser explorado neste trabalho¹¹. Cada escola tem seus pontos fortes e suas fraquezas – portanto, a construção sólida da disciplina de EPI envolve não somente a construção de pontes entre economia e política, mas também entre as distintas escolas da própria disciplina. É exatamente isso que este trabalho se

¹⁰ A Economia Política Internacional está profundamente relacionada a metodologia clássica das ciências sociais que, por sua vez, a fim e a cabo pressupõe criar uma proposição e testá-la com evidências externas” (tradução nossa).

¹¹ Para encontrar mais informações sobre as demais escolas da EPI, ver Cohen (2008, 2014), Ravenhill (2014) Dickins (2006), entre outros.

propõe a fazer em relação ao relacionamento sino-brasileiro: tentar aproximar suas dimensões econômicas e políticas, além das percepções acadêmicas ocidentais e chinesas sobre o tema.

Neste sentido, o presente trabalho julga que a abordagem da EPI apresenta-se como a mais completa para compreender o relacionamento sino-brasileiro e os impactos sentidos pelo Brasil como produto de seu aprofundamento. O relacionamento entre Brasil e China, ainda que tenha sua esfera econômica bastante enfatizada pela literatura, está intimamente relacionado com questões políticas que, frequentemente, passam despercebidas por grande parte da literatura. Jiang Shixue (2005, p. 8), pesquisador da Academia Chinesa de Ciências Sociais, preconiza que: *“It is increasingly recognized that, in the age of globalization, politics tend to be economic in nature, and economic issues are often linked to politics”*.¹²

¹² “É cada vez mais um consenso que, no mundo globalizado, a política é econômica por natureza, e a realidade econômica não pode ser desprendida da política” (tradução nossa).

3 O PENSAMENTO DESENVOLVIMENTISTA LATINO-AMERICANO

O presente trabalho entende que a compreensão do passado revela importantes fundamentos do presente. Eric Hobsbawm (1995, p. 12) escreveu que o esquecimento da história está entre os fenômenos mais característicos e lúgubres que marcaram o século XX. Portanto, este trabalho entende que a reconstituição histórica do pensamento brasileiro sobre as perspectivas do desenvolvimento é o primeiro passo para a compreensão da situação brasileira atual e dos impactos sentidos como fruto da dinâmica de aprofundamento das relações sino-brasileiras.

A literatura econômica brasileira, especialmente aquela dedicada à área do desenvolvimento econômico, ensejou no interregno entre 1950 e 1980 um período de grande criatividade e importantes contribuições (MANTEGA, 1997, p. 4). Nesse período, os teóricos brasileiros e latino-americanos não se conformaram em simplesmente consumir as teorias dos países avançados e dedicaram-se a desenvolver um instrumental teórico¹³ para compreender a realidade das economias locais.

Naquela quadra histórica, começara a surgir a concepção de que as propriedades inerentes ao desenvolvimento em curso nos países latino-americanos seguiam rumos distintos daqueles percorridos pelos países avançados. Portanto, tornava-se necessário criar um instrumental analítico próprio para compreender o processo da constituição do capitalismo na região, bem como a dinâmica do desenvolvimento periférico no Brasil e na América Latina, além de ajudar na intervenção da realidade, no sentido de alterar os rumos prévios. O que havia sido criado até então não era suficiente nem tampouco capaz de atender as necessidades de conhecimento que surgiam.

O sociólogo Fernando Henrique Cardoso (1980, p. 29) argumentou que a aplicação de uma teoria em um outro contexto requer um nível de adequação correspondente a uma recriação, ou seja, à construção de uma nova teoria. Foi justamente a isso que o pensamento econômico latino-americano se dedicou durante os debates a respeito do desenvolvimento periférico, particularmente na segunda metade do século passado.

¹³ Diversos autores argumentam que os debates econômicos da época não chegaram a constituir um arcabouço que pudesse ser caracterizado como um novo paradigma teórico. O presente trabalho entende que foram dadas valiosas contribuições para a construção de um pensamento alternativo capaz de compreender a trajetória de desenvolvimento econômico dos países periféricos, todavia não se propõe a participar da discussão se as interpretações desenvolvidas podem ser consideradas como um paradigma teórico.

No Brasil, e na América Latina em geral, o debate sobre o desenvolvimentismo ganha força nos anos 1950¹⁴, quando Raúl Prebisch (1949, p. 47-111) imputa os problemas econômicos latino-americanos à divisão internacional do trabalho, que concentrava o capital adicionado nos países por ele denominados de centrais em detrimento daqueles denominados como periféricos. Era assim inaugurada uma nova era no pensamento econômico latino-americano, inicialmente com forte influência dos teóricos estruturalistas da Comissão Econômica para a América Latina¹⁵ (CEPAL) e do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), cuja inspiração tinha origem na Economia Política clássica de Adam Smith e Karl Marx, e no pensamento macroeconômico de Keynes e Kalecki (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 9).

O contexto político e social em que o pensamento desenvolvimentista se expandiu era marcado pela descrença da ortodoxia e do liberalismo, entendidos como instrumentos de dominação dos países desenvolvidos (BRESSER-PEREIRA, 2005, p. 220). Enquanto o desenvolvimentismo considerava o crescimento como variável a ser maximizada e como principal objeto de esforços do governo, os ortodoxos, por sua vez, tinham o foco de sua política econômica invertido. Para eles, os índices de crescimento é que deveriam ser adequados ao principal objetivo – a estabilização – dada a crença de que o crescimento fomentado pelo governo tende a ser inflacionário (MOLLO; FONSECA, 2013, p. 231). Em outras palavras, o pensamento ortodoxo depositava no mercado a responsabilidade de trazer desenvolvimento, enquanto o desenvolvimentismo entendia o intervencionismo do Estado como condição necessária ao desenvolvimento.

Fonseca (2004, p. 227) argumenta que há quatro correntes de pensamento que serviram de inspiração para o pensamento desenvolvimentista no Brasil, quais sejam: os nacionalistas, os defensores da indústria, os papelistas e os positivistas. Os nacionalistas representam a mais antiga das correntes, remontando ao período colonial. Suas principais manifestações constituíam crítica a aspectos pontuais da condição colonial que o Brasil vivia. Portanto, a principal contribuição do nacionalismo constitui-se em expressar repúdio às instituições mercantilistas, segundo a ótica econômica, e em afirmar a soberania nacional, segundo o ponto de vista político (FONSECA, 2004, p. 228-233).

¹⁴ Embora o desenvolvimentismo tenha uma longa história, tanto no espectro das ideias quanto na sua experiência histórica, foi somente depois dos anos 1930 que ele ganhou força na América Latina. Na região, o desenvolvimentismo manifestou-se inicialmente enquanto experiência histórica, marcadamente nos governos do presidente Vargas. Enquanto pensamento econômico, o desenvolvimentismo veio a se consolidar somente nos anos 1950, na esteira da criação da Cepal e da difusão do pensamento estruturalista.

¹⁵ A partir de 1984, seu nome foi alterado para Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.

Outra vertente que esteve na gênese do desenvolvimentismo foram os defensores da indústria. Estes difundiram suas ideias essencialmente na última década do Império e nas primeiras décadas da República e atribuíam ao Estado o papel de promotor da industrialização. A maioria dos defensores da indústria, apesar de ver na industrialização a solução para o subdesenvolvimento, não criticava a agricultura, pelo contrário, defendia a complementaridade entre as duas atividades. Eles tampouco aceitavam a distinção entre indústrias naturais e artificiais, pois argumentavam que ambas seriam complementares entre si e pré-requisitos para o desenvolvimento brasileiro (FONSECA, 2004, p. 233-237).

Os papelistas, por sua vez, tiveram como contribuição ao desenvolvimentismo a sua afronta a alguns dos princípios basilares da política econômica clássica: equilíbrio orçamentário, a conversibilidade e o papel passivo da política monetária. Dada a sua profunda preocupação com os níveis de crescimento econômico, os papelistas admitiam o crédito, o déficit público e mecanismos anti-cíclicos como instrumentos aceitáveis para subsidiar o crescimento econômico. Nas palavras de Fonseca (2004, p. 240) os papelistas eram “menos teóricos e mais pragmáticos, apresentavam-se como coerentes com o bom senso: simplesmente o governo deveria ajudar, e não prejudicar a economia”.

Por fim, os positivistas constituíram a principal corrente de pensamento que se opunha ao liberalismo, no período que vai do fim do Império até as primeiras décadas da República, bem como uma das principais fontes das quais os desenvolvimentistas beberam. Os positivistas aceitavam a interferência do Estado na economia, desde que houvesse um motivo social que justificasse tal intervenção. Todavia, de maneira geral, eles se mostravam bastante preocupados com o equilíbrio orçamentário. Neste ponto, os positivistas convergiam com os liberais e divergiam dos papelistas. Destarte, através do ponto de vista econômico, o pensamento positivista deixou como herança aos desenvolvimentistas não somente a aceitação de certo grau de intervencionismo, mas também a crença de que o Estado deveria ser o agente responsável pela busca do progresso (FONSECA, 2004, p. 243-49).

Da associação destas correntes, surge o desenvolvimentismo, que herdou e incorporou os pontos centrais da lógica argumentativa de cada uma delas. Todavia, embora o desenvolvimentismo seja um termo de uso frequente entre economistas e cientistas políticos, sua definição está longe de ser corrente e consensual, apresentando diversas versões na literatura. Prebisch define o desenvolvimentismo como “um esforço deliberado de atuar sobre as forças da economia a fim de acelerar seu crescimento, não pelo crescimento em si, mas como meio de conseguir um melhoramento persistente da renda nos grupos sociais de rendas

inferiores e médias, e sua participação progressiva na distribuição de renda global” (PREBISCH, 1961, p. 35).

Bresser-Pereira foi um dos primeiros autores brasileiros a conceitualizar o termo desenvolvimentismo, quando ele escreveu: “por desenvolvimentismo entendemos uma ideologia que coloque como principal objetivo o desenvolvimento econômico” (BRESSER-PEREIRA, 1963, p. 206). Mais recentemente, o autor redefiniu a sua conceptualização inicial, argumentando que o desenvolvimentismo é uma estratégia deliberada de política econômica com o objetivo de trazer o desenvolvimento econômico através do impulso à indústria nacional (BRESSER-PEREIRA, 2006, 2010).

Bielschowsky (1988, p. 7) foi um pouco além de Bresser-Pereira ao propor uma conceptualização mais completa e precisa do termo. O autor escreveu:

Entendemos por desenvolvimentismo [...] a ideologia de transformação da sociedade brasileira definida pelo projeto econômico que se compõe dos seguintes pontos fundamentais: (a) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro; (b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional através da espontaneidade das forças de mercado, e por isso, é necessário que o Estado a planeje; (c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; e (d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada for insuficiente (BIELSCHOWSKY, 1988, p.7).

Assim sendo, a argumentação de Bielschowsky (1988, p. 7) define o desenvolvimentismo como uma ideologia de transformação da sociedade baseada em um projeto de industrialização deliberada e tendo o Estado como agente promotor. Esta seria a única alternativa para superar o subdesenvolvimento e as desigualdades sociais. Além disso, torna-se importante sublinhar que a industrialização não advém da espontaneidade das forças do mercado, mas da atuação do Estado como agente planejador do desenvolvimento, entendido como o crescimento da produção acompanhado de mudanças estruturais capazes de torná-lo sustentável a longo prazo.

Schneider (1999, p. 282), por sua vez, conceitua o desenvolvimentismo como uma corrente de pensamento para a qual a industrialização é o objetivo central, cabendo ao Estado o papel de promovê-la. Segundo o autor, o Estado desenvolvimentista é aquele que se caracteriza pelo seguintes pontos:

- a) capitalismo político;
- b) defesa do desenvolvimento;
- c) exclusão política da maioria de população; e

d) burocracia institucionalizada.

Fonseca (2015, p. 15-16) argumentou que o desenvolvimentismo é um termo que pode designar alternativamente dois conceitos que, embora indissociáveis, guardam diferenças epistemológicas significativas, quais sejam:

- a) um fenômeno do “mundo do pensamento”, ou seja, um aglomerado de ideias ou marcos teóricos sobre uma determinada realidade; e
- b) um fenômeno do “mundo material”, ou seja, um grupo de práticas históricas de política econômica.

No que concerne a conceptualização do termo em sua esfera do pensamento, Fonseca oferece um dos estudos mais completos e precisos sobre o tema. Em seu artigo “Conceito de Desenvolvimentismo”, cujo objetivo é justamente formular uma definição para o termo, o autor propõe a seguinte conceptualização:

[...] entende-se por desenvolvimentismo a política econômica formulada e/ou executada, de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais) para, através do crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista. (FONSECA, 2015, p. 41).

Sendo assim, a partir da literatura consultada, foi possível perceber que não há uma definição consensual do termo desenvolvimentismo. Todavia, apesar de os autores escreverem em momentos históricos distintos, basearem suas pesquisas em estudos empíricos de experiências espacialmente e temporalmente distintas, ainda assim é possível identificar variáveis comuns no pensamento desenvolvimentista. Fonseca (2015, p. 25-27) identificou estas variáveis comuns, chamadas por ele de “núcleo comum principal”, sendo as seguintes:

- a) a existência de um projeto deliberado tendo como objeto a nação e o seu futuro;
- b) a intervenção consciente e determinada por parte do Estado visando viabilizar o projeto; e
- c) a industrialização como caminho para acelerar o crescimento econômico, a produtividade e a difusão do progresso técnico¹⁶.

¹⁶ Além destas também é possível encontrar em certas análises, embora com menor frequência, as seguintes variáveis do pensamento desenvolvimentista: a) a burocracia meritocrática; b) o planejamento econômico; c) a distribuição de renda; d) a reforma agrária; e e) a constituição de um banco de desenvolvimento. Ver mais em Fonseca (2013).

Neste ponto, torna-se interessante salientar que, de maneira geral, os teóricos do desenvolvimentismo condicionaram à caracterização do desenvolvimentismo a consciência e a intencionalidade das ações. Prebisch, por exemplo, argumentou que o desenvolvimentismo significa um “esforço deliberado”; Fonseca falou em um “projeto deliberado” e “intervenção consciente”; Bresser-Pereira falou em “estratégia deliberada”. Ou seja, fica claro que a consciência e a intencionalidade das políticas desenvolvimentistas são fatores fundamentais para a caracterização de um marco ideológico ou de um projeto de desenvolvimento dentro do pensamento desenvolvimentista.

Conforme visto acima, o desenvolvimentismo brasileiro e latino-americano é tributário de distintas correntes teóricas e apresenta inúmeras conceptualizações distintas, embora todas com um mesmo “núcleo argumentativo”. Contudo, o desenvolvimentismo está longe de ser uma fonte de pensamento unificada. Ao longo de seu progresso, o desenvolvimentismo se consagrou na literatura principalmente através dos estruturalistas, estagnacionistas e dependentistas, que serão explorados com maior detalhe nas seções seguintes¹⁷.

Os estruturalistas tem em sua origem o pensamento dos teóricos ligados ao ISEB e à CEPAL, que foram responsáveis pela elaboração da teoria do subdesenvolvimento e do modelo de substituição de importações. Enquanto corrente de interpretação pioneira, os estruturalistas forneceram importantes subsídios para compreender a transição das economias primário-exportadoras para as economias industrializadas, destacando-se pela hipótese da deterioração dos termos de troca e pelo modelo de desenvolvimento por substituição de importações. Todavia, segundo Mantega (1997, p. 6), os estruturalistas ofereceram argumentação insuficiente sobre os mecanismos da acumulação periférica, que era tida como um mero reflexo do setor exportador.

Após o golpe militar de 1964, ganhou força a corrente desenvolvimentista autoritária, que mantinha parte dos ingredientes preconizados pelo estruturalismo, como a busca pela industrialização e o protagonismo do Estado nacional, porém preconizava meios distintos para atingir os mesmos objetivos. O desenvolvimentismo autoritário se calcava no instrumental

¹⁷ A divisão do pensamento desenvolvimentista entre estruturalistas, estagnacionistas, desenvolvimentistas autoritários e teóricos da dependência foi feita com base nas divisões propostas por Mantega (1997) e Bielschowsky (1988). O presente trabalho reconhece que a caracterização de autores dentro de uma corrente de pensamento naturalmente traz consigo imperfeições, dada a pluralidade e particularidade do trabalho de cada autor. Porém, primando pela estrutura organizacional deste trabalho e pela facilidade da argumentação, optou-se por fazer esta categorização.

teórico do desenvolvimento equilibrado de Rosenstein-Rodan, Ragnar Nurske e Arthur Lewis, que foi importado e combinado com modelos macroeconômicos keynesianos, de maneira a adaptar-se à realidade local (MANTEGA, 1997, p. 5). Seus principais expoentes foram Roberto Campos, Antônio Delfim Netto e Mário Henrique Simonsen, que teceram fortes influências sobre modelo de desenvolvimento brasileiro da época.

Simultaneamente, também ganhavam terreno os neomarxistas da corrente estagnacionista, capitaneada por André Gunder Frank, Theotônio dos Santos e Rui Mauro Marini. Sua interpretação não via a possibilidade de desenvolvimento capitalista nos países periféricos, que estariam condenados à estagnação e ao subdesenvolvimento. Portanto, segundo esta visão, a única saída seria um rompimento com o centro capitalista seguido de uma revolução socialista. A corrente neomarxista trouxe importantes contribuições para os debates sobre o desenvolvimento na periferia, todavia, devido ao seu foco de análise nos condicionantes externos, ela não foi capaz de compreender amplamente os mecanismos sociais internos que obstaculizavam o desenvolvimento nas economias periféricas.

Em seguida, ganhou força no Brasil o pensamento da chamada nova esquerda, que foi responsável pelo desenvolvimento da Teoria da Dependência. Esta corrente de interpretação teve como principal mérito enfatizar a dinâmica das forças sociais internas das economias periféricas, colocando em segundo plano os condicionantes externos. Este grupo ultrapassou as fronteiras acadêmicas ao desempenhar importante papel na política brasileira e no questionamento da eficiência do modelo de desenvolvimento brasileiro, do regime autoritário e, sobretudo, de seu caráter concentrador de renda.

A seção seguinte dedicar-se-á a apresentar os principais argumentos e contribuições de cada uma das correntes de pensamento mencionadas, bem como as contribuições dos principais expoentes de cada uma delas. Ao final de cada exposição, também serão apontadas as críticas feitas pela literatura a cada uma das correntes de interpretação.

3.1 O Estruturalismo

A corrente estruturalista era calcada essencialmente no pensamento de teóricos ligados à CEPAL e ao ISEB, ambos com posição crítica ao liberalismo econômico e com forte influência do positivismo e do intervencionismo de Keynes e List¹⁸. Segundo estes

¹⁸ Embora seja corrente na literatura a assertiva de que o núcleo do pensamento estruturalista deriva diretamente das ideias de Keynes, parte da literatura tem se dedicado a minimizar a influência keynesiana e apontar para

pensadores, o desenvolvimento dos países então subdesenvolvidos dependia da superação do passado agroexportador e da modernização da sociedade, que somente seria possível mediante intenso processo de industrialização e progresso técnico, tendo o Estado nacional como principal agente planejador. Os estruturalistas atribuíam ao Estado centralidade no planejamento pois eles acreditavam que, em condições periféricas, a dinâmica do mercado por si própria seria incapaz de possibilitar o crescimento (BRESSER-PEREIRA, 2005, p. 1-2).

Um dos pontos de partida da análise estruturalista foi a hipótese de Prebisch (1949, p. 47-111) e de Singer (1950, p. 473-485) que, embora trabalhando de maneira independente¹⁹, formularam quase que simultaneamente a proposição de que haveria uma deterioração dos termos de troca por parte das exportações dos países periféricos, sendo esta uma das justificativas para os estruturalistas defenderem a industrialização e a evolução técnica como projeto de desenvolvimento das economias periféricas. Para atingir este objetivo, o Estado deveria proteger a indústria nascente da concorrência estrangeira, o que dava origem ao modelo de desenvolvimento pela substituição de importações.

Esta lógica argumentativa sugere que, para os estruturalistas, o desenvolvimento dos países periféricos está intimamente ligado ao desempenho de suas exportações, cujo ritmo pode ser fruto de crescimento ou obstáculo para o desenvolvimento da economia, dado que elas podem servir como impedimento para o crescimento das importações, que são necessárias ao desenvolvimento da economia (PREBISCH, 1961, p. 7). Além deste, os estruturalistas se basearam na identificação de um conjunto de variados problemas estruturais para a construção de sua percepção sobre o desenvolvimento periférico e sobre as relações centro-periferia, tendo como teses fundamentais: a deterioração dos termos de troca, a ausência de uma convergência das rendas per capita entre os países do centro e da periferia, a vulnerabilidade externa, o desequilíbrio estrutural da balança de pagamentos e o modelo de industrialização por substituição de importações (BIELSCHOWSKY, 2010, p. 184).

Os estruturalistas ainda identificaram que na esteira do desenvolvimento industrial que vinha ocorrendo desde a década de 1930, a sociedade latino-americana passava de uma organização social bipolar, configurada pela oligarquia agrária dominante e pela massa rural,

outras fontes de inspiração. Esta literatura aponta que o intervencionismo, as críticas ao *laissez-faire* e às teorias liberais do comércio, a defesa das políticas industrializantes e a crítica a especialização agrária, que traria perdas no comércio internacional, já eram argumentos correntes na América Latina antes da publicação da Teoria Geral e antes mesmo da criação da Cepal. O presente trabalho acredita na complexidade da origem do pensamento estruturalista latino-americano, dentro do qual as ideias keynesianas foram apenas uma das vertentes teóricas da qual beberam os estruturalista. Para um debate sobre as origens do pensamento estruturalista, ver Bielschowsky (1988, p. 12), Fonseca (2000, p. 334-356), entre outros.

¹⁹ Ver mais sobre o processo de formulação da hipótese Prebisch-Singer em Toye e Toye (2003). Para os trabalhos originais, ver Prebisch (1950) e Singer (1950).

para um sociedade em que emergia a burguesia industrial e a classe média urbana, ambas com papel chave no processo de desenvolvimento (BRESSER-PEREIRA, 2005, p. 209). Como fruto dessa nova configuração de classes sociais, eram vislumbradas novas possibilidades de alianças que seriam benéficas para a promoção do desenvolvimento econômico. Sendo assim, o papel planejador do Estado nacional e a aliança entre a nascente burguesia industrial e a classe média urbana tornam-se etapas essenciais para o desenvolvimento periférico, segundo a argumentação dos teóricos estruturalistas (SUNKEL, 1967, p. 251).

Sendo assim, diante de condições externas tão desfavoráveis, a ação estatal e o planejamento eram vistos como condições essenciais para promover a industrialização e o avanço técnico, bem como para evadir as tendências adversas inerentes à condição periférica. Para Prebisch, a fundamental tendência adversa era a situação de desequilíbrio estrutural que acometia a balança de pagamentos; Osvaldo Sunkel, por sua vez, temia a propensão estrutural que alimentava a inflação, enquanto a apreciação de Furtado considerou ambas, mas teve sua maior contribuição na tendência de manutenção do subemprego e distribuição de renda. A seção seguinte dedicar-se-á a fazer uma breve exposição dos argumentos dos principais expoentes da corrente estruturalista.

3.1.1 Principais Expoentes

Os teóricos ligados à CEPAL e ao ISEB estiveram entre os principais expoentes do estruturalismo, com destaque para Raúl Prebisch, Hans Singer e Celso Furtado. O economista argentino **Raúl Prebisch**, diretor da CEPAL entre 1949 e 1962, foi um dos pioneiros em argumentar que o crescimento econômico dos países industrializados obstaculizava o crescimento e causava problemas estruturais nos países da periferia. Essa proposição confrontava diretamente a teoria econômica neoclássica que era aceita até então, segundo a qual o crescimento econômico seria benéfico a todos os agentes, embora os benefícios poderiam eventualmente não ser distribuídos de maneira homogênea (FERRARO, 1996, p. 58-64).

Os esforços teóricos de Prebisch dedicaram-se a combater tal proposição. Segundo ele, países da periferia exportam principalmente produtos primários, que são utilizados pelos países do centro para produzir bens manufaturados, que por sua vez são revendidos aos países da periferia. Prebisch mostrou que o intercâmbio entre produtos primários e bens manufaturados levaria a uma deterioração dos termos de troca das economias periféricas, ou

seja, que uma determinada quantidade de bens primários seria capaz de adquirir quantidades decrescentes de produtos manufaturados (SANTOS, 1998, p. 54).

O economista alemão **Hans Singer** (1950, p. 473-485) também elaborou proposição semelhante, ao retratar a dependência excessiva da América Latina na exportação de produtos primários. Como resultado, ambos os economistas receberam créditos pela formulação da hipótese que ficou conhecida como Prebisch-Singer. A hipótese Prebisch-Singer tem como argumento central que os países periféricos tendem a experimentar uma deterioração em seus termos de troca ao longo do tempo, ou seja, eles tendem a enfrentar redução em sua capacidade de importar para um dado nível de exportações, constituindo-se em um obstáculo ao desenvolvimento econômico.

Com base em tal argumentação, Prebisch concluiu que a participação no comércio mundial seria prejudicial para os países da periferia, ou seja, o comércio internacional não era uma maneira de melhorar os padrões de vida e atingir progresso técnico, mas sim uma forma de exploração arquitetada pelo centro industrial (YERGIN; STANISLAW, 2002, p. 233). Dessa maneira, Prebisch (1949, p. 47-111) foi capaz de relacionar o subdesenvolvimento das regiões periféricas à dinâmica do sistema econômico internacional, conceito que se tornou basilar para as interpretações posteriores sobre o desenvolvimento no capitalismo periférico.

Como fruto dos esforços acadêmicos de Prebisch e dos demais pensadores ligados à Cepal, os estruturalistas passaram a enfatizar a necessidade de um desenvolvimento autônomo e autossustentável para a América Latina. A solução seria minimizar a dependência das exportações de bens primários e importações de bens finais através de uma promoção de uma política industrializante, simultaneamente à proteção da indústria nacional – surgindo assim o modelo de industrialização por substituição de importações (YERGIN; STANISLAW, 2002, p. 235). Como resultado, entre os países latino-americanos, universalizara-se a ideia de que, a menos que desenvolvesse as suas próprias indústrias, a região estaria fadada ao subdesenvolvimento e à exportação de produtos de baixo valor agregado em troca de sofisticados produtos industriais.

A análise de **Celso Furtado** (1959, 1961, 1970, 2000) também configurou-se como uma das principais contribuições analíticas ao debate latino-americano e brasileiro na área do desenvolvimento. A abordagem de Furtado consistiu-se em uma análise histórico-estrutural dos persistentes desequilíbrios da estrutura produtiva brasileira e da insuficiência de sua diversificação. Tais características, inerentes a estrutura produtiva brasileira, seriam a fonte

principal para uma apreciação do crescimento, desenvolvimento, emprego e distribuição de renda do Brasil, pontos centrais da obra de Furtado.

Bielschowsky (2010, p. 185) apresenta os três principais aportes analíticos de Celso Furtado ao estruturalismo. O primeiro é o método histórico-estrutural, que agrega os sucessivos ciclos de crescimento e contração da história latino-americana e brasileira à análise estrutural. O objetivo da abordagem histórico-estrutural foi retratar as particularidades de baixa diversidade e a dualidade da economia brasileira. Em segundo lugar, Furtado incentivou os debates latino-americanos sobre o grau de dificuldade que os setores urbanos têm em incorporar a força de trabalho que se trasladava do campo às cidades. Com base nessa discussão, o autor apontou para a possibilidade da permanência do subemprego na América Latina por um longo prazo, na medida em que a elevação da produtividade pode coexistir com salários baixos por um longo horizonte de tempo, mantendo a histórica desigualdade da distribuição de renda latino-americana. Ou seja, o subdesenvolvimento não seria simplesmente uma etapa de transição ao desenvolvimento, mas um fenômeno de caráter mais prolongado, cuja superação exigiria um projeto político tenaz.

O terceira grande subsídio de Furtado ao estruturalismo apontado por Bielschowsky (2010, p. 186) foi o aprofundamento da crítica das relações entre crescimento econômico e distribuição de renda. A concentração de recursos e de propriedade nas mãos de uma minoria determina a composição setorial do investimento tecnológico, levando a estrutura produtiva da América Latina a uma densidade de capital próxima a dos países desenvolvidos. Todavia, embora ela possa ser adequada para estes, na América Latina ela é não é adequada para absorver mão-de-obra com oferta em abundância. Portanto, este padrão de investimentos subsidia a conservação do desemprego, a concentração de renda e os baixos salários, formando um círculo vicioso que fortificará a tendência por composições inadequadas de investimento.

A obra de **Ignácio Rangel**, intelectual ligado ao ISEB, foi caracterizada por Bielschowsky (1988, p. 209-210) como um “original ensaio de adaptação do materialismo histórico e da teoria econômica ao caso brasileiro”, com influências de Marx, Smith e Keynes. Dotada de grande originalidade, a obra de Rangel de fato divergiu das principais correntes de pensamento existentes em seu período, todavia, seus argumentos frequentemente aproximavam-se do pensamento estruturalista. Rangel destacou-se pela formulação da teoria do desenvolvimento brasileiro, em que propôs a tese da dualidade. Além disso, ele também aventurou-se por temas como a questão agrária, a questão da inflação e a crise econômica.

Devido ao escopo deste trabalho, a exposição dedicar-se-á, principalmente, ao tema da dualidade.²⁰

Rangel caracterizou a estrutura do sistema econômico brasileiro como sendo formado por três grandes setores, quais sejam:

- a) a economia natural pré-capitalista (economia de subsistência);
- b) a economia de mercado capitalista (indústria, comércio, governo, agricultura comercial, etc.); e
- c) o comércio externo.

Dentro dessa estrutura, o desenvolvimento econômico era compreendido como o resultado da ação da economia de mercado capitalista sobre a economia natural, respondendo aos estímulos do comércio externo. Ou seja, o desenvolvimento econômico passaria pela elevação da produtividade, que era gerada pela transferência de recursos da economia natural para a economia de mercado (BIELSCHOWSKY, 1988, p. 209-211).

Contudo, Rangel considerava que a evolução econômica brasileira era reproduzida de forma distinta daquela dos países centrais, pois a “nossa evolução não é autônoma, não é produto exclusivo de suas forças internas” (RANGEL, 1957, p. 29). Seu argumento está relacionado principalmente à condição periférica da inserção brasileira na economia mundial e servirá como subsídio para a formulação da tese da dualidade. A tese preconiza que a dinâmica da história econômica do Brasil é diferente dos moldes clássicos pelo fato de que as dinâmicas sociais, econômicas e políticas não são fruto somente da interação das forças produtivas domésticas, mas também da interação externa mantida com as economias centrais. Dada essa estrutura de relacionamentos, as relações externas também são determinantes para o desenvolvimento da dinâmica produtiva interna (BIELSCHOWSKY, 1988, p. 211-216).

Em outras palavras, a tese da dualidade pressupõe que, ao desenvolver-se como uma economia periférica o Brasil deve ajustar-se a uma economia externa distinta da sua, configurando uma dualidade. Isto significa que coexistiam no Brasil relações de produção ligadas ao que Rangel chamava de “polo interno” da economia, como o latifúndio, e relações capitalistas nos setores ligados ao comércio internacional – o “polo externo” da economia. O latifúndio, por exemplo, teria um polo interno feudal e um polo externo capitalista, que coexistiam simultaneamente. A simultaneidade de dois polos de produção, configurava peça central na tese da dualidade.

²⁰ Detalhes em Bielschowsky (1988, p. 209-239).

Rangel caracterizou a história econômica brasileira desde os princípios do século XIX através de uma sucessão de três etapas de dualidades, quais sejam:

- a) dualidade entre a fazenda escravista e o capitalismo mercantil;
- b) dualidade entre o latifúndio feudal e o capitalismo mercantil, com incipiente industrialização; e
- c) dualidade entre o latifúndio feudal e o capital industrial.

Na esteira das mudanças na constituição econômica do país, a superestrutura política também seria alterada (RANGEL, 1962, p. 215-235). Todavia, no momento em que o desenvolvimento nacional passasse a ser regido por uma dinâmica interna, sustentada pela produção industrial para o mercado doméstico, a dinâmica que configura a estrutura de dualidade seria decomposta e o país estaria apto a crescer livre de obstáculos externos.

3.1.2 Críticas

A corrente estruturalista atinge seu auge no final da década de 1950, impulsionada pelo sucesso do Plano de Metas, mas a credibilidade de seus argumentos passa a enfrentar críticas já no início dos anos 1960, especialmente pelo fato de que a corrente não se restringiu apenas ao meio acadêmico, oferecendo também argumentos de políticas públicas. As críticas não se tratavam propriamente de uma contestação das bandeiras do desenvolvimentismo, como a industrialização e investimentos em infraestrutura; as principais objeções tinham origem em sua incapacidade de trazer as melhorias sociais previstas.

Os próprios autores da corrente nacional-desenvolvimentista mostraram-se desiludidos com os resultados alcançados. Embora o país tenha experimentado avanços em seu processo de industrialização, conforme os estruturalistas julgavam necessário, o processo não fora acompanhado de redução das desigualdades sociais nem tampouco de melhorias que as classes menos favorecidas careciam. Além disso, o processo de substituição de importações recomendado pelos desenvolvimentistas ligados à CEPAL estava agravando os problemas da balança de pagamentos, ao invés de aliviá-los.

Além disso, apesar de enfatizar a dinâmica de trocas desiguais e a grande dificuldade de acumulação de progresso técnico por parte da periferia, o pensamento estruturalista era marcado por um determinado grau de otimismo e por uma suposição de autonomia por parte dos Estados nacionais – os estruturalistas consideravam que uma eventual política de

industrialização conduzida pelo Estado seria suficiente para reverter o quadro de subordinação das economias periféricas, superando a degradação dos termos de troca e completando o processo de desenvolvimento. Contudo, esta suposição de autonomia mostrou-se historicamente incorreta.

Bresser-Pereira (2012, p. 8) apontou para os seguintes fatores como responsáveis pela crise do pensamento estruturalista:

- a) a esgotamento da estratégia de substituição de importações conduzida pelo Estado;
- b) a ascensão da interpretação da dependência associada da América Latina;
- c) a crise da dívida externa dos anos 1980, que debilitou a economia da região;
- d) o fortalecimento do pensamento neoliberal e o nascimento da teoria econômica neoclássica; e
- e) o sucesso da política norte-americana de treinamento de economistas da América Latina em programas de doutoramento nos Estados Unidos.

Na esteira da crise do pensamento estruturalista, configurou-se um momento de renovação teórica, que iria resultar em novas interpretações e perspectivas para os problemas que a sociedade brasileira enfrentava. No espectro mais conservador, configurou-se uma corrente que essencialmente mantinha o projeto de industrialização e demais ingredientes do estruturalismo, mas eliminava o elemento da participação popular e pregava um regime político de caráter autoritário, que se preocupava mais com os níveis de crescimento do que com a distribuição de renda ou nível de consumo das classes menos favorecidas. Tratava-se da corrente desenvolvimentista-autoritária, que fora implantada no país após o golpe militar.

No outro extremo, ganhava força uma corrente de caráter neomarxista e estagnacionista, que excluía qualquer possibilidade de industrialização e desenvolvimento capitalista em países periféricos, os quais estariam submetidos a uma condição permanente de exploração e dependência. Segundo esta linha de análise, o único meio de desenvolvimento nas economias periféricas seria a revolução socialista, que poderia dar subsídio a um desenvolvimento autônomo. As próximas seções dedicar-se-ão a explorar estas correntes.

3.2 O Desenvolvimento Autoritário

Como resultado da crise do estruturalismo e da nova aliança de forças que se formou

em 1964, um grupo de pensadores ligados ao meio empresarial e militar amadureceu novas perspectivas para o desenvolvimentismo. A rigor, a despeito das influências do liberalismo econômico, a proposta desta corrente não se distanciava muito da busca pela industrialização e do protagonismo do Estado nacional pregados pelos seus antecessores, entretanto os meios e instrumentos utilizados eram completamente distintos.

As fontes de inspiração teórica do desenvolvimentismo autoritário também não se afastavam muito daquelas de seus antecessores, dado que ambas tinham no keynesianismo uma de suas principais inspirações. Entretanto, dentro do pensamento keynesiano, era possível perceber duas vertentes de interpretação distintas:

- a) uma interpretação pregava o intervencionismo mais ligado ao estado de bem-estar social, principalmente difundida entre os autores marxistas; enquanto a outra
- b) mantinha vínculos com os preceitos liberais e preocupava-se menos com o bem-estar social, porém era favorável ao planejamento econômico e à forte intervenção do Estado, tido como agente promotor do desenvolvimento (MANTEGA, 1997, p. 12).

Os desenvolvimentistas autoritários preconizavam que os países subdesenvolvidos encontram-se em situação viciosa de estagnação, dentro da qual o estímulo a investir é limitado pelas possibilidades restritas do mercado, cuja reduzida dimensão advém dos baixos níveis de produtividade e resultam em baixos níveis de investimento. Como solução para romper esse ciclo vicioso, a corrente sugere uma onda de investimentos em diferentes ramos da produção, de modo que os investimentos em um setor criem mercado para os demais setores, criando um círculo virtuoso e garantindo a lucratividade e expansão da economia como um todo (MANTEGA, 1997, p. 14).

Todavia, apesar da situação de estagnação apontada pela corrente, seus autores apontam que as economias subdesenvolvidas, como a brasileira, contam com um atributo essencial para a obtenção da poupança necessária para impulsionar o desenvolvimento, qual seja, uma desigualdade acentuada. Dado que os segmentos menos favorecidos da população têm maior propensão ao consumo, os desenvolvimentistas autoritários preconizam que a maior fatia da renda deveria ser canalizada para as classes mais favorecidas, pois estas possuem maior propensão a poupar. Isso pois, segundo esta corrente, no curso de desenvolvimento das economias atrasadas é necessário privilegiar a poupança em detrimento

do consumo, de maneira a criar espaço para os investimentos indispensáveis ao processo de desenvolvimento (SINGER, 1969, p. 387).

Sendo assim, o problema da escassez de investimentos que obstaculizava o desenvolvimento, poderia ser resolvido pela ampliação da poupança interna, através da redução do nível de consumo da população de baixa renda e da abertura das portas do país para o ingresso de capital estrangeiro. Estes são os argumentos centrais do desenvolvimentismo autoritário e seriam os dois pilares fundamentais que norteariam as políticas de desenvolvimento brasileiras durante grande parte do governo militar.

3.2.1 Principais Expoentes

É possível identificar dois principais polos de fermentação do desenvolvimentismo autoritário. O primeiro era sediado no Rio de Janeiro e capitaneado por Roberto Campos, Octávio Gouveia de Bulhões, Mário Henrique Simonsen, Dênio Nogueira, Alexandre Kafka e Lucas Lopes, todos eles ligados ao meio empresarial brasileiro. O segundo polo era sediado em São Paulo e formado essencialmente por Antônio Delfim Netto, Affonso Celso Pastore, Pedro Cippolari e Eduardo Carvalho, ligados à FEA-USP e ao Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE) (MANTEGA, 1997, p. 13).

Roberto Campos, um dos principais expoentes da corrente, teve suas principais influências no pensamento de Hayek, Schumpeter e Keynes. Ele defendia a intervenção estatal na economia, desde que esta fosse ligada a projetos de desenvolvimento do setor privado capitalista e não tivesse qualquer tipo de preconceito contra o capital estrangeiro. Como é de se imaginar, ele era um crítico da estatização de empresas e da burocratização do país. Enquanto ministro de planejamento de Juscelino Kubitschek, Campos promoveu políticas seguindo esta ideologia, o que lhe rendeu a reputação de entreguista.

Segundo Roberto Campos (1974), os países subdesenvolvidos possuem três características que fazem do planejamento econômico e da intervenção estatal instrumentos indispensáveis para a promoção do desenvolvimento, quais sejam: em primeiro lugar, a fragilidade da iniciativa privada, cujos empresários têm pouca experiência e tendem a não explorar investimentos de maior valor; em segundo lugar, a concentração de renda insuficiente, que dificulta a captação de recursos de capital suficientes para viabilizar investimentos de maior montante; e, em terceiro lugar, a visão imediatista dos agentes econômicos, que preferem investimentos de curto prazo e consumo imediato em vez de

entesouramento, causando escassez de investimentos. Neste sentido, caberia ao Estado a tarefa de compensar tais debilidades através de estímulos ao investimento, que ocorreriam mediante estímulos à poupança e a abertura da economia ao capital estrangeiro (CAMPOS, 1974).

Por outro lado, **Antônio Delfim Netto** e seus colaboradores da FEA-USP trouxeram contribuições distintas para o pensamento econômico brasileiro. Delfim Netto inicialmente dedicou-se a estudar a agricultura brasileira e demonstrou que ela não constituía um obstáculo a expansão da indústria, ao contrário do que argumentavam a maioria dos analistas. Delfim Netto mostra que a agricultura brasileira estava crescendo e diversificando-se na medida requerida pelo desenvolvimento (DELFIM NETTO, 1966). Todavia, Delfim Netto (1966) tinha visão semelhante àquela de Campos e Simonsen no que diz respeito à contenção do consumo e expansão da poupança, como foram de subsídio aos investimentos. Aliás, quando eles tornaram-se gestores da economia, utilizaram-se destes preceitos para comprimir o consumo da população de baixa renda e facilitar a acumulação de capital.

3.2.2 Críticas

Nos anos 1970 a conjuntura internacional novamente voltou a impor restrições ao desenvolvimento brasileiro e à corrente de pensamento do desenvolvimentismo autoritário. A sucessão de crises financeiras que acometeu o cenário internacional na década de setenta trouxe a crise à economia brasileira na segunda metade da década, encerrando um longo ciclo de crescimento no Brasil. Enquanto ocorria o colapso do sistema Bretton Woods e o choque do petróleo no plano externo, o crescimento doméstico era forjado pelos desenvolvimentistas autoritários através da deterioração das contas externas e de um aumento substancial da dívida externa bruta.

Estes fatores passaram a ameaçar o modelo de desenvolvimento brasileiro conduzido pelos desenvolvimentistas autoritários. A inflação cresceu substancialmente, enquanto o PIB continuava a crescer a taxas elevadas, embora mais discretas que no período do milagre econômico. Contudo, o segundo choque do petróleo e a situação econômica de fragilidade que o país enfrentava tirou o fôlego brasileiro para enfrentar o agravamento da situação – o efeito combinado de duas crises externas não deixou qualquer alternativa ao Brasil que não uma recessão profunda.

Além da sua incapacidade de oferecer um modelo econômico que trouxesse

crescimento sustentado, o modelo também recebera constantes críticas de outras vertentes de pensamento por ignorar o aspecto social e as dinâmicas internas do desenvolvimento periférico. O desenvolvimentismo autoritário foi um exemplo de que nem sempre o desenvolvimento é alcançado através de altas taxas de crescimento econômico, afinal o período do milagre econômico em pouco refletiu na amenização das desigualdades sociais brasileiras.

A incapacidade do modelo desenvolvimentista autoritário em trazer o crescimento sustentado, a redução das desigualdades sociais e em superar a condição periférica do Brasil deu destaque a outras correntes de pensamento. A partir de seu exílio do Chile, imposto pelo regime militar, ganhou força a uma nova vertente de pensamento que propunha um caminho distinto para o desenvolvimento brasileiro. A Teoria da Dependência trazia mudanças nas relações centro-periferia que vislumbravam a possibilidade de um desenvolvimento dependente e associado ao capital internacional. O pensamento estagnacionista da corrente neomarxista também ganhou destaque, ao argumentar que o subdesenvolvimento brasileiro seria uma condição permanente enquanto o país permanecesse vinculado ao regime capitalista. As seções seguintes dedicam-se a explorar estas duas vertentes de pensamento.

3.3 O Neomarxismo

A permanência da crise econômica até quase o final da década de 1960, fez com que os pensadores neomarxistas ganhassem repercussão, especialmente as ideias de André Gunder Frank, Rui Mauro Marini e Theotônio dos Santos. Estes autores preconizavam que somente uma revolução socialista poderia libertar o Brasil do subdesenvolvimento e da estagnação a que o país estaria fadado enquanto mantivesse sua condição de satélite das grandes potências.

A análise neomarxista trouxe relevante contribuição para a discussão desenvolvimentista ao caracterizar as relações entre os centros avançados, ou metrópoles, e os países periféricos, ou satélites, dentro da dinâmica do capitalismo global. Seu principal argumento é que o subdesenvolvimento latino-americano seria uma condição permanente enquanto os países da região permanecessem vinculados ao regime capitalista, uma vez que as metrópoles se apropriam do excedente produzido pela superexploração dos satélites, retirando todo potencial de acumulação de capital e desenvolvimento. Na melhor das opções, poderia haver um “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, conforme sustentou André Gunder Frank (1966, p. 17-31) em seu livro de mesmo nome.

Além da dinâmica externa, a estrutura metrópole-satélite provocaria variadas distorções na estrutura interna dos satélites, ao reproduzir, no interior deste, o mesmo sistema de exploração. Assim, no satélite seriam criados polos de desenvolvimento exploradores e polos de subdesenvolvimento explorados. Isso pressupõe que pode haver um movimento industrializante nos setores mais avançados dos satélites, porém seria uma industrialização incipiente, dependente da importação de bens intermediários e de capital. Ou seja, os neomarxistas admitem a possibilidade de um desenvolvimento industrial na periferia, mas este seria um processo de industrialização incompleto, que continuaria sujeito à exploração do excedente e restrito a um reduzido mercado consumidor, fruto da superexploração da mão-de-obra (FRANK, 1966, p. 17-31).

Em relação à superexploração da mão de obra, Rui Mauro Marini (1975, p. 12-24), argumentou que as burguesias dos satélites precisavam explorar duplamente a força de trabalho de seus países, de maneira a transferir boa parte dos excedentes para as metrópoles e ainda ser capaz de reter uma parte do excedente para si. Tal mecanismo de superexploração da mão-de-obra, em um país com indústria e estrutura agrária atrasada, acaba por resultar em um mercado consumidor incipiente e incapaz de sustentar a produção industrial. A saída, segundo Marini, seria explorar os mercados de países menos desenvolvidos que o Brasil, reproduzindo em escala local a relação metrópole-satélite (MARINI, 1975, p. 12-24).

Santos (1970, p. 231-236) argumenta que a persistência da superexploração da mão-de-obra conduziria a uma agudização dos conflitos sociais, que somente seria sustentável mediante regimes de força, ou seja, regimes fascistas²¹. Portanto, os teóricos vinculados à análise neomarxista tendem a argumentar que, já que o desenvolvimento capitalista não tem condições de acontecer nos satélites subdesenvolvidos, restariam duas saídas para os países submetidos à dominação das metrópoles:

- a) permanecer subdesenvolvidos; ou
- b) buscar a revolução socialista.

A revolução socialista, seguida de um desenvolvimento autônomo, naturalmente é a solução sugerida por boa parte da literatura neomarxista como saída para a condição permanente de estagnação e exploração capitalista em que se encontram.

²¹ Theotônio dos Santos argumentou em sua obra *Socialismo e Fascismo* (1972) que a sociedade brasileira se encontrava em uma encruzilhada entre o fascismo e o socialismo.

3.3.1 Principais Exponentes

Entre os neomarxistas, os trabalhos de André Gunder Frank, Rui Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Caio Prado Júnior foram os que ganharam maior repercussão dentro do debate desenvolvimentista. **André Gunder Frank** pode ser considerado o precursor de uma corrente marxista de interpretação do desenvolvimentismo e da condição estrutural de dependência latino-americana. Frank não somente contestou as teses sobre a ocorrência de um feudalismo na América Latina, como foi um dos principais críticos do capitalismo dependente.

A abordagem neomarxista de Frank fica clara em sua análise da estrutura metrópole-satélite do sistema capitalista. Ele escreveu que “o subdesenvolvimento contemporâneo é em grande parte produto histórico de passadas e contínuas relações entre o satélite subdesenvolvido e os atuais países da metrópole desenvolvida” (FRANK, 1966, p.18). Dentro dessa dinâmica de relações, o capitalismo mundial produz uma metrópole desenvolvida que explora e concentra os excedentes dos satélites subdesenvolvidos. Essa mesma dinâmica também estaria presente no interior dos países, entre uma metrópole doméstica (e.g. capital) e as regiões satelitais espalhadas pelo país, constituindo uma cadeia de constelações de metrópoles e satélites que se inter-relacionam em todos os níveis do sistema (FRANK, 1966, p. 18).

Dessa maneira, Frank argumentou que era o capitalismo, tanto em sua esfera global quanto nacional, o responsável pelo subdesenvolvimento. Este argumento também foi utilizado como base para rejeitar o modelo dualista, então frequentemente utilizado para retratar a dinâmica de relações entre a América Latina e as metrópoles desenvolvidas (FRANK, 1966, p. 18-19). O dualismo afirmava que a economia da periferia era dividida em dois setores independentes: um setor integrado com o mundo capitalista que, como resultado, seria moderno e desenvolvido; e outro setor “retrógrado” ou “feudal”, considerado isolado e subdesenvolvido. Frank rejeitou esse argumento em “O Desenvolvimento do Subdesenvolvimento”, ao afirmar:

A tese da “sociedade dual” é falsa. A expansão do sistema capitalista nos últimos séculos penetrou efetiva e inteiramente até nos setores aparentemente mais isolados do mundo subdesenvolvido. As contemporâneas instituições subdesenvolvidas das chamadas áreas retrógradas ou feudais de um país subdesenvolvido não são menos resultantes do singular processo histórico do desenvolvimento capitalista do que as áreas supostamente mais progressistas. (FRANK, 1966, p.19).

Outra importante contribuição de Frank foi uma proposta de distinção entre o termo subdesenvolvimento e o termo não-desenvolvimento. Segundo o autor, o último se refere ao estágio das relações antes da incorporação de um país ao capitalismo. Ele afirma (1966, p. 18) que o “os países que agora são desenvolvidos nunca foram subdesenvolvidos, embora tenham sido não-desenvolvidos”. Essa distinção mostra-se relevante dentro do debate desenvolvimentista, pois implica na noção de que o subdesenvolvimento não é um estágio natural no processo de desenvolvimento dos países. Ou seja, o autor rejeita a falácia de que o desenvolvimento econômico ocorre através de uma sucessão de estágios pelos quais uma sociedade subdesenvolvida se transforma em uma sociedade moderna, industrial e desenvolvida. Essa crítica passou a ser uma das proposições centrais da análise estagnacionista dos neomarxistas, que posteriormente também seria incorporada pela Teoria da Dependência.

Outra contribuição importante da obra de Frank (1966, p. 17-31) foi a tentativa de inserir em sua análise os condicionantes internos do subdesenvolvimento, embora de maneira bastante mais discreta que os dependentistas fariam mais tarde. O autor afirmou que a classe dominante do país satélite está inserida em uma cadeia de relações econômicas e políticas de troca, em que sua posição de dominância depende da manutenção da cadeia. Dessa forma, para que a classe dominante local mantenha sua posição, ela precisa perpetuar a condição de subdesenvolvimento. Ou seja, o autor percebe que além do constrangimento estrutural externo imposto pela condição de dependência metrópole-satélite, ainda existem os constrangimentos internos.

Já o sociólogo brasileiro **Theotônio dos Santos**, apesar de criticar Frank e os autores da teoria do imperialismo por sua falta de percepção dos processos históricos específicos de cada economia, também define a dinâmica periférica de maneira semelhante, na medida em que privilegia a estrutura externa como determinante da condição estrutural de subdesenvolvimento e aponta para o caráter permanente do subdesenvolvimento latino-americano. Tal estrutura de dependência aprofundaria e agravaria os problemas fundamentais dos países periféricos (SANTOS, 1970, p. 231). Nas palavras do autor:

Dependência é uma situação condicionante na qual as economias de um grupo de países são condicionadas pelo desenvolvimento e expansão de outros. Uma relação de interdependência entre duas ou mais economias ou entre estas economias e o sistema de comércio mundial toma-se uma relação dependente quando alguns países podem se expandir através de auto-impulso enquanto outros, estando em uma posição de dependência, só podem expandir como um reflexo dos países dominantes, que podem ter efeitos positivos ou negativos no seu desenvolvimento imediato. (SANTOS, 1970, p. 231).

Ao contrário de Prebisch e dos demais estruturalistas, que eram ávidos propositores do modelo de industrialização por substituição de importações, Santos não acreditava que tal política seria capaz de trazer os resultados almejados para estimular o desenvolvimento. Ele afirmava que o processo de substituição de importações não trazia consigo autonomia na tomada de decisões, pois a industrialização era determinada essencialmente pelos investimentos estrangeiros originários das corporações multinacionais, cujo poder estava localizado nos centros da economia mundial. Segundo ele, tal política tampouco trouxe melhora na distribuição de renda, pois o capitalismo oligopolista tende a concentrar poder e riqueza nas mãos de grupos de empresários com interesses semelhantes (SANTOS, 1998, p. 55).

De acordo com Santos (1998, p. 53-70), a nova situação de dependência moldada pela política de industrialização por substituição das importações limitou o desenvolvimento latino-americano e o deixou dependente das exportações, que têm por objetivo gerar as reservas necessárias para importar bens de capital imprescindíveis para o processo de industrialização. Ou seja, segundo Santos, à medida que a América Latina perseguia a política de industrialização por via da substituição de importações, ela se tornava cada vez mais dependente do centro industrializado (SANTOS, 1998, p. 53-70).

Rui Mauro Marini (1975, 2000, p. 109) segue na mesma linha ao preconizar que esta dinâmica de relacionamento deixava o país fadado ao que Frank chamou de “desenvolvimento do subdesenvolvimento”. Marini argumenta que a partir da Revolução Industrial, se estabelece uma divisão internacional do trabalho que irá determinar o curso de desenvolvimento das economias periféricas, configurando-se a dependência, compreendida como um processo de subordinação entre nações formalmente independentes. Sendo assim, Marini considera que o capitalismo dependente tende inexoravelmente à estagnação e ao aprofundamento de sua posição de subdesenvolvimento.

A análise de Marini é baseada na suposição marxista de que o imperialismo tende a se apropriar de parte da mais-valia produzida nas regiões periféricas, causando uma superexploração dos trabalhadores locais por parte da burguesia agromercantil e industrial. A superexploração da mão-de-obra, tanto na cidade quanto no campo, levaria a uma militarização das forças políticas e obstaculizaria o desenvolvimento do mercado interno, gerando um problema de falta de demanda interna. A burguesia industrial nacional, por sua

vez, tenderia a exportar sua produção para países de desenvolvimento menor, reproduzindo a relação centro-periferia em escala local ou regional.

Já **Caio Prado Júnior** (1966, p. 61-63), destacou-se entre os neomarxistas ao criticar a presunção de que os fatos históricos ocorridos na Europa constituem um modelo universal que inevitavelmente seria reproduzido no Brasil e em demais regiões periféricas. Ele afirmou que esta é uma suposição baseada em conceito rígidos e pré-estabelecidos, sem qualquer nível de crítica ou confronto com as realidades locais. Neste sentido, Caio Prado Júnior argumenta que a generalização do caso europeu é a principal fonte de equívocos sobre a realidade latino-americana e que não há nada mais equivocado do que assumir a semelhança da formação histórico brasileira com a europeia. Segundo as palavras do autor:

Uma coisa seria assinalar semelhanças entre o ocorrido nos países da Europa e em outros lugares. E na base dessa observação proceder à interpretação da evolução histórica de outros países e povos, inspirando-se em conceitos já elaborados à luz do exemplo europeu. Nunca esquecendo, contudo, que se tratava de simples semelhança, e que qualquer conclusão deveria cingir-se aos limites dessa semelhança. Coisa bem diferente, logo se vê, é partir como se fez no caso da interpretação da evolução brasileira, da presunção, admitida a priori, de que os fatos históricos ocorridos na Europa constituíam modelo universal que necessariamente haveria de se reproduzir em quaisquer outros lugares e, portanto, no Brasil também. Essa maneira de abordar os fatos históricos, escusado dizê-lo, é inteiramente descabida (PRADO JÚNIOR, 1966, p. 61-62).

Enquanto a formação econômica brasileira teve estrutura baseada na grande exploração agrária voltada para o mercado, a estrutura europeia era voltada essencialmente à produção familiar. Portanto, o autor discorda veementemente da visão econômica neoclássica, que sugere que o Brasil está em trânsito do feudalismo ao capitalismo, e afirma que o país está em trânsito de uma estrutura colonial para nação. Entretanto, Caio Prado (1966, p. 183-184) argumenta que apesar de o sistema colonial haver desaparecido, sua essência permanece intacta, contudo manifestando-se de forma distinta.

Todavia, apesar de também reconhecer que a única saída para a condição de subdesenvolvimento seria a revolução socialista, Caio Prado Júnior afirmou que havia a necessidade de implantar um período de transição democrático-burguesa para se chegar ao socialismo, com uma aliança entre o proletariado e a burguesia nacional. Para possibilitar essa aliança e o início desse período de desenvolvimento, seria preciso lutar contra duas forças oriundas da estrutura periférica brasileira: o monopólio da terra e o imperialismo (BIELSCHOWSKY, 2010, p. 17).

3.3.2. Críticas

A abordagem neomarxista do desenvolvimento periférico foi objeto de inúmeras críticas das mais variadas origens. Lall (1975²² apud PALMA, 1978) argumentou que as características geralmente atribuídas aos países subdesenvolvidos não são exclusivas somente a este grupo de países, mas estão presentes em diversos outros países do chamado mundo desenvolvido. Portanto, os neomarxistas não estariam falando de características exclusivas de um desenvolvimento capitalista dependente, mas do desenvolvimento capitalista em geral. Neste sentido Lall (1975 apud PALMA, 1978, p. 902) argumenta que os neomarxistas deveriam satisfazer os seguintes critérios para tornarem seus argumentos mais coesos:

- a) basear-se em características das economias dependentes que não são encontradas em economias não-dependentes e;
- b) ser capazes de mostrar relações causais entre a dependência e essas características.

Lall (1975 apud PALMA, 1978, p. 902) justifica seus argumentos pelo fato de que, se características cruciais da condição de dependência podem ser encontradas tanto em economias periféricas quanto em economias avançadas, o esquema conceitual da análise torna-se incoerente. Além disso, em relação ao segundo critério, se os autores não são capazes de demonstrar uma relação causal entre os indicadores de dependência e as economias periféricas, não está sendo formulada uma teoria do desenvolvimento periférico, mas simplesmente uma análise de indicadores sociais, políticos e econômicos que não necessariamente auxiliarão na compreensão do desenvolvimento periférico na América Latina.

Thomas Weisskopf (1976²³ apud PALMA, 1978, p. 902) utiliza dados empíricos para formular sua crítica à análise neomarxista do desenvolvimento periférico. O autor mostra de maneira empírica que a expansão econômica e industrial média dos países periféricos latino-americanos foi maior do que aquela dos países do centro no período de análise dos autores neomarxistas. Portanto, não haveria embasamento empírico para a tese de estagnação sustentada por esta corrente de pensamento.

Além destas, Fernando Henrique Cardoso (1973, p. 142-176) também teceu críticas contra a abordagem neomarxista. Ele argumentou que há cinco erros de interpretação

²² Lall, S. Is Dependence a Useful Concept in Analysing Underdevelopment?, **World Development**, v. 3, n. 11, p. 799-810, 1975.

²³ Weisskopf, T. E. Dependence as an Explanation of Underdevelopment: a critique, University of Michigan: Center for Research on Economic Development, 1976.

cometidos frequentemente pelos neomarxistas, quais sejam:

- a) que o desenvolvimento capitalista é impossível na América Latina;
- b) que o capitalismo periférico é necessariamente baseado na superexploração da mão-de-obra;
- c) que a burguesia industrial não existe enquanto força social;
- d) que a penetração de corporações multinacionais deixaria os Estados subordinados aos interesses do centro e;
- e) que as únicas saídas para a América Latina seriam o socialismo ou o fascismo.

Cardoso rejeitou uma a uma essas hipóteses que ele considera como inadequadas. Por restrições de tamanho e escopo do trabalho, estas não serão exploradas exaustivamente aqui. Para uma explicação detalhada, ver Cardoso (1973, p. 142-176).

3.4 A Teoria da Dependência

Consolidando-se após os golpes militares da América Latina e após o fenômeno da associação da burguesia industrial nacional à estrangeira, a Teoria da Dependência²⁴ constitui-se em uma crítica à forma dependente de como o capitalismo se manifesta na América Latina e demais regiões periféricas. Os dependentistas rejeitam a tese estruturalista de um desenvolvimento capitalista autóctone e independente do capital estrangeiro, bem como rejeitam a inevitabilidade de uma revolução socialista, como sugeriam os neomarxistas.

A Teoria da Dependência não negava a exploração da periferia pelo centro desenvolvido, porém ressaltava que tal exploração não poderia ser atribuída unicamente aos dominadores; as elites dos países periféricos intensificavam a dependência e subordinação através de uma associação ao centro desenvolvido. Sendo assim, é possível afirmar que uma das principais contribuições da Teoria da Dependência foi trazer as dinâmicas sociais internas para o foco da análise do desenvolvimentismo periférico. Na realidade, os dependentistas sustentavam que estava em curso no Brasil um processo de desenvolvimento capitalista,

²⁴ Não existe um consenso preciso na literatura que defina quais os principais argumentos da Teoria da Dependência nem tampouco quais são os autores que se enquadram nesta linha de análise. Aliás, muitos estudiosos inclusive questionam a condição de “teoria” atribuída a essa corrente de pensamento. Para os fins organizacionais e argumentativos deste trabalho, convencionou-se considerar a Teoria da Dependência como a ótica interpretativa que deposita nas dinâmicas sociais internas o foco de análise do desenvolvimento periférico. Sobre a definição da Teoria da Dependência e sobre o debate a respeito do fato de ela constituir uma teoria ou não, ver as obras de Mantega (1997), Gabriel Palma (1978), entre outros.

entretanto este se diferenciava daquele dos países avançados, dado que este se consubstanciava em um processo de desenvolvimento dependente e associado ao capital estrangeiro.

Uma das origens dos teóricos da dependência pode ser encontrada em 1958 quando um grupo de estudiosos organizou um seminário sistemático sobre O Capital e demais obras do capitalismo contemporâneo. Participavam do seminário José Arthur Giannotti, Paul Singer, Sebastião Advíncula da Cunha, Fernando Henrique Cardoso, Juarez Brandão Lopes, Octávio Ianni, Ruth Cardoso e Fernando Novaes. Esses personagens procuravam não somente compreender a dinâmica capitalista como, sobretudo, observá-la no contexto da realidade das sociedades periféricas (MANTEGA, 1997, p. 33).

A principal tarefa que surgia no horizonte desse grupo seletivo de intelectuais brasileiros era a de estabelecer as conexões entre o capitalismo contemporâneo e a sociedade brasileira, tentando enxergar além das explicações propostas até então pelos estruturalistas e neomarxistas. Embora eles foram capazes de identificar o surgimento da burguesia industrial e de certas forças internas, eles ainda mostravam-se presos a uma visão determinada de fora para dentro. Foi neste ponto que os dependentistas tiveram seu maior mérito, ao depositar o foco de sua análise nos condicionantes internos da dinâmica social brasileira.

Um importante avanço na análise dos teóricos da dependência foi demonstrar que as classes sociais no Brasil não correspondiam às suas congêneres da Europa, em termos de predileções, interesses e vocação política. Isso se aplica aos conceitos de burguesia industrial, proletariado, classe média e demais atores do cenário político-social do país. Ao retratar o conjunto destas categorias sociais, a Teoria da Dependência torna-se capaz de captar as particularidades da dinâmica social interna do Brasil de maneira mais precisa que as abordagens anteriores.

Todavia, a Teoria da Dependência não trata de divorciar-se por completo dos aspectos econômicos, mas sim de desenvolver uma perspectiva capaz de vincular os elementos econômicos e sociais do desenvolvimento periférico. Sendo assim, a interpretação dependentista supera a velha identidade que relacionava a condição de subdesenvolvimento a um sistema econômico com predomínio do setor primário. A condição de subdesenvolvimento agora passa a adquirir um caráter muito mais complexo, onde se faz presente especialmente a dinâmica social interna do país e não somente uma estrutura internacional de trocas desiguais.

3.4.1 Principais Expoentes

O sociólogo **Fernando Henrique Cardoso** foi responsável por grande parte dos avanços da Teoria da Dependência. Ele dedicou-se a buscar na observação empírica a elucidação de problemas que abordagens anteriores, como o estruturalismo e o neomarxismo, não eram capazes de resolver. Segundo estas abordagens, o Brasil era um país agroexportador e sua passagem para uma economia urbana e industrial esbarrava na resistência das oligarquias agrárias e em seus aliados imperialistas. Para os estruturalistas a solução estaria na associação da nascente burguesia industrial com as massas urbanas e na política de substituição de importações, enquanto para os neomarxistas a solução seria a revolução socialista seguida de um desenvolvimento autônomo.

Entretanto, o trabalho empírico desenvolvido por Fernando Henrique Cardoso, em sua obra "O Empresário", sugere o contrário. Após um detalhado estudo da estrutura das classes sociais brasileiras, Cardoso argumenta que a burguesia industrial do país não aspirava qualquer ruptura com as oligarquias agrárias, nem tampouco havia o desejo de divorciar-se do capital estrangeiro. Pelo contrário, Cardoso argumenta que a burguesia industrial brasileira buscava associar-se ao capital estrangeiro.

Três anos após a publicação de "O Empresário", Cardoso, em exílio no Chile, publica "Dependência e Desenvolvimento na América Latina" junto com Enzo Faletto. Com uma metodologia histórico-estrutural, os autores analisam as seguintes fases econômicas latino-americanas:

- a) sistema primário exportador;
- b) sistema de substituição de importações; e
- c) internacionalização dos mercados nacionais.

Diante destas fases econômicas são levantadas hipóteses que buscam explicar o processo de desenvolvimento do capitalismo na América Latina.

Para Cardoso e Faletto (1979, p. xiv-xviii), a estrutura social e política latino-americana modifica-se na medida em que grupos sociais conseguem impor seus interesses e valores ao conjunto da sociedade. Entretanto, ele não deixa de destacar a função dos atores externos e do Estado nacional como patrocinador do desenvolvimento. Assim, pode-se dizer que é a articulação da tríade grupos nacionais, grupos externos e Estado que constitui a ferramenta básica de análise desenvolvida por Cardoso, conforme ele sintetizou no

trecho abaixo:

As análises da dependência estrutural buscam explicar as inter-relações de classes e Estados-nação tanto no nível do cenário internacional quanto no nível interno a cada país. A análise dialética de tal complexo processo inclui a formulação de conceitos relacionados ao esforço para explicar como os processos interno e externo da dominação política se relacionam. Ela não pode ser concebida como se considerações de fatores externos ou de dominação estrangeira fossem suficientes para explicar a dinâmica das sociedades. A verdadeira questão reside nas inter-relações nos dois níveis. (CARDOSO; FALETTO, 1979, p. xviii).

Portanto, percebe-se que é da interação entre segmentos sociais, cada qual com seus interesses e valores próprios, que se constitui o sistema socioeconômico, e assim que os distintos grupos sociais vão conseguindo impor seus valores e interesses sobre a sociedade, a sua construção política e social também irá sofrer modificações. Ou seja, o sistema econômico, em suas esferas de desenvolvimento e dependência, passaria a estar sujeito à oposição, combinação e imposição dos interesses de distintos grupos sociais. Assim sendo, Cardoso entende que as relações de dependência estrutural permeiam para além da esfera das relações estritamente mercantis – como sugeriram abordagens anteriores – configurando-se também por meio das relações e alianças entre segmentos sociais.

A metodologia histórico-estrutural utilizada por Cardoso (1979, p. 8-28) entende que as estruturas sociais, que são produto da ação coletiva do homem, tendem a ser perpetuadas, mas a análise não negligencia as possibilidades de transformação da ordem existente através de processos sociais. Este é um ponto importante de sua interpretação, pois uma ênfase unicamente no aspecto estrutural implicaria em situações de dependência estáveis e permanentes. Sendo assim, Cardoso trabalha com ambos os aspectos das estruturas sociais, quais sejam: os mecanismos de autoperpetuação e as possibilidades de mudança através de processos sociais. Portanto, sua argumentação observa não somente a estrutura, mas também as forças sociais que fazem parte dela, tanto aquelas que buscam manter o *status quo*, quanto àquelas que exercem pressão para mudança.

Todavia, a argumentação desenvolvida por Cardoso (1979) sugere que os países latino-americanos são incapazes de encontrar uma via autônoma para o desenvolvimento. Dada a incapacidade das massas latino-americanas em promover a revolução socialista, a solução para superar a condição de dependência viria através do desenvolvimento associado. Esta solução implica em uma articulação entre os grupos sociais dominantes internos e os centros hegemônicos, de maneira que o desenvolvimento periférico latino-americano constituiria um modo de desenvolvimento associado, que lembra a “nova dependência” ou

“dependência tecnológico-industrial” de Santos.

Contudo, Cardoso acrescenta que o desenvolvimento associado não implica no alcance de uma sociedade mais igualitária ou mais justa. O desenvolvimento associado na América Latina tem um efeito dual, ao criar riqueza e pobreza, acumulação e escassez de capital, emprego e desemprego. Desta maneira, o autor ressalta que o desenvolvimento das economias capitalistas periféricas não as torna idênticas às economias do centro capitalista desenvolvido (CARDOSO; FALETTO, 1979, p. xxiii).

Sendo assim, com o reconhecimento da possibilidade de um movimento industrializante nas economias periféricas, a despeito da manutenção dos laços de dependência, esta proposta de interpretação configura um avanço em relação às interpretações anteriores. A relação entre as economias centrais e periféricas deixa de ser interpretada como uma relação entre países primário-exportadores e países industrializados, abrindo a possibilidade para uma relação entre países com distintos níveis de industrialização, superando a dicotomia centro-periferia de análises anteriores do processo de desenvolvimento na periferia.

3.4.2 Críticas

A Teoria da Dependência foi a ferramenta de interpretação do capitalismo periférico de maior repercussão e, naturalmente, também aquela objeto de maiores críticas. Os argumentos oscilam desde as críticas mais cétricas, que negam qualquer valor explicativo da teoria, até aquelas que reconhecem sua importante contribuição para as ciências sociais latino-americanas, embora apontem para algumas falhas pontuais. Seus argumentos entraram em crise no decorrer do final dos anos 1970, em parte como impacto do Golpe de Estado no Chile em 1973, cujas proposições estavam vinculadas à Teoria da Dependência, e em parte como fruto da segregação interna de seus principais propositores.

Uma crítica comum à Teoria da Dependência é a sua falta de embasamento empírico. Sanchez (2003, p. 4) argumenta que para que uma teoria seja considerada científica, ela deve ser testada empiricamente, entretanto, segundo ele, esse não seria o caso da Teoria da Dependência. A crítica mais contundente é a que argumenta que Teoria da Dependência tem caráter reformista e fatalista, que a impede de conjecturar alternativas autônomas para o desenvolvimento das sociedades periféricas. Além disso há a crítica de que a Teoria da Dependência não teria sido capaz de captar as alterações ocorridas na década de 1980,

especialmente no que se refere ao início e consolidação do pensamento neoliberal na América Latina, que seria seguido pela globalização na década seguinte.

Os dependentistas consideravam ser vital a presença do capital estrangeiro para a viabilização do desenvolvimento periférico, ou seja, a única alternativa para o desenvolvimento passaria por uma associação com os capitais estrangeiros (MANTEGA, 1997, p. 48-50). Todavia, ao contrário do que imaginavam os dependentistas, os investimentos estrangeiros não foram suficientes para incentivar o avanço da indústria e a expansão econômica do mercado interno. A proposição de que ao se completar a estrutura industrial, o país passaria a ter um tipo de integração com o capitalismo internacional que, apesar de ainda manter seu caráter dependente, constituiria uma integração dinâmica e garantiria o desenvolvimento nacional, mostrou-se errônea. A experiência histórica, especialmente durante os anos 80, fez com que tais hipóteses fossem repensadas.

Outra crítica contundente à Teoria da Dependência refere-se ao seu aspecto social, especialmente à questão da distribuição de renda. A distribuição de renda também foi objeto de críticas aos desenvolvimentistas autoritários, porém através de uma ótica diferente daquela pela qual os dependentistas seriam criticados. Para os dependentistas, o desenvolvimento periférico passaria por uma associação da classe burguesa doméstica com o capital internacional. Porém tal associação tende a criar uma estrutura de classes dominantes e classes dominadas, que inevitavelmente leva a uma estrutura social concentradora e excludente. Finalmente, uma última crítica comum à Teoria da Dependência é que a associação ao capital internacional, fruto do desenvolvimento associado, tende a trazer um aumento da vulnerabilidade externa, como fruto das vicissitudes dos fluxos de capital. Neste sentido, a proposta de desenvolvimento associado aos países latino-americanos possivelmente tenderia a ampliar os graus de dependência e subordinação ao capital internacional.

3.5 Um Novo Desenvolvimentismo?

Quando se tornou evidente que as políticas neoliberais não estavam trazendo crescimento, pelo contrário, traziam instabilidades financeiras e crescimento da desigualdade social, a América Latina esboçou uma reação. Em um primeiro momento, ela veio no domínio político, com a eleição de uma série de governos de cunho nacionalista e alinhamento político esquerdista, abrindo caminho para novas políticas desenvolvimentistas. No domínio acadêmico, a literatura debruçou-se sobre as experiências passadas de desenvolvimento na

América Latina e sobre o êxito dos países asiáticos, em contrapartida com o baixo crescimento latino-americano após a década de 1980, para formular uma visão alternativa de desenvolvimento que compatibilizasse crescimento econômico com equidade social. Convencionou-se chamar esse pensamento de novo desenvolvimentismo²⁵.

Bresser-Pereira foi o pioneiro em propor a terminologia e explorar as linhas gerais do conceito em artigo intitulado “Novo-desenvolvimentismo”, publicado na Folha de São Paulo em 2004. Bresser-Pereira (2010, p. 7) afirmou que o novo desenvolvimentismo é “[...] um conjunto de valores, ideias, instituições e políticas econômicas por meio das quais, no início do século XXI, os países de renda média procuram alcançar os países desenvolvidos”. Ainda segundo o autor (2010, p. 17) o novo desenvolvimentismo seria uma ferramenta que permitiria aos países em desenvolvimento rejeitar pressões por políticas econômicas e reformas, tais quais a flexibilização de proteções à conta capital e o crescimento econômico com poupança externa, entendidas como instrumentos neoimperialistas para neutralizar o crescimento dos países em desenvolvimento.

O novo desenvolvimentismo, apesar de manter seus pontos centrais semelhantes ao desenvolvimentismo, diferencia-se de seu precursor em uma série de questões, especialmente em suas propostas macroeconômicas e na relação entre as esferas público e privada, econômica e social, além da nacional e internacional. O novo desenvolvimentismo não busca uma economia centralizada com um Estado forte e um mercado fraco. A abordagem tampouco busca a situação oposta, com o mercado comandando a economia e um Estado fraco. Os novo desenvolvimentistas rejeitam ambas as possibilidades extremas, mas acreditam que entre os dois extremos coexistem inúmeras opções. A melhor delas seria um Estado forte que possa propiciar o surgimento de um mercado forte (SICSÚ; PAULA; MICHEL, 2005, p. 3, BRESSER-PEREIRA, 2012).

Sicsú, Paula e Michel (2005, p. 11) argumentam que, no desenvolvimentismo, a ausência de uma política estatal sólida que favorecesse a indústria doméstica em seu processo de desenvolvimento industrial, além do protecionismo generalizado, foram elementos que não contribuíram para estimular o processo de desenvolvimento técnico das empresas nacionais. Ou seja, segundo este ponto de vista, o modelo de substituição de importações não estimulou

²⁵ Há um debate na literatura sobre a essência do pensamento novo-desenvolvimentista ou social desenvolvimentista. Parte da literatura argumenta que ele representa um retorno ao pensamento desenvolvimentismo, enquanto outra parte se mostra cética quanto a tal retorno. O presente trabalho não busca se posicionar neste debate e se restringirá a fazer uma breve apresentação dos principais argumentos da corrente que convencionou-se chamar de novo-desenvolvimentista. Para estudos mais detalhados sobre o tema, ver: Fonseca (2015), Fonseca e Mollo (2013), Bresser-Pereira (2010, 2012), Sicsú, Paula e Michel (2005), entre outros.

a absorção e o progresso tecnológico, inculcando no empresariado nacional uma mentalidade de que o protecionismo era um fim, e não um mecanismo para que em determinado horizonte temporal florescesse um setor manufatureiro eficiente e competitivo internacionalmente, destinado a abastecer não somente o mercado interno mas também o mercado global.

As visões distintas sobre o papel da concorrência é outra distinção fundamental entre as duas abordagens, que está intimamente relacionado com a incapacidade do setor manufatureiro nacional tornar-se competitivo internacionalmente durante o processo de substituição de importações. Segundo a percepção novo desenvolvimentista, a concorrência faz-se necessária pois ela promove criatividade e inovação aos agentes econômicos, tornando o capitalismo mais dinâmico e estabelecendo remunerações diferenciadas de acordo com o nível de habilidade e de lucro que cada agente pode contribuir. Contudo, o Estado deve regular a concorrência, pois, em uma concorrência desregulada, os agentes pequenos e médios tendem a ser eliminados, tendendo a uma situação de oligopólio ou monopólio em que os preços aumentam e a qualidade dos produtos reduz (SICSÚ; PAULA; MICHEL, 2005, p. 3).

Sobre o papel do Estado e do mercado no novo desenvolvimentismo, Sicsú, Paula e Michel (2005, p. 3) argumentam que:

- a) não há possibilidade de haver um mercado forte sem a presença de um Estado forte;
- b) não há possibilidade de crescimento econômico sólido e contínuo sem o fortalecimento tanto do Estado quanto do mercado e sem a condução de política macroeconômica adequada;
- c) um mercado e um Estado fortes somente podem ser construídos por meio de uma estratégia nacional de desenvolvimento;
- d) não é possível reduzir a desigualdade social sem altas taxas de crescimento e sem crescimento sustentado.

A concepção novo desenvolvimentista ainda preconiza que o Estado deve ser forte e capaz de implementar políticas macroeconômicas defensivas e expansionistas. As políticas de caráter defensivo são aquelas que diminuem as chances e a potencialidade de crises cambiais e as políticas expansionistas são os meios para promover o pleno emprego, especialmente em períodos de recessão. Em relação às políticas industrial e de comércio exterior, os novo desenvolvimentistas assumem a sua necessidade porém em caráter subsidiário, dando maior importância à política macroeconômica. Ou seja, a perspectiva novo desenvolvimentista

sugere que para alcançar crescimento econômico e distribuição de renda seria é necessária uma coordenação de políticas (fiscal, monetária e cambial), avaliando-se os impactos de sua adoção em conjunto.

Em função das potenciais e frequentes crises que assolam a economia brasileira como fruto de sua vulnerabilidade externa, a abordagem novo-desenvolvimentista propõe medidas para controlar os fluxos de capital e blindar a conta capital da balança de pagamentos contra os efeitos dos choques externos que afetam a taxa de câmbio. Essa proposição esta baseada em uma série de trabalhos acadêmicos que mostram os efeitos negativos que a volatilidade em excesso da taxa cambial traz sobre as decisões de investimento, sobre a dívida pública e inflação. Portanto, como ferramenta para proteger-se destes choques, os novo desenvolvimentistas propõe medidas que protejam o país contra a volatilidade dos movimentos do capital financeiro (SICSÚ; PAULA; MICHEL, 2005, p. 4).

Este ponto constitui uma das distinções fundamentais entre as abordagens do antigo e do novo desenvolvimentismo. Enquanto o antigo desenvolvimentismo depositava o foco de suas políticas protecionistas na balança comercial, procurando reduzir a dependência do país da exportações de produtos primários, os novos desenvolvimentistas depositam sua atenção principalmente na conta capital. Os novo desenvolvimentistas argumentam que o foco do protecionismo deve ser na conta capital e que as transações da conta comercial deveriam ser liberalizadas, embora de uma maneira que atenda aos interesses e particularidades de cada país.

Sendo assim, torna-se possível argumentar que o velho é protecionista, enquanto o novo não o é. O novo desenvolvimentismo somente aponta para a importância de uma taxa de câmbio competitiva, dado que a região já teria superado a fase da indústria nascente, mas ainda enfrenta o potencial problema da chamada doença holandesa. A apreciação da taxa cambial resultante das vantagens em produzir e comercializar bens primários acabam tornando economicamente inviáveis outros setores que precisam de tecnologia de ponta. Os novo desenvolvimentistas sugerem que a neutralização dessa “falha de mercado” seja feita por meio da administração da taxa cambial e não por meio de protecionismo, de maneira a apoiar indústrias que operam com altos teores de tecnologia agregada (BRESSER-PEREIRA, 2007, p. 10).

Ao contrário do velho desenvolvimentismo, que mantinha uma perspectiva pessimista em relação ao setor exportador, o novo desenvolvimentismo acredita na capacidade dos países latino-americanos de exportar produtos manufaturados de médio e alto

valor agregado. Todavia, eles criticam a permanência dos países latino-americanos em seu modelo de substituição de importações. Os novos desenvolvimentistas argumentam que os países latino-americanos deveriam ter migrado no final dos anos 1960 para um modelo exportador, como fizeram os países asiáticos. Entende-se que o modelo exportador tem duas vantagens claras para o desenvolvimento manufatureiro que o diferem do modelo de substituição de importações:

- a) o mercado disponível para o setor industrial não fica restrito ao mercado interno;
e
- b) as empresas se sentem compelidas a buscar eficiência para serem beneficiadas pelas políticas industriais do modelo, diferentemente do modelo de substituição de importações que beneficia todo o setor.

Por fim, como produto de uma série de elementos em comum, torna-se possível argumentar que o novo desenvolvimentismo seria um meio termo entre a ortodoxia convencional e o antigo desenvolvimentismo. Visando a melhor compreensão do novo desenvolvimentismo, cabe aqui fazer uma breve distinção entre as três vertentes teóricas. Bresser-Pereira (2010, p. 20-24) aponta para cinco principais diferenças entre o antigo e o novo desenvolvimentismo. A primeira diferença é que no antigo desenvolvimentismo a industrialização é baseada no modelo de substituição de importações, enquanto no novo a expansão econômica seria baseada em um modelo exportador combinado com um mercado interno forte. A segunda diferença diz respeito ao papel do Estado, que para ambos é ente protagonista na conquista do desenvolvimento. Todavia, aos olhos do antigo desenvolvimentismo, o Estado deveria ter um papel de destaque na obtenção da poupança forçada e na condução de investimentos, enquanto os novos desenvolvimentistas sugerem um papel relativamente mais discreto do Estado, atuando como facilitador, encorajador e criador de oportunidades de investimento.

A terceira diferença diz respeito à política industrial, que no antigo desenvolvimentismo é central para o desenvolvimento e no novo é subsidiária. Os novos desenvolvimentistas acreditam que mais importante que a política industrial é uma política macroeconômica eficiente, entendida como uma política capaz de trazer uma taxa cambial competitiva, taxa de juros adequada e equilíbrio fiscal. A quarta diferença está relacionada com os déficits orçamentários, que não é um ponto consensual para os antigos desenvolvimentistas, porém é visto com rejeição pelos novos desenvolvimentistas. A última

diferença apontada por Bresser-Pereira (2010, p. 24) diz respeito à inflação, que era vista com complacência pelos desenvolvimentistas, mas é intolerada pelos novos desenvolvimentistas.

Por fim cabe brevemente diferenciar a ortodoxia convencional do novo desenvolvimentismo. Enquanto o novo desenvolvimentismo preconiza um Estado forte e um mercado forte e não enxerga nenhuma contradição entre eles, a ortodoxia convencional preconiza o fortalecimento do mercado e o enfraquecimento do Estado, ou seja, a ideologia do Estado mínimo e do laissez-faire. Ou seja, o novo desenvolvimentismo tem uma abordagem mais pragmática em relação aos papéis do Estado e do mercado na promoção do desenvolvimento, reconhecendo as limitações de ambos²⁶. Portanto, segundo o novo desenvolvimentismo, o bom governo é aquele capaz de promover a expansão econômica concomitantemente a uma distribuição de renda mais igualitária.

3.6 Conclusão Parcial

Fonseca (2015, p. 50) afirma que termos teóricos como o “capitalismo” e “liberalismo”, entre outros, permanecem em uso há séculos, apesar de que o capitalismo e o liberalismo de hoje sejam bastante distintos em relação à época em que começaram a ser utilizados. Neste sentido, é válido refletir o motivo pelo qual determinados termos teóricos persistem, mesmo na iminência de alterações nas condições históricas e/ou econômicas em que o termo de manifestava inicialmente. No caso do desenvolvimentismo, a resposta é clara. O presente trabalho argumenta que as condições históricas e econômicas que configuraram seu surgimento – marcadas por problemas estruturais, subdesenvolvimento e dependência – ainda não foram totalmente superadas. Enquanto estas condições persistirem, os debates sobre o desenvolvimentismo, em suas diversas vertentes, não desaparecerão.

A despeito das críticas e deficiências apontadas por diversos autores e sintetizadas nas seções anteriores, as abordagens desenvolvimentistas constituíram um inegável avanço em direção a uma teoria do desenvolvimento de países periféricos. Embora parte da literatura argumente que não foi estabelecido um novo paradigma teórico, os esforços não impediram que fossem desenvolvidas ideias originais e interpretações inovadoras, sedimentando um

²⁶ Reconhece-se que a alocação de fatores é uma função que o mercado desempenha melhor que o Estado, mas mesmo nessa função o mercado enfrenta problemas. Os novo desenvolvimentistas sugerem que ele é insuficiente para promover o investimento e a inovação. Ele não consegue neutralizar a tendência da taxa cambial se apreciar nem tampouco a tendência dos salários se expandirem mais lentamente que os níveis de produtividade. Ou seja, o mercado tende a ser ineficiente na distribuição de renda, na medida em que favorece os participantes mais fortes.

instrumento para a compreensão da realidade da inserção latino-americana no capitalismo periférico.

No início da década de 1950 começara a surgir na América Latina a percepção de que as propriedades inerentes ao desenvolvimento em curso nos países da região seguiam rumos distintos daqueles percorridos pelos países avançados. Portanto, tornava-se necessário construir um instrumental analítico próprio para compreender o processo de constituição do capitalismo na região, bem como a dinâmica do desenvolvimento periférico no Brasil e América Latina. As ferramentas teóricas então disponíveis não eram suficientes nem tampouco capazes de atender às necessidades de conhecimento que surgiam. Começava assim a ser construído o pensamento desenvolvimentista, possivelmente marcando o período de maior criatividade e contribuições ao pensamento econômico brasileiro.

O desenvolvimentismo notadamente foi uma corrente de pensamento que preconizava políticas formuladas e executadas de maneira deliberada pelo Estado, que através do fomento ao setor industrial atingiria crescimento de produção e progresso técnico, cujo objetivo final seria a superação de problemas sociais e da situação de menor dinamicidade ocupada na periferia do sistema capitalista. Contudo, embora este seja um núcleo comum entre os desenvolvimentistas, a literatura econômica teve distintas correntes teóricas dentro do pensamento desenvolvimentista, com destaque para os estruturalistas, os desenvolvimentistas autoritários, os neomarxistas e os teóricos da dependência.

Enquanto corrente analítica pioneira do pensamento desenvolvimentista, os estruturalistas forneceram importantes subsídios para a compreensão da transição das economias primário-exportadoras para as economias industrializadas, com destaque para a hipótese da deterioração dos termos de troca e pela construção do modelo de desenvolvimento por substituição de importações. Em seguida, a abordagem desenvolvimentista autoritária preconizava que os países periféricos encontravam-se em situação viciosa de estagnação, cujo estímulo para inversões era limitado pelas possibilidades restritas do mercado e pelo baixo nível de poupança. Como resultado, a corrente argumentava que uma maior fatia da renda deveria ser destinada às classes mais favorecidas, pois estas possuem maior propensão a poupança, que seria indispensável para o processo de desenvolvimento periférico.

Simultaneamente, também ganhavam terreno os neomarxistas da corrente estagnacionista. Sua interpretação não via a possibilidade de desenvolvimento capitalista nos países periféricos, que estariam fadados à estagnação e ao subdesenvolvimento. A única saída seria um rompimento com o centro capitalista seguido de uma revolução socialista. Em

seguida ganhou força no Brasil o pensamento da chamada nova esquerda, responsável pelo desenvolvimento da Teoria da Dependência. Esta corrente de interpretação teve como principal mérito enfatizar a dinâmica das forças sociais internas das economias periféricas, colocando em segundo plano os condicionantes externos.

Na parte introdutória da seção que explora o desenvolvimentismo neste trabalho, recorreu-se à obra de Hobsbawm para argumentar que o esquecimento da história está entre os fenômenos mais característicos e lúgubres que marcaram o século XX. Entende-se que a compreensão do passado revela importantes fundamentos do presente. A reconstituição histórica do pensamento brasileiro sobre o desenvolvimento, em suas distintas vertentes teóricas, foi importante para reconhecer a importância de um projeto deliberado conduzido pelo Estado nacional buscando a industrialização e a promoção do progresso técnico, mediante uma estratégia nacional de desenvolvimento.

Historicamente, todos os países que atingiram o nível de desenvolvimento das nações ricas o fizeram através de estratégias de desenvolvimento nacional. A Inglaterra, por exemplo, precisou de uma estratégia nacional de desenvolvimento para realizar a sua revolução industrial e para seguir sua trajetória de desenvolvimento. Além do caso inglês, o uso de estratégias nacionais de desenvolvimento foi evidente no caso dos chamados países de desenvolvimento tardio, como Alemanha, Japão e Coreia do Sul. Os países da periferia, por sua vez, como o Brasil e demais países da América Latina, também precisaram construir estratégias de desenvolvimento nacional para amenizar sua situação de dependência em relação ao centro, no período caracterizado como desenvolvimentista (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 5).

Contudo, Bresser-Pereira (2010, p. 5-6) aponta que a tarefa de elaborar e promover uma estratégia nacional de desenvolvimento foi muito mais simples para os países do centro ou os de desenvolvimento tardio do que para os países periféricos, pois estes tiveram que enfrentar o desafio adicional da dependência e de superar a subordinação das elites internas às elites centrais. Na América Latina é possível contrastar com clareza o relativo sucesso das políticas desenvolvimentistas em promover desenvolvimento em contraste com as políticas preconizados pelo pensamento ortodoxo convencional. Durante os anos 1950-1980, período marcado por estratégias nacionais de desenvolvimento, a taxa média anual de crescimento dos países latino-americanos foi de 3,11%, enquanto no período pós-1981 a taxa de crescimento ficou em 0,77%, principalmente como reflexo da aplicação de políticas neoliberais²⁷.

²⁷ O presente trabalho reconhece que, além da adoção de políticas neoliberais, outros fatores também contribuíram

No Brasil, a diferença foi ainda mais acentuada, com crescimento de 4,12% no período entre 1950-1980, marcado por estratégias nacionais de desenvolvimento, e 0,53% de crescimento no período pós-1981. Por outro lado, os países que rejeitaram as políticas neoliberais preconizadas pelo Consenso de Washington e adotaram políticas desenvolvimentistas, como a China, Coreia do Sul e outros países asiáticos, experimentaram crescimento econômico expressivo no mesmo período. Assim, enquanto os países asiáticos desenvolvimentistas experimentavam altas taxas de crescimento econômico, os países latino-americanos mergulhavam em um período de estagnação. Tal experiência é mais um exemplo histórico que serve para sublinhar a importância das estratégias nacionais de desenvolvimento (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 14).

O discurso que levou grande parte dos países da América Latina a abandonar o desenvolvimentismo e perseguir a políticas ortodoxas neoliberais é originário dos países do centro e exportado para os países em desenvolvimento, podendo ser sumariamente resumido nos seguintes argumentos:

- a) o principal problema dos países subdesenvolvidos é a falta de capacidade do mercado funcionar livremente;
- b) controlar a inflação deve ser a finalidade central da política macroeconômica;
- c) para atingir o controle da inflação, as taxas de juros devem ser altas e o câmbio apreciado;
- d) o capital estrangeiro não deve ser visto com preconceito.

Seguindo este discurso, enquanto os países da região viam seu controle sobre a taxa cambial se esvaír, os países da Ásia cresciam com superávits em conta corrente e mantinham o controle sobre a taxa de câmbio. Enquanto grande parte dos países da América Latina acatava todas as proposições ortodoxas, privatizando os monopólios de serviços públicos, os países da Ásia adotaram políticas de maior prudência e pragmatismo. Segundo as palavras de Bresser-Pereira, ao aceitar indiscriminadamente as políticas do Consenso de Washington, “Os países latino-americanos interromperam suas revoluções nacionais, suas nações se desorganizaram, perderam capacidade de coesão e autonomia, além da capacidade de manter uma estratégia nacional de desenvolvimento” (BRESSER-PEREIRA, 2012, p. 42).

para os baixos índices de crescimento no período. O Chile, contudo, foi uma exceção, onde o regime militar conduziu políticas liberais orientadas para a industrialização e exportação, que contribuiu para altos níveis de crescimento no país.

Portanto, em linha com a perspectiva clássica das teorias econômicas desenvolvimentistas e dos seus seguidores atuais, o presente trabalho assume que:

- a) o investimento é um ponto central para a expansão da renda;
- b) o processo de crescimento econômico não é linear e tampouco indiferente do setor em que economia se especializa;
- c) o setor manufatureiro tem maior potencial de levar ao desenvolvimento graças a sua relação com outros setores;
- d) o progresso tecnológico tem uma dinâmica endógena associada com a acumulação de capital liderada pelo setor manufatureiro. Assume-se, assim, que o setor manufatureiro carrega significativa importância no desenvolvimento econômico (THIRLWALL, 2011, HAUSMANN; HWANG; RODRIK, 2005).

Sendo assim, a crescente dependência da exportação de produtos primários que o Brasil vem sentindo como fruto do aprofundamento de sua relação com a China traz novamente à tona algumas das características estruturais de dependência e padrão de relacionamento assimétrico que o Brasil viveu desde o seu período colonial até as primeiras décadas da República. Destarte, as discussões apresentadas pelos pensadores desenvolvimentistas acerca do desenvolvimento latino-americano voltam a ser atuais e mostram-se relevantes para a análise dos impactos que a ascensão chinesa imprime no Brasil, e seus conceitos serão utilizados como ferramenta de análise e suporte teórico nas seções seguintes deste trabalho.

4 DINÂMICA DAS RELAÇÕES BRASIL – CHINA

A exponencial expansão das relações econômicas e financeiras entre a China e o Brasil, especialmente após 2001, pode ser entendida sobretudo no contexto das transformações da estrutura econômica e financeira global, que vem proporcionando uma maior exposição da China ao mundo, bem como em decorrência da crescente demanda chinesa por recursos naturais e energéticos, que são fundamentais para alimentar a sua estratégia de crescimento (STRAUSS, 2012, p. 6). Uma série de estudos e trabalhos acadêmicos dedicam-se a compreender os desdobramentos econômicos e políticos do crescente estreitamento comercial entre a China e seus vizinhos asiáticos, Europa e África²⁸. Porém a literatura que se dedica a estudar as consequências deste processo para a América Latina ainda é bastante restrita e aquela dedicada a analisar o Brasil como um espaço geoeconômico diferenciado do restante do continente é ainda mais restrita.

Este capítulo do trabalho busca explorar os variados aspectos da dinâmica das relações sino-brasileiras, visando sedimentar uma base que servirá de importante ferramenta para a análise contida no capítulo subsequente. A próxima seção dedicar-se-á a traçar um panorama histórico das relações sino-brasileiras²⁹. Em um segundo momento, será feita uma apreciação da política externa chinesa para a América Latina³⁰, com especial atenção para o Brasil. Em seguida, será feita uma análise da trajetória das relações comerciais entre Brasil e China. Por fim, serão abordadas as relações financeiras entre Brasil e China, com especial atenção para os fluxos de investimento chineses ao Brasil. A compreensão desta dinâmica será uma importante ferramenta para a análise dos impactos que a ascensão chinesa imprime sobre o Brasil, objeto do próximo capítulo.

²⁸ Para consultar trabalhos sobre o processo de deslocamento das exportações como um subproduto da maior exposição chinesa no comércio internacional, ver entre outros: Wong, Eng e Habibullah (2014) e Eichengreen, Rhee e Tong (2007) para estudos do caso asiático; Jenkins e Edwards (2015) para o caso dos países africanos; Zeidian (2015) para o caso norte-americano e Amighini *et al.* (2014) para o caso dos países europeus.

²⁹ Esta seção tem como origem a pesquisa conduzida em meu trabalho de conclusão da graduação em Relações Internacionais, intitulado “Ascensão da China: uma análise de seus impactos sobre o Brasil”. O texto foi reescrito incluindo novas evidências encontradas com o aprofundamento da pesquisa e atualizado para abarcar o período do primeiro governo Dilma Rousseff.

³⁰ Esta seção também tem como origem a pesquisa conduzida em meu trabalho de conclusão da graduação. O texto foi reescrito incluindo novas evidências encontradas com o aprofundamento da pesquisa, porém grande parte de suas conclusões permanecem em linha com àquelas encontradas em meu trabalho anterior.

4.1 Panorama Histórico das Relações Sino-Brasileiras

Desde o início da Revolução Chinesa, que culminou com o estabelecimento do Partido Comunista Chinês (PCC) no poder em 1949, os formuladores de políticas chineses passaram a depositar especial atenção para o estreitamento de suas relações com as regiões periféricas do mundo, em grande parte como produto do isolamento internacional que o novo regime sofria e da decorrente necessidade que a China sentia em obter reconhecimento diplomático. Contudo, o Brasil, dentro do contexto de Guerra Fria e em virtude de seu relacionamento com os Estados Unidos, exerceu um papel mais pragmático e menos ativo³¹ em seu relacionamento com o novo governo de Mao (BÉCARD, 2011, p. 31-32).

Entretanto, a Guerra da Coreia, que teve início após a invasão do paralelo 38 pela Coreia do Norte e o posterior apoio concedido pelo governo chinês, viria a repercutir na posição brasileira perante a China, na medida em que o episódio trazia consequências para a política norte-americana de *cointainment*. Embora o governo brasileiro tenha resistido à pressões norte-americanas de enviar tropas ao teatro de operações, as relações entre Brasil e China foram novamente abaladas como fruto da política ocidental de contenção ao comunismo. Como consequência, em 1952, após três anos de indefinição diplomática, foi finalmente definido o *status* da China perante a Política Externa Brasileira: reconhecia-se o governo nacionalista do Kuomintang, em detrimento do governo comunista de Mao, e o Embaixador Gastão Paranhos do Rio Branco assumia o posto como representante brasileira perante o governo chinês em Taipei (PINHEIRO, 1993, p. 251).

Ao longo da década de 1950 e durante o início dos anos 1960, a forte influência dos Estados Unidos sob a política externa dos países latino-americanos e uma série de outros fatores dificultaram o estabelecimento de uma política externa chinesa para a América Latina. Bécárd (2011, p. 31-32) aponta para os escassos recursos financeiros, para uma diplomacia marcadamente isolacionista e para a influência norte-americana na região como os principais fatores que obstaculizaram o aprofundamento das relações entre China e América Latina no período. Porém, se por um lado a conjuntura que vigia na década de cinquenta impossibilitou um maior desenvolvimento das relações sino-brasileiras, os primeiros anos da década de

³¹ Em que pese o baixo perfil de relacionamento entre Brasil e China no período que antecedeu à Revolução, ambos os países já haviam assinado alguns acordos bilaterais. Em 1943, foi firmado o Tratado de Amizade sino-brasileiro em substituição ao Acordo de Comércio e Navegação, este assinado em 1881. Já, em 1946, foi firmado um convênio cultural com a China, por ocasião da visita da primeira dama, Sra. Chiang, ao Rio de Janeiro (PINHEIRO, 1993).

sessenta trouxeram realidade distinta e permitiram que os países ensaiassem maior aproximação.

O governo do Presidente Jânio Quadros, nos marcos da Política Externa Independente, trouxe novos ânimos para a aproximação das relações com as lideranças chinesas. Como um dos instrumentos do projeto de estreitamento das relações com o governo chinês, foi programada uma visita do vice-presidente João Goulart à Beijing, em Agosto de 1961. A viagem era parte da estratégia universalista que passava a ser perseguida, buscando diversificar os parceiros comerciais do Brasil. Na ocasião da visita, os representantes brasileiros propuseram que uma representação comercial permanente fosse estabelecida em ambos os países e afirmaram publicamente que o Brasil apoiaria um debate na ONU sobre a admissão da República Popular da China na organização. Além destes pronunciamentos, também foi assinado um acordo interbancário, que culminou na visita de uma missão comercial chinesa ao Brasil (PINHEIRO, 1993, p. 251).

Em 1964, a deposição do Presidente João Goulart e a instauração do regime militar novamente vieram a mudar profundamente o relacionamento do Brasil com a República Popular da China. Assim que assumiu o poder, o governo de Castello Branco rompeu de imediato todos os canais de relação com o país asiático, para evitar as influências da “ameaça comunista” e o “ímpeto revolucionário” chinês. Contudo, passados os primeiros anos após o Golpe Militar, iniciou-se um momento de reavaliação da posição brasileira perante o governo chinês; o Brasil lentamente passava a retomar o padrão nacional-desenvolvimentista de sua diplomacia e a assumir atitude mais pragmática e menos ideológica na formulação de sua política externa – tinha início assim o chamado Pragmatismo Responsável (BÉCARD, 2011, p. 32).

No mesmo período, a reaproximação da República Popular da China com os Estados Unidos como produto das viagens secretas de Kissinger à Beijing, assim como o reingresso chinês na ONU, foram fatores que forneceram substrato significativo para legitimar o governo de Beijing frente ao resto do mundo e para justificar novos esforços de aproximação entre Brasil e China. Como resultado da nova conjuntura, as relações bilaterais evoluíram por meio de visitas comerciais e contatos governamentais pontuais³², obedecendo à postura de “cautela” preconizada pela Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional (CSN), que

³² O cônsul brasileiro em Hong Kong compareceu às comemorações do aniversário da proclamação da República Popular da China, a convite oficial desta. Logo em seguida, este mesmo representante integrou missão comercial de empresários brasileiros à Feira de Cantão, também a convite do governo chinês.

ainda restringia a normalização efetiva das relações diplomáticas com a República Popular da China (PINHEIRO, 1993, p. 252-253).

Contudo, apesar das fundamentais disparidades entre as ideologias do governo comunista de Mao e o regime militar brasileiro, o Pragmatismo Responsável da Política Externa Brasileira guardava posições em comum³³ com a China em termos de projeto de inserção no sistema internacional (OLIVEIRA, 2010, p. 90). O conjunto da retomada de uma posição nacional-desenvolvimentista na Política Externa Brasileira, somado à legitimação do governo de Beijing no sistema internacional, bem como o resultado dos Relatórios de Hong Kong³⁴ produzidos pela Embaixada do Brasil, condicionaram o reconhecimento da República Popular da China em 1974. Porém, a despeito do anseio de ambos os países em estreitar seu relacionamento, o desenvolvimento após o reestabelecimento das relações mostrou-se vagaroso devido a impedimentos políticos de natureza interna de cada país³⁵, além da carência de recursos e da longa distância física e cultural que separava Brasil e China (PINHEIRO, 1993, p. 256-259; LESSA, 2010, p. 124).

Em 1978, a assinatura do primeiro acordo comercial entre Brasil e China após o reestabelecimento das relações diplomáticas, bem como as reformas de abertura econômica conduzidas por Deng Xiaoping, fizeram com que o relacionamento bilateral evoluísse em ritmo mais acelerado, essencialmente impulsionado pelas trocas comerciais. A corrente de comércio cresceu de US\$ 19,4 milhões em 1974 – ano do reconhecimento da RPC pelo Brasil – para US\$ 202 milhões em 1979 – ano que marcou o início das reformas de abertura (BÉCARD, 2011, p. 33). As possibilidades de cooperação com ganhos mútuos nas áreas de economia, ciência e tecnologia condicionaram a assinatura de mais de vinte atos bilaterais entre Brasil e China ao longo da década de oitenta, garantindo a institucionalização das relações e criando instrumentos para o crescimento de ações futuras. O projeto de desenvolvimento e construção conjunta de satélites de sensoriamento remoto³⁶, assinado em

³³ Brasil e China compartilhavam posições em relação ao direito marítimo, às políticas ambientais internacionais e à questão nuclear, além de terem propostas de inserção internacional semelhantes.

³⁴ Entre 1969 e 1971, foram produzidos pelo consulado do Brasil na colônia britânica, os chamados Relatórios de Hong Kong, os quais procuravam explicar o panorama político interno da República Popular da China e suas consequências para a política externa de Beijing. Nesta linha, esclarecia-se que não obstante o radicalismo ideológico do período da Revolução Cultural, o governo chinês não mais procurava incentivar os movimentos revolucionários ao redor do mundo. Além disso, os relatórios apontavam que tendo-se encerrado a disputa interna entre as lideranças chinesas, abria-se caminho para a implementação de um estreitamento das relações da República Popular da China com o resto do mundo, independentemente das posições ideológicas dos países. Neste ponto, apontava-se para a possibilidade de a China estar projetando uma aproximação com o Brasil, dentro de sua nova estratégia de política internacional (PINHEIRO, 1993).

³⁵ A morte de Mao Zedong e de Zhou Enlai, ambas em 1976, desestabilizaram a situação política interna chinesa, travando o desenvolvimento das relações políticas com o Brasil.

³⁶ Projeto conhecido como China-Brazil Earth Resource Satellite (CBERS), lançado em 1988.

1988, representa com fidelidade esta nova etapa do relacionamento sino-brasileiro, em que o Brasil lutava por autonomia frente aos países desenvolvidos e a China buscava contornar as restrições à aquisição de tecnologia de ponta imposta pelos países do centro (OLIVEIRA, 2006, p. 122).

Na segunda metade dos anos 1980, a despeito do retorno à democracia no Brasil, despontavam novas dificuldades para o estreitamento do relacionamento com a China, especialmente no que se refere ao agravamento da questão da dívida externa brasileira, ao ressurgimento das fortes pressões inflacionárias e à moratória da dívida declarada em 1987. Do lado chinês, o isolamento internacional consequente do episódio da Praça da Paz Celestial em 1989, a situação interna conturbada e o fim da Guerra Fria, que apartava a China do epicentro estratégico do tabuleiro geopolítico, também eram fatores que obstaculizavam um relacionamento mais próximo entre os dois países. As implicações dessa conjuntura que vigia em ambos os países persistiu ao longo do início da década de 1990, entervando o aprofundamento das relações políticas e econômicas entre Brasil e China (BÉCARD, 2011, p. 34).

O início da presidência de Itamar Franco, em 1993, imprimiu novo ímpeto às relações sino-brasileiras, tanto no plano bilateral, com o recrudescimento de novos acordos comerciais e com o empenho em fortalecer o projeto do desenvolvimento e construção conjunta de satélites de sensoriamento remoto, quanto no plano multilateral, com a cooperação em organismos internacionais. O bom relacionamento alcançado entre os países nas áreas espacial e econômica – com a corrente comercial superando a marca de US\$ 1 bilhão pela primeira vez –, contribuiu³⁷ para que as lideranças de ambos os países se pronunciassem e passassem a considerar a parceria sino-brasileira como uma parceria estratégica, expressão cunhada pelo primeiro-ministro chinês Zhu Rongji (朱镕基) em 1993 (OLIVEIRA, 2006, p. 121).

Com a virada do novo milênio, enquanto a China ganhava destaque internacional decorrente de suas impressionantes realizações econômicas, o país também assumia papel de maior proeminência na política internacional. Neste contexto de crescente exposição internacional, a política externa do governo chinês passou a empreender esforços para a busca por mercados para escoar sua produção, capital e tecnologia para modernizar sua estrutura produtiva e matérias-primas e energia, considerados elementos essenciais para a alimentar o

³⁷ Também vale mencionar que o sucesso do Plano Real no Brasil e a superação da crise financeira asiática em fins dos anos noventa foram fatores para permitir esse contexto de aprofundamento de relações.

crescimento econômico do país (BÉCARD; BARROS-PLATIAU; OLIVEIRA, 2015, p. 87-96).

Neste contexto, o Brasil gradualmente tornou-se um importante parceiro dentro da nova realidade de inserção internacional chinesa. A eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a sua proposta de política externa universalista imprimiram novo ímpeto nas relações com a China, condicionando expansão significativa das relações comerciais e estreitamento expressivo das relações políticas, que perpassam o âmbito bilateral se fazendo presentes também nos organismos multilaterais e na iniciativa dos BRICS (BAPTISTA; ALMEIDA, 2015, p. 100-104).

Os governos dos Presidentes Lula e Hu Jintao trabalharam conjuntamente para aprofundar os laços entre Brasil e China. Em maio de 2004, a equipe do Presidente Lula decidiu que a China seria o primeiro país asiático a que ele faria visita oficial. A visita seria retribuída por pelo Presidente Hu Jintao ainda no mesmo ano. Em 2009, Hu fez nova viagem oficial ao Brasil, que também foi retribuída por Lula no mesmo ano, com o objetivo de estabelecer comitês de diálogo de alto nível e acordos institucionalizando as diretrizes norteadoras do relacionamento sino-brasileiro. Como resultado destes esforços, as relações políticas chegaram ao estágio mais intenso em sua história³⁸ e as posições políticas dos países experimentaram convergências crescentes nas principais coalizões e grupos de geometria variável (SILVA, 2015, p. 166-167).

Um importante mecanismo de cooperação estabelecido como produto de tais esforços foi a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), cujo objetivo é orientar o desenvolvimento das relações bilaterais e já foi responsável por promover reuniões entre chefes de Estado dos dois países em 2006, 2012, 2013 e 2015. A criação do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC) em 2004, do Comitê de Diálogo Estratégico em 2007 e do Comitê Brasil-China de Diálogos Financeiros em 2008, trazendo para uma mesma mesa de negociações as lideranças dos principais setores de cada país, também representou importante avanço para as relações bilaterais (OLIVEIRA, 2010, p. 92). Este novo momento das relações sino-brasileiras motivou um artigo de abril de 2011 publicado no *Jornal do Povo*³⁹ a descrever as relações utilizando a metáfora “Brasil e China

³⁸ Aconteceram duas viagens presidenciais de Lula à China em 2004, uma viagem do presidente chinês ao Brasil, o lançamento da Agenda China e a formação da Comissão Sino-brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), com a finalidade de nortear o desenvolvimento das relações entre os países.

³⁹ Nome original: 人民日报 (*renmin ribao*) .

dão as mãos criando uma locomotiva para o desenvolvimento” (中巴联手建造火车头 – *zhongba lianshou jianzao huochetou*).

O período dos governos de Lula e Hu Jintao também foi de florescimento na cooperação científica e tecnológica entre os países. O projeto de desenvolvimento de satélites CBERS ganhou fôlego e foram feitos lançamentos do Cbers-2 em 2003, Cbers-2B em 2007, Cbers-3 em 2013 e, mais recentemente, do Cbers-4 em Dezembro de 2014. As imagens captadas pelos satélites possibilitam o mapeamento de áreas agrícolas e geológicas e o monitoramento de áreas de desmatamento de grande parte da América do Sul e China. Além disso, o governo brasileiro está desenvolvendo parcerias governamentais para disponibilizar as imagens gratuitamente para alguns países da África. Ainda na área da ciência e tecnologia, em 2009 foi criado o Centro China-Brasil de Mudanças Climáticas e Energias Renováveis, através de uma parceria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) com a Universidade Tsinghua (BÉCARD; BARROS-PLATIAU; OLIVEIRA, 2015, p. 87-96).

O governo de Dilma Rousseff deu continuidade aos esforços de aproximação entre os dois países. A China foi um dos primeiros destinos internacionais da presidente após sua eleição, porém Dilma adota uma perspectiva mais pragmática e está atenta aos rumos assimétricos que o relacionamento está tomando. A Presidente enfatizou em sua viagem que: “Precisamos ir além da complementaridade de nossas economias para favorecer uma relação dinâmica, diversificada e equilibrada”. A presidente completou “A transformação da agenda (exportadora) com produtos de maior valor agregado é o desafio para os próximos anos e um dos pilares para a sustentabilidade da expansão do comércio bilateral”.

Durante o primeiro governo de Dilma, foram assinados mais de 50 acordos nas áreas da ciência e tecnologia, educação, agrícola e negócios. Destaca-se a abertura de um laboratório de pesquisa da Embrapa em Pequim, cujo objetivo é desenvolver pesquisas em conjunto com instituições locais sobre biocombustíveis, agro-energia, agroecologia e variações genéticas. Em 2012 ainda foi estabelecido o Centro Brasil-China de Pesquisa e Inovação em Nanotecnologia, com capital inicial de US\$ 10 milhões. O setor privado também tem aproveitado o ambiente favorável do relacionamento sino-brasileiro, levando diversas empresas a expandir suas operações e assinar acordos, como Embraer, Foxconn, Baidu, Vale, entre outras. (BÉCARD; BARROS-PLATIAU; OLIVEIRA, 2015, p. 87-96).

Assim, no início da segunda década do século XXI, está claro que as relações entre Brasil e China superam o âmbito econômico e adquirem relevante caráter político no tabuleiro geoestratégico do novo século. Entretanto, em que pese a expansão das relações

sino-brasileiras e a institucionalização do relacionamento através de uma série de acordos, o governo brasileiro ainda carece de planejamento e de estratégias sólidas que permitam minimizar os riscos e potencializar os ganhos da relação, transformando esta oportunidade em desenvolvimento econômico e social de longo prazo.

Dado este panorama histórico do relacionamento sino-brasileiro, a próxima seção dedicar-se-á a explorar a política externa chinesa para a América Latina, com especial atenção para o Brasil. Em seguida serão caracterizadas as relações comerciais e financeiras sino-brasileiras

4.2 A Política Externa Chinesa para a América Latina e Brasil

Nas últimas décadas, a China passou de uma posição de isolamento para uma posição de proeminência econômica e política, de um exército obsoleto a uma força profissional detentora de alta tecnologia, de hostilidade perante instituições internacionais a participação ativa em organismos multilaterais. Durante este processo, a diplomacia do gigante asiático tornou-se cada vez mais sofisticada, expandindo suas fronteiras de ação da Ásia para todos os continentes – a política externa chinesa passou a ser menos pessoal, menos subjetiva e menos ideológica, para ser mais pragmática e profissional. Com isso, os interesses nacionais da China tornaram-se mais claros no plano internacional e a perseguição desses interesses passou a ser mais realista e transparente (HAO, 2009, p. 15-36). Para a melhor compreensão dos efeitos que a ascensão chinesa imprime sobre o Brasil, torna-se fundamental compreender os princípios gerais da política externa chinesa, sua evolução e suas estratégias para a América Latina e Brasil.

A análise da história da diplomacia chinesa *per se* não representa uma imagem fidedigna da realidade atual da política externa do país; contudo, ignorar sua tradição e princípios históricos, avaliando somente a conjuntura atual, configuraria apenas uma interpretação parcial de uma realidade muito mais complexa. A tradição é um importante ingrediente da política externa chinesa contemporânea, e é justamente o ingrediente que parece escasso em grande parte das análises de estudiosos ocidentais da diplomacia chinesa. Feita esta consideração, nesta seção será conduzida uma breve introdução das linhas gerais da política externa chinesa, buscando incluir análises de teóricos ocidentais e chineses e priorizando a inserção da situação brasileira na análise.

O sistema tributário chinês, estrutura organizacional das relações internacionais chinesas anterior à sua inserção no sistema ocidental, era o mecanismo através do qual o Império Chinês se relacionava com seus vizinhos e ensaiava conceitos de política externa⁴⁰. A configuração do sistema tributário era hegemônica e hierárquica, em que a China mantinha a responsabilidade de líder do sistema e os demais atores periféricos reconheciam a superioridade chinesa e a honravam com um papel central. Um dos princípios fundamentais que governavam o sistema tributário chinês era a noção confuciana de *li* (禮), ou ritual, princípio que justificava que os Estados vassalos pagassem tributos à China em troca de ajuda econômica e segurança.

Outro princípio fundamental do sistema é a também noção confuciana *ren* (仁)⁴¹, que representa o significado de moralidade e benevolência, que sugere que a despeito de estarem imersos em uma relação hierárquica, os membros do sistema manteriam um relacionamento com a China tal qual aquele entre pai e filho, e não um relacionamento de servidão (QIN, 2010, p. 249-270). O padrão chinês de relações internacionais, sustentado por ideais confucionistas e taoistas, exerceu um poder de atração mais elevado que aquele dos países ocidentais em grande parte dos países asiáticos, que eram favoráveis à preservação de um legado comum (MENDES, 2008, p. 232-233). Esta tradição cultural, bem como o crescente peso econômico e militar chinês, não podem ser desconsiderados de uma análise da política externa chinesa contemporânea.

Em meados do século XIX, as principais potências do Ocidente começaram a realizar incursões no sistema tributário chinês e a história testemunhou um choque entre os dois sistemas. De um lado figurava o Sistema Westphaliano, estabelecido em 1648, sendo o Estado-nação sua figura central, a soberania a norma fundamental e a balança de poder o instrumento fundamental de manutenção da ordem. Do outro lado, figurava o sistema tributário, em que o Império Chinês exercia o papel de líder do sistema, o ritual confuciano era seu instrumento organizador e a moral confuciana o mecanismo para manutenção da ordem. O sistema Ocidental prevaleceu no choque de sistemas e a China viu-se submersa em uma sociedade semifeudal e colonial por um século, sendo humilhada por derrotas armadas e assinaturas de tratados desiguais. O país apenas iniciaria sua trajetória de recuperação em

⁴⁰ Se julgado à luz do Sistema Westphaliano de Estados, o sistema tributário chinês não pode ser considerado como um sistema internacional, pois não conhecia-se o conceito de soberania e tampouco o de Estado-nação.

⁴¹ As cinco grandes relações confucionistas – imperador/súdito, pai/filho, irmão mais velho/irmão mais novo, marido/mulher e amigo/amigo – são transpostas para a sociedade internacional, vista como uma família tradicionalmente liderada pela China.

meados do século XX, após a instauração da República Popular da China, momento que marca o início da história da política externa chinesa contemporânea (QIN, 2010, p. 249-270).

Em 1954, poucos anos após o estabelecimento da República Popular da China, Zhou Enlai, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros da China e considerado o pai da diplomacia chinesa, enunciou os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica, no contexto das negociações entre China e Índia pelo território que hoje corresponde ao atual Tibet. Os cinco princípios são:

- a) respeito mútuo à soberania e à integridade territorial;
- b) não-agressão;
- c) não-interferência nos assuntos internos de terceiros países;
- d) igualdade e benefícios recíprocos; e
- e) coexistência pacífica.

Os princípios⁴² configuraram agenda para o posicionamento internacional das nações integrantes do Movimento dos Não-Alinhados durante a Guerra Fria e continuam até os dias atuais configurando importante instrumento norteador para a política externa chinesa (QIN, 2010, p. 249-270). Porém, também é possível argumentar que os cinco princípios representaram uma afirmação em escala global da concepção westfaliana de relações internacionais, dado que eles também consagram o Estado como ator principal da política internacional.

A segunda geração de líderes chineses, comandada por Deng Xiaoping, herdou uma série de propriedades da antiga diplomacia conduzida por Mao e Zhou Enlai, porém Deng passou a imprimir características próprias na formulação de sua política externa. Deng Xiaoping herdou a aversão à nações hegemônicas, o apreço pela cooperação com os países do terceiro-mundo, além do respeito pelos cinco princípios da coexistência pacífica, que permaneciam como instrumental fundamental na condução da política externa chinesa. Por outro lado, as reformas de abertura econômica e política iniciadas por Deng trouxeram alterações profundas ao Estado chinês, as quais requeriam adequação da política externa

⁴² A acadêmica Julia Strauss (2012) sugere que a re-ascensão chinesa recicla estes princípios, emulando-os de maneira a conferir mais poder à lógica econômica. Nesse sentido, a autora sugere mais três princípios que, embora não façam parte da retórica oficial do governo chinês, estariam embutidos em sua estratégia desenvolvimentista. O primeiro é chamado de "*fractal*", e corresponderia a ideia de que a China faça parte e seja uma líder do mundo em desenvolvimento, e com este compartilharia o passado de sofrimento e subdesenvolvimento. Esse princípio vê a China como um exemplo que superou o seu passado de subdesenvolvimento e seria um modelo de desenvolvimento a ser emulado, levando-se em consideração as particularidades de cada país. O segundo e o terceiro princípios sugeridos por Strauss são, respectivamente, vantagens comparativas e cooperação horizontal.

chinesa⁴³ à nova realidade. Sob Deng, a diplomacia chinesa abandonava o caráter ideológico e radical, passando a agir com maior pragmatismo. Seu objetivo central passou a ser a criação de um ambiente internacional pacífico e favorável ao desenvolvimento econômico nacional e à reunificação da nação chinesa (ZHANG, 2009).

A terceira geração de líderes da China pós-revolução, que tinha Jiang Zemin como líder político, herdou de Deng Xiaoping uma conjuntura internacional conturbada pelo episódio de Tiananmen e pelo fim da Guerra Fria, com o desmembramento da União Soviética. Em que pese a situação internacional adversa, Jiang deu continuidade às reformas de abertura iniciadas pelo seu predecessor e também buscou direcionar esforços para construir um ambiente internacional pacífico e propício ao desenvolvimento econômico do país. O retorno de Hong Kong e Macau à China, em fins da década de 1990, foi uma conquista de grande importância para a política externa chinesa, que traçava um ponto final na história de humilhações em que potências estrangeiras colonizavam o território e a autoestima do país (ZHANG, 2009).

Na virada do novo século, a China firmava-se como uma economia de mercado, ingressava na Organização Mundial do Comércio e ganhava destaque como importante ator do tabuleiro econômico e político internacional. Halper (2010, p. 1), descreve esse processo no seguinte excerto:

*Long gone are the ideological crusades of the 1960s – crusades that took Maoism to Africa, spread revolution in Southeast Asia, and sought to overthrow the great powers of the West. On the contrary, capitalism is now a global phenomenon – with China among its greatest champions. And since this new incarnation has embraced the capitalist road, the country has come to rely on international markets, global institutions, and free trade to achieve economic growth.*⁴⁴ (HALPER, 2010, p. 1).

Na esteira destes eventos, o fim da Guerra Fria e o ingresso da China na OMC trouxeram modificações profundas aos trilhos diplomáticos perseguidos pela China. Com o fim da guerra, a diplomacia chinesa adequou-se à nova estrutura de poder global, que deixava de ser bipolar, buscando uma novas fontes para condução de sua política além da ideológica. Outro fundamental efeito da nova configuração de poder foi a redução dos interesses da China

⁴³ A diplomacia de Deng Xiaoping foi oficialmente denominada pelo governo chinês de “Política Externa Independente para a Paz”, termo criado por Zhao Ziyang, premiê do Conselho de Estado.

⁴⁴ "Longe estão as cruzadas ideológicas da década de 1960 – cruzadas que levaram o maoísmo à África, espalharam a revolução pelo sudeste asiático, e tentaram superar as grandes potências do ocidente. Pelo contrário, o capitalismo agora é um fenômeno global – com a China entre os seus principais vencedores. E desde que a China tem seguido a trajetória capitalista, o país tem cada vez mais dependido dos mercados internacionais, das instituições globais e do livre-mercado para atingir crescimento econômico." (tradução nossa).

em conflitos periféricos – esse interesse, quando ainda persiste, está vinculado às necessidades econômicas ou de fornecimento de produtos primários.

Já a entrada da China na Organização Mundial do Comércio constitui um importante passo rumo à integração do país na economia globalizada e uma demonstração dos formuladores de política chineses que o país está pronto para voltar a exercer posição cada vez mais proeminente no cenário internacional (QIN, 2010, p. 249-270). Sendo assim, é possível destacar três pontos que representam o novo momento da diplomacia chinesa, quais sejam:

- a) participação mais ativa nos organismos multilaterais;
- b) a maior ênfase nas relações com as grandes potências; e
- c) o emprego da diplomacia como ferramenta para assegurar o suprimento de recursos naturais, alimentos e energia.

O ponto que representa a maior mudança de rumo da política externa chinesa é o envolvimento cada vez mais ativo na diplomacia multilateral, em contrapartida com a outrora isolacionista política externa chinesa. Desde o momento em que o país reassumiu o seu assento legítimo no Conselho de Segurança das Nações Unidas, em 1971, e em maior escala após a virada do novo milênio, a China gradualmente passou a exercer papel cada vez mais ativo na diplomacia multilateral, buscando um ambiente internacional favorável para o seu desenvolvimento econômico, além da busca de maior por parte dos países periféricos para as causas chinesas⁴⁵. Contudo, faz-se importante enfatizar que o envolvimento mais ativo da diplomacia chinesa em organismos multilaterais não implica em violação ao princípio da não-interferência nos assuntos internos de outros países. Em que pese o maior envolvimento chinês na diplomacia multilateral, o país o faz respeitando os cinco princípios que vem guiando a sua política externa há mais de seis décadas.

Outro ponto marcante da política externa contemporânea chinesa, e um ponto que tem implicações diretas para o Brasil, é a estratégia de conduzir sua diplomacia como uma ferramenta para garantir o acesso a recursos estratégicos, como matérias-primas, alimentos e energia (QIN, 2010, p. 249-270). Uma demanda por recursos sem precedentes, resultado da expressiva expansão econômica, da acelerada urbanização e da elevação dos padrões de consumo de parcela significativa da população, são os condicionantes internos que promovem

⁴⁵ Essa estratégia de ter uma participação cada vez mais ativa em instituições multilaterais corrobora com a teoria de Ikenberry (2011), que preconiza que a China, em sua ascensão, integrar-se-á às organizações multilaterais ocidentais, com vista de utilizar-se do arcabouço institucional já existente para projetar poder político e econômico sem trazer ameaças ao sistema.

a necessidade de tal instrumento de política externa. Essa estratégia anda de mãos dadas com a participação mais ativa em foros multilaterais, que frequentemente servem como mecanismo para garantir apoio às causas chinesas e uma forma segura de acesso ao abastecimento dos recursos naturais dos quais a China tanto carece. Watson (2004, p. 66) descreve o processo no seguinte excerto:

*Beijing has slowly and carefully begun to move into Latin America in a meaningful manner. Beijing's primary interests around the globe still lie outside of this region, but China is moving to increase its presence and influence in ways both subtle and probably inevitable. Beijing has several clear cut goals to: 1) access resources, energy and food stuffs (all of which are abundant in Latin America); 2) increase markets for Chinese exports in hopes of diversifying beyond traditional markets such as the United States [...].*⁴⁶ (WATSON, 2004, p. 66).

O Conselho de Estado da República Popular da China publicou um white paper em 2005 que desenha as linhas gerais da estratégia perseguida pela política externa chinesa. O documento enfatiza que alcançar o desenvolvimento pacífico tem sido objetivo principal do povo chinês e de sua administração central nas últimas três décadas e que este objetivo continuará a ser perseguido nas décadas futuras. O documento ressalta que “*there are more opportunities than challenges*”⁴⁷ no mundo e que a ascensão chinesa é uma das principais oportunidades para o desenvolvimento pacífico internacional, e que o desenvolvimento chinês nunca representará uma ameaça à ordem internacional (CHINA, 2005, p. 3-6).

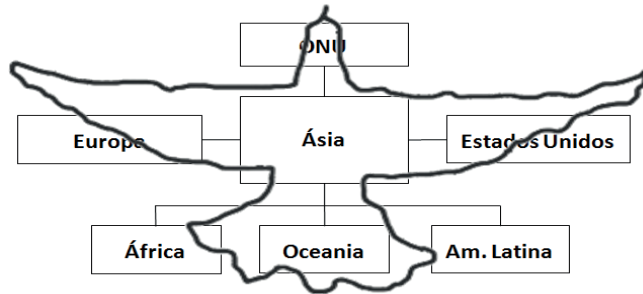
Em princípios de 2008, a Academia Chinesa de Ciências Sociais (CASS, sigla em inglês), órgão vinculado ao Conselho de Estado e frequentemente consultado pelo Ministério das Relações Exteriores na tomada de decisões relativas à política estrangeira, apresentou um relatório intitulado “Modernização da China 2008”. Seu autor, He Chauanqi, que também é diretor da academia, conduziu uma apreciação dos últimos 300 anos da história internacional e da trajetória de desenvolvimento chinesa para sugerir uma estratégia para a diplomacia chinesa. A estratégia intitulada “Estratégia da Pomba da Paz” posiciona os territórios de atuação da política externa chinesa dentro do corpo de uma pomba, de acordo com uma sequência de prioridades, segundo a Figura 1 abaixo. Segundo a estratégia preconizada pelo estudo, a ONU seria a prioridade máxima da diplomacia chinesa, ocupando a cabeça da

⁴⁶ "Pequim tem vagarosamente e cuidadosamente começado a mover-se rumo à América Latina. Os principais interesses de Pequim no globo ainda estão fora da região latino-americana, mas é inevitável que a China tenha um crescimento significativo de sua presença na região. Pequim tem uma série de objetivos: (i) acesso à recursos, energia e alimentos (todos abundantes na América Latina); (ii) aumentar os mercados de suas exportações em vista de diversificar seus mercados tradicionais como os Estados Unidos [...]" (tradução nossa).

⁴⁷ "Há mais oportunidades do que desafios" (tradução nossa).

pomba. Em seguida, aparece a Ásia no peito da pomba, e a Europa e Estados Unidos nas asas. Por fim, em pé de igualdade, a América Latina, África e Oceania aparecem em último plano ocupando a cauda da pomba (HE, 2008, p. 11-14).

Figura 1 - Estratégia da Pomba da Paz



Fonte: He (2008, p. 11-14). Elaboração própria.

A ilustração acima e o conceito da “Estratégia da Pomba da Paz” revelam como a diplomacia chinesa é construída sob uma série de tabuleiros, que apresentam uma dicotomia estratégica entre sua dimensão marítima e continental. Apesar da modernização chinesa estar fortemente associada à sua abertura ao além-mar, o Império do Meio construiu-se com alicerces continentais (MENDES, 2008, p. 241). Essa dicotomia permanece viva na política externa chinesa contemporânea, que investe na relação com seus vizinhos asiáticos, porém não desconsidera a relevância atual de sua participação nos organismos multilaterais e de suas relações com os Estados Unidos, América Latina, e demais regiões que tradicionalmente não faziam parte da *alma mater* da diplomacia chinesa.

A posição de destaque que a ONU ocupa, na cabeça da pomba, está de acordo com o princípio fundamental do estudo, que é o de seguir os cinco princípios de coexistência pacífica e a Carta das Nações Unidas para promover a paz mundial. A posição proeminente concedida à ONU pelo estudo também está alinhada com a recente tendência chinesa de atribuir relevância crescente ao plano multilateral, resguardando a democratização das relações internacionais no ímpeto de defender sua agenda frente às grandes potências. Esta estratégia assemelha-se com o objetivo brasileiro de reforma da ONU e de democratização da instituição, constituindo-se em área de potencial cooperação entre os países.

Em relação às relações com o continente asiático, o estudo mantém a esfera regional como aspecto central da política externa chinesa contemporânea. He (2008, p. 11) sugere o estabelecimento de um novo bloco regional, a “Associação Asiática”, que seria liderado pela China, diferentemente da ASEAN. A constituição do novo bloco seria um mecanismo para remontar a posição de liderança que a China exercia na região durante a vigência do sistema

tributário. Em relação à América Latina, que ocupa a cauda da pomba, o autor aponta que sua posição não significa que a região seja insignificante para Beijing – pelo contrário, a cooperação com a América Latina e África ajudariam a China a encontrar um equilíbrio na relação entre o Ocidente e o Oriente. Além disso, o autor aponta que não é possível construir uma boa estrutura sem a base (referindo-se à posição ocupada pela América Latina).

Dois estudiosos chineses vinculados à Academia Chinesa de Ciências Sociais (CASS, sigla em inglês) também conduziram estudo sobre as estratégias da política externa chinesa contemporânea. Os especialistas apontaram que a diplomacia chinesa persegue quatro grandes linhas gerais, quais sejam:

- a) uma “great-power diplomacy” que envolve esforços para manter relações próximas com os Estados Unidos e demais potências do ocidente, para impulsionar uma imagem da China como grande potência;
- b) uma diplomacia ativa na região para evitar possíveis alinhamentos dos países vizinhos com outras potências;
- c) uma participação ativa da China em organismos multilaterais, muitos dos quais eram ignorados em outros momentos da política externa chinesa, mas agora constituem instrumento essencial para alcançar os objetivos econômicos, políticos e securitários do país; e
- d) uma motivação cada vez maior em adquirir responsabilidades e compromissos no plano internacional (TANG; ZHANG, 2005, p. 49-50).

Os estudiosos ainda argumentam que a China desenvolve essa estratégia no intuito de mostrar ao mundo a sua ascensão à condição de grande potência, forjando relações diplomáticas amigáveis e parcerias com países distantes a fim de desenvolver novos aliados e garantir acesso aos recursos naturais de que o país carece, ao mesmo tempo em que a diplomacia chinesa busca evitar que esses países aliem-se aos Estados Unidos e exerçam pressões contra a China. Novamente, essa estratégia resume alguns dos motivos pelos quais a China busca maior aproximação com o Brasil.

Mendes (2008, p. 233) aponta que o enfraquecimento progressivo da ideologia comunista tem causado uma crise de identidade civilizacional e um crescente vazio espiritual na sociedade chinesa, que tem sido combatido com o nacionalismo, manipulado pelo governo chinês como elemento de unificação nacional e de legitimidade no poder. A estratégia de hastear a bandeira nacionalista no plano interno, conduz o governo a exercer atitudes

assertivas no plano externo, como: o direito de traçar um ponto final e de recuperar-se das humilhações passadas, além da estratégia de reaver os territórios perdidos. Consumada a reunificação de Hong Kong em 1997 e de Macau em 1999, Taiwan configura como o objetivo máximo da estratégia de reunificação nacional, revestindo grande simbolismo tanto para o regime quanto para a sociedade em geral. Sendo assim, o governo chinês considera a sua integridade territorial como um fator prioritário⁴⁸ de ordem política, econômica e social. Contudo, apesar do governo chinês ter promulgado a lei anti-secessão que legitima o uso de força militar caso Taiwan unilateralmente promulgar a sua independência, Beijing tem visivelmente optado pela conservação do *status quo*⁴⁹ (MENDES, 2008, p. 233-234).

Em um misto entre o ímpeto nacionalista de recuperar a supremacia imperial do passado e o pragmatismo de integrar-se ao sistema internacional atual, a política externa chinesa atua em diversos tabuleiros, sempre enfatizando o caráter pacífico e as oportunidades criadas como produto de sua ascensão. As lideranças do regime buscam um sistema internacional que propicie um ambiente favorável ao crescimento econômico do país, essencial para resguardar a estabilidade política e social no plano doméstico. Na esfera multilateral, percebe-se uma China cada vez mais ativa, demonstrando que o país está disposto a ocupar uma posição de maior proeminência no cenário internacional.

Na esfera bilateral, a política externa chinesa tem demonstrado atenção particular para o estreitamento de suas relações com as grandes potências, no intuito de se afirmar como uma delas. Além disso, a sua relação com os países periféricos serve como fonte de apoio para suas causas em organizações internacionais, no isolamento diplomático de Taiwan, e também como fonte de recursos estratégicos dos quais a China tanto carece. Neste contexto, o caso brasileiro é representativo, na medida em que a China é o maior país em desenvolvimento do Oriente e o Brasil o maior país em desenvolvimento do Ocidente. Portanto, a parceria estratégica entre Brasil e China vai muito além da simples relação econômica que alimenta a China com matérias-primas e garante acesso a bens de consumo e de capital ao Brasil, sendo principalmente uma oportunidade para as duas maiores potências emergentes do mundo reorganizarem o sistema internacional com maior democracia e participação dos países em desenvolvimento.

⁴⁸ Apesar de não temerem uma invasão territorial, a liderança chinesa está consciente da delicadeza da questão de Taiwan e de outros territórios do mar do sul da China. Da mesma maneira, políticas mais assertivas também são percebidas em regiões que ameaçam ímpetos separatistas, como o Tibete e Xinjiang.

⁴⁹ A liderança chinesa parece buscar evitar a todos custos uma intervenção militar em Taiwan, temendo uma possível retaliação norte-americana, o agravamento da já hostil relação com o Japão, e o prejuízo em sua imagem internacional.

4.3 As Relações Comerciais entre Brasil e China

Até o início do século XX, a economia brasileira foi marcada por um padrão de desenvolvimento para fora, essencialmente suportado pelo modelo agroexportador. Esse modelo não foi capaz de garantir a estabilidade econômica, o crescimento continuado nem tampouco a modernização das instituições de que o país tanto carecia. Em princípios do século XX, depois de séculos de vigência, o modelo dominado pela economia agroexportadora começou a esvaír-se; a industrialização expandia-se e tornara-se o centro dinâmico da economia, através da política de substituição de importações. Contudo, na entrada do século XXI, a crescente dependência da exportação de produtos primários, traz novamente à tona algumas das características estruturais do modelo agroexportador que vigia no país no século passado (CUNHA *et al.*, 2012).

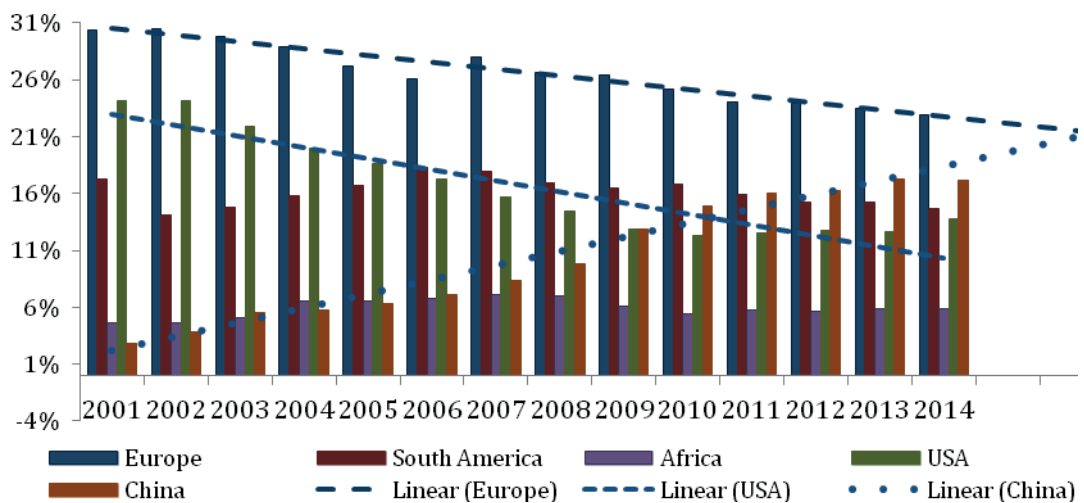
Ao fazer uma associação do perfil produtivo da economia brasileira, dotada de amplo potencial de produção e cultivo de produtos primários, com aquele da economia chinesa, profundamente dependente da importação de recursos naturais para alimentar crescimento econômico, nota-se uma clara complementaridade entre o perfil de ambas economias. O enorme potencial que o Brasil detém na produção de bens primários agrícolas e energéticos, quando aliado à sede chinesa por esta categoria de produtos, torna-se um importante elemento que explica a exponencial expansão da corrente de comércio entre as duas economias e a mudança recente no perfil produtivo da economia brasileira⁵⁰. A complementaridade comercial ainda foi acentuada pelo desaquecimento das economias maduras ao mesmo tempo em que acontecia uma expansão no poder de compra da classe média brasileira, condicionando crescente interesse da China em explorar o apetite brasileiro pelo consumo de bens manufaturados chineses.

O Gráfico 1 abaixo ilustra a participação de economias selecionadas dentro da corrente de comércio brasileira entre 2001 e 2014. A análise do gráfico reflete uma tendência de expansão relativa da participação da China dentro da corrente de comércio brasileira, simultaneamente a uma redução da participação dos tradicionais parceiros comerciais brasileiros, como Estados Unidos e Europa. Essa tendência teve em 2009 um momento

⁵⁰ Não deixa de reconhecer-se aqui outros motivos que também implicam no crescimento da corrente comercial entre os países, como a busca chinesa por mercados de consumo para suas exportações em um contexto de perda de dinamismo das economias maduras e a aproximação política, que condiciona uma aproximação econômica, entre outros fatores.

simbólico, pois a China ultrapassou os Estados Unidos para se tornar o maior parceiro comercial do Brasil. Além disso, conforme indicado na linha de tendência do gráfico abaixo, o volume das relações comerciais com a China deve superar aquele com todos os países da Europa combinados ainda em 2016, quando a China ocupará cerca de 25% da corrente de comércio brasileira.

Gráfico 1 - Participação de economias selecionadas dentro da corrente de comércio brasileira de 2001 a 2014 (em %)



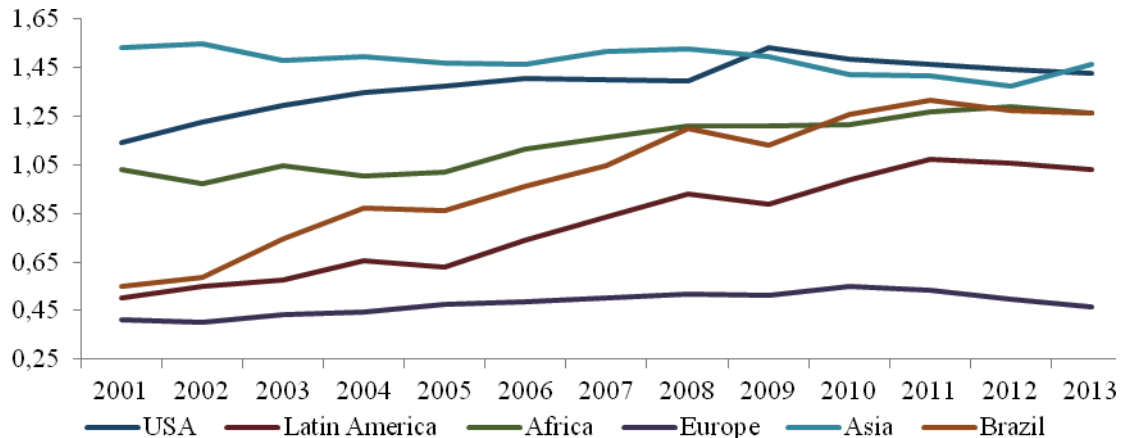
Fonte: dados brutos da UNCTAD (2015). Elaboração própria.

Em relação aos parceiros econômicos da China, a despeito das economias maduras ainda ocuparem terreno expressivo dentro de sua pauta comercial, os países em desenvolvimento têm alcançando participação crescentemente representativa. O Índice de Intensidade Comercial⁵¹ calcula qual deveria ser a intensidade de comércio entre dois países com base em suas participações no comércio mundial. Um índice maior que um indica que a intensidade de comércio é superior à esperada, enquanto um índice menor do que um aponta para uma intensidade comercial inferior à esperada. O Gráfico 2 abaixo representa a evolução do índice de intensidade de comércio da China com regiões selecionadas entre 2001 e 2013. A sua análise reflete um aumento expressivo da intensidade de comércio da China com o Brasil, e com demais economias emergentes da África e América Latina, especialmente após a crise

⁵¹ Cálculo feito com base nos dados brutos da UNCTAD e utilizando a fórmula: $T_{ij} = (X_{ij} / X_{it}) / (X_{wj} / X_{wt})$, em que: (i) X_{ij} e X_{it} são os valores das exportações do país “i” e do mundo (“w”) para o país “j”; e (ii) X_{it} e X_{wt} são as exportações totais do país “i” e do mundo (“w”), respectivamente. Um índice superior a um sugere que o comércio bilateral é mais intenso do que o esperado, considerando a participação do país em análise no comércio mundial.

financeira de 2008, quando as economias maduras passaram a sentir reduções em sua intensidade comercial com a China.

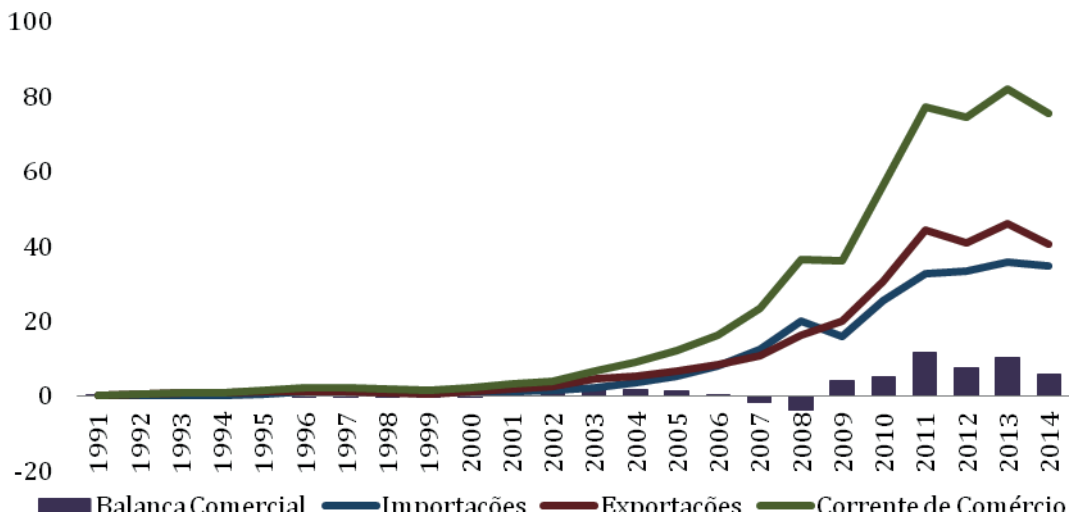
Gráfico 2 - Índice de Intensidade de Comércio da China com regiões selecionadas entre 2001 e 2013



Fonte: dados brutos da UNCTAD (2015). Elaboração própria.

Por sua vez, o Gráfico 3 abaixo representa a evolução da corrente de comércio bilateral entre Brasil e China de 1991 a 2014. Como resultado da crescente intensidade comercial entre Brasil e China descrita acima, simultaneamente a uma queda na intensidade de comércio entre a China e as economias maduras, a corrente de comércio bilateral sino-brasileira percebeu crescimento exponencial. A expansão das trocas econômicas entre os dois países é ainda mais evidente após 2001, ano de ingresso da China na Organização Mundial do Comércio e marco de um processo de abertura e modernização da economia chinesa. Além do rápido padrão de crescimento das trocas comerciais, outra importante observação do gráfico abaixo é que o saldo comercial da corrente sino-brasileira tem, de maneira geral, sido superavitário para o Brasil (US\$ 5.7 bi em 2014), garantindo maior flexibilidade à balança comercial brasileira.

Gráfico 3 – Evolução da corrente de comércio bilateral entre Brasil e China de 1991 a 2014 (em US\$ bilhões)

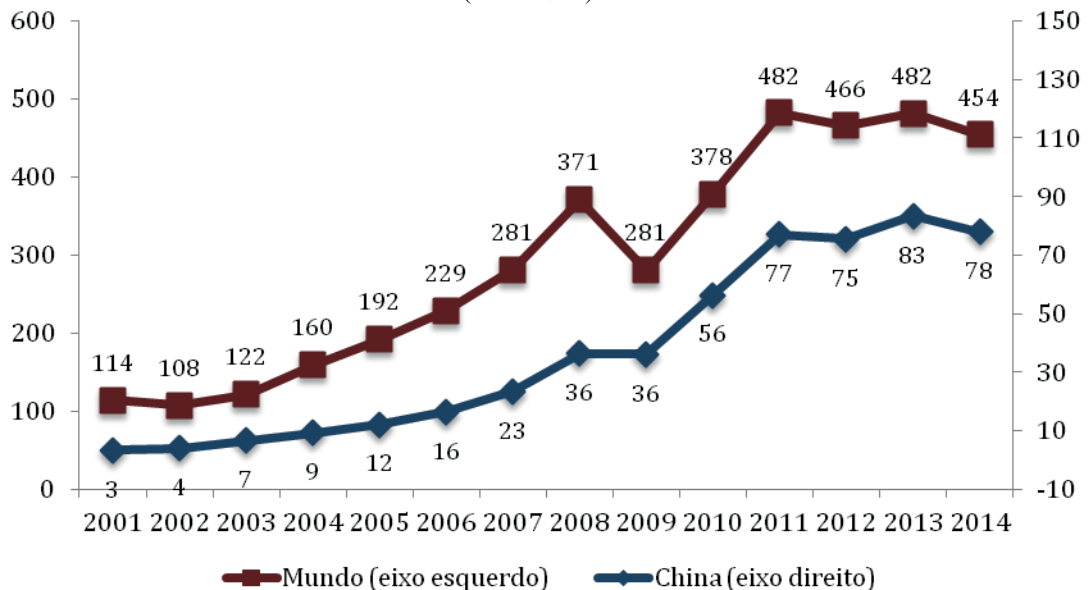


Fonte: Dados brutos da Comtrade (2015). Elaboração própria.

O Gráfico 4 abaixo representa a expansão da participação chinesa e mundial dentro da corrente de comércio brasileira. A análise do gráfico mostra que no período de 2001 à 2014, as relações comerciais com a China expandiram-se muito mais rapidamente que àquelas com o resto do mundo – a corrente comercial sino-brasileira teve expansão de 26 vezes, enquanto que o comércio com o resto do mundo cresceu cerca de 4 vezes no mesmo período. Esse resultado se reflete em um avanço chinês entre os maiores parceiros comerciais do Brasil. O Apêndice A mostra que no interregno de dez anos entre 1999 e 2009, a China avançou da décima-quinta posição, com participação de 1,4%, para primeiro lugar entre os maiores destinos das exportações brasileiras, com participação de 17,6% e tendência de crescimento em sua participação⁵². No mesmo período, as importações brasileiras da China experimentaram desempenho não menos impressionante, passando da décima-quinta colocação, com participação de 1,8% do total, para a segunda colocação, com participação de 14% das importações brasileiras.

⁵² Antes de 2001, as exportações brasileiras cresciam mais rapidamente para o mundo do que para a China; entretanto, entre 2001 e 2011, a corrente de comércio sino-brasileira cresceu em torno de 2300%, enquanto que a corrente de comércio com o resto do mundo cresceu cerca de 400% (consultar Apêndice A).

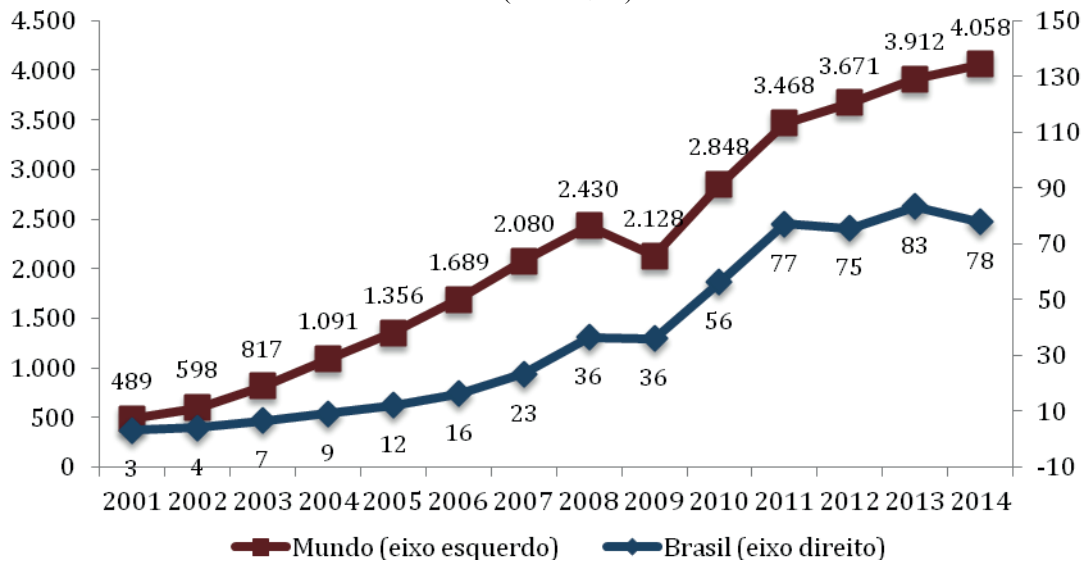
Gráfico 4 - Evolução da participação chinesa e mundial dentro da corrente comercial brasileira de 2001 à 2014 (em US\$ bi)



Fonte: Dados brutos da UNCTAD (2015) e Comtrade (2015). Elaboração própria.

Contudo, ao medir o peso das relações econômicas sino-brasileiras para a China, conforme demonstrado no Gráfico 5 abaixo, fica claro que apesar do crescimento exponencial das relações bilaterais, o Brasil não desponta entre os principais parceiros comerciais da China. Novamente, o crescimento da corrente de comércio sino-brasileira entre 2001 e 2014 foi de 26 vezes, muito acima do crescimento de 8 vezes que as relações comerciais da China tiveram com o resto do mundo. Porém, conforme demonstrado no Apêndice A deste trabalho, este crescimento não foi suficiente para que o Brasil ocupasse lugar de destaque no rol dos principais parceiros comerciais chineses – o Brasil é apenas o décimo-sétimo maior destino de exportações do país e nono maior fornecedor de importações. Em 2014, apenas 1,6% das exportações chinesas tiveram o Brasil como destino, cifra bastante pequena quando comparada aos Estados Unidos ou à União Europeia, ambos destino de cerca de 20% das exportações chinesas. No caso da participação brasileira nas importações chinesas, a situação não é muito diferente. O Brasil fornece apenas 2,4% do total das importações chinesas, percentual novamente pequeno quando comparada à participação dos Estados Unidos, Japão ou Europa.

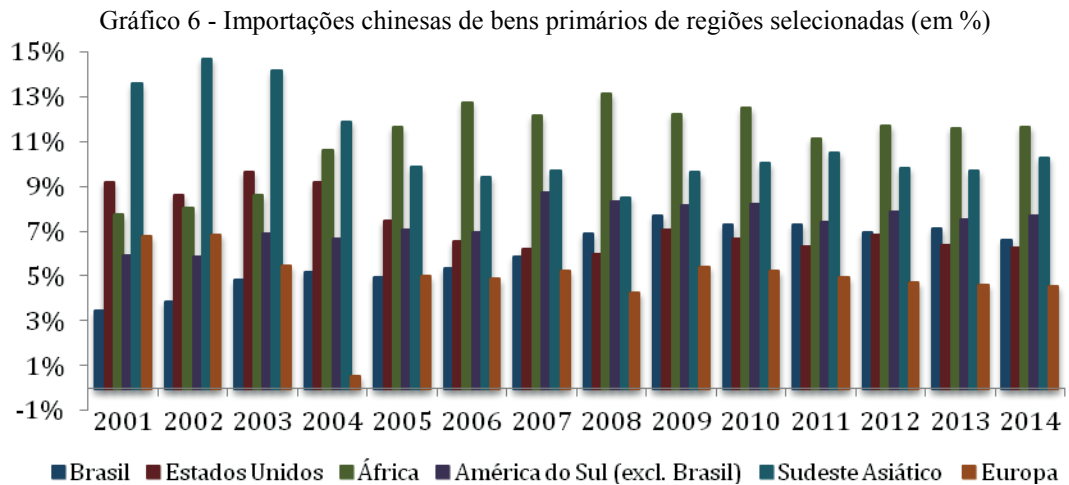
Gráfico 5 - Evolução da participação brasileira e do mundo dentro da corrente de comércio chinesa de 2001 à 2014 (em US\$ bi)



Fonte: dados brutos da UNCTAD (2015) e Comtrade (2015). Elaboração própria.

Entretanto, ao decompor as importações chinesas e ponderar unicamente a origem das importações de bens primários, a perspectiva torna-se bastante distinta, conforme representação do Gráfico 6 abaixo. Segundo esta ótica, o Brasil experimentou crescimento muito mais intenso em sua participação entre os maiores fornecedores de produtos primários à China, tornando-se em 2008 o país que individualmente mais contribui para as importações chinesas desta categoria de produtos, com cerca de 7% de participação. Este fenômeno está inserido em uma tendência de crescimento da participação de regiões periféricas, como a América Latina e a África, e uma redução da participação dos Estados Unidos e Europa entre os principais fornecedores de bens para as importações chinesas. É interessante notar que o Brasil tem participação quase equivalente nas importações chinesas de bens primários do que regiões inteiras como a África ou o Sudeste Asiático. Reside aqui um importante fator da importância brasileira para a potência asiática, o de servir como fonte segura para os recursos naturais dos quais o país tanto carece, além de crescentemente atuar como mercado consumidor de suas exportações de bens de consumo duráveis e bens de capital, reduzindo a dependência chinesa de economias maduras, como os Estados Unidos.⁵³

⁵³ Não se argumenta que este seja o único motivo de relevância brasileira para a China. Também se reconhece a crescente participação brasileira como mercado consumidor de produtos manufaturados, especialmente em um contexto de desaquecimento das economias maduras; a importância brasileira dentro da estratégia de diversificação comercial chinesa e de busca de menor dependência das economias avançadas como EUA e Europa; a busca por apoio em organizações multilaterais; entre outros.



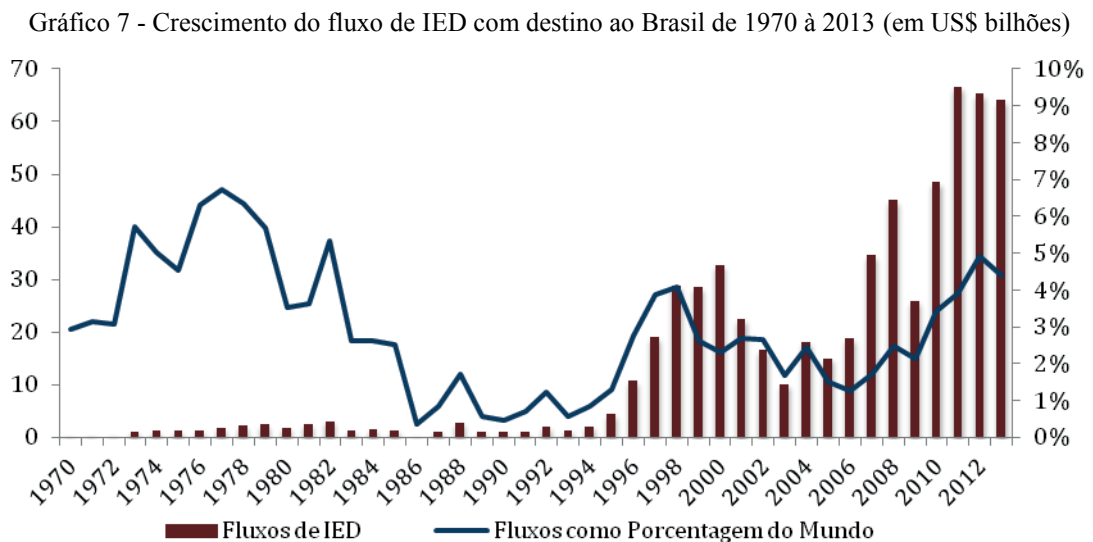
4.4 Fluxos de Investimento entre Brasil e China

Nas últimas décadas, as regiões emergentes do mundo têm se tornado origem e destino de relevância cada vez maior para os fluxos de Investimento Estrangeiro Direto (IED). Neste contexto, as relações bilaterais de investimento entre Brasil e China vem acompanhando esta tendência de expansão significativa, especialmente o fluxo de investimentos da China rumo ao Brasil. Esta seção busca explorar a dinâmica dos fluxos de IEDs entre Brasil e China, além de traçar considerações sobre a estratégia que envolve os fluxos de investimentos chineses, e analisar as principais características e motivações da expansão do IED chinês rumo ao Brasil. Os fluxos de investimentos brasileiros rumo à China também serão abordados nesta seção, porém com menor exaustividade devido a sua menor relevância para os objetivos deste trabalho.

É de conhecimento geral que os fluxos de IEDs tendem a ser intimamente ligados a conjuntura política e econômica do país receptor. Este fenômeno está representado no gráfico 7 abaixo, que ilustra o crescimento no influxo de IEDs ao Brasil entre 1970 e 2013. A análise do gráfico sugere que durante o período de Substituição de Importações presenciou-se um forte ritmo de entrada de capital estrangeiro no Brasil, que subitamente apaziguou-se na década de 1980, como resultado da crise da dívida externa. Na década seguinte, os investimentos estrangeiros voltaram a crescer, principalmente motivados pela abertura da conta capital, pela onda de privatizações e pelos resultados positivos do Plano Real. Contudo, o início dos anos 2000 trouxe nova redução no ritmo de investimentos, que somente voltariam

a crescer de maneira contínua após a crise financeira global, principalmente motivados pela expansão do mercado doméstico e pelo crescimento dos investimentos chineses no país.

Como resultado desta tendência, nos últimos anos, o Brasil vem percebendo crescimento exponencial no influxo de investimentos diretos estrangeiros e também na participação destes investimentos no total mundial. Em 2011 o Brasil bateu seu recorde histórico de recebimento de investimentos diretos estrangeiros, tendo recebido US\$ 62,9 bilhões. No mesmo ano, o Brasil também avançou para o quinto lugar dentre os maiores receptores de IED do mundo, contrastando com a décima-quarta colocação que ocupava dois anos antes (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2012, p. 18-20). Contudo, se, por um lado, a origem da maior parcela dos IEDs brasileiros ainda são os países do centro, esta realidade vem aos poucos sendo modificada com uma presença cada vez maior de fluxos de investimentos provenientes de países em desenvolvimento, especialmente da China, que passou a ser o quinto maior investidor externo do Brasil – ver estatísticas completas no Apêndice B.



Porém, a expansão do volume do IEDs chineses ao Brasil não foi objeto unicamente da favorável conjuntura doméstica brasileira – a situação interna chinesa e suas estratégias governamentais também foram fatores fundamental. Após a colocada em vigor de suas reformas de abertura econômica e política, o governo chinês passou a conduzir a estratégia de internacionalização de suas empresas como uma importante ferramenta para o desenvolvimento econômico do país e para sua prospecção geopolítica. Neste contexto, na ocasião do XVI Congresso do Partido Comunista Chinês foi formulada a estratégia de *Going*

*Out*⁵⁴, que constitui-se em uma estratégia para promover a internacionalização de empresas estratégicas para os interesses chineses por meio investimentos estrangeiros diretos fortemente comandados pelo Estado, além de mecanismos de financiamento facilitado e estímulos fiscais. Como resultado dessa política, além de uma série de outros incentivos garantidos pelo governo chinês, o fluxo de investimentos diretos chineses ao exterior expandiu-se consideravelmente nos últimos anos, especialmente aqueles destinados aos países em desenvolvimento (CEPAL, 2015, UNCTAD, 2015, CHEN; LUDEÑA, 2014).

O resultado das diversas políticas estatais chinesas que fomentam o investimento estrangeiro direto pode ser percebido nos dados da UNCTAD que mostram que a China, junto de Hong Kong, já é a quinta maior fonte de fluxos e estoque de IED no mundo. O Índice de Intensidade de Investimentos⁵⁵ foi calculado no intuito de avaliar a distribuição geográfica dos investimentos chineses em comparação com aquela dos investimentos do resto do mundo. Um índice superior a um, indica que a região recebe maior intensidade de investimentos do que o esperado, tomando como padrão a média mundial. Um índice menor do que um, sugere que a região em análise está recebendo fluxo de investimentos com intensidade inferior à esperada. A Tabela 1 abaixo mostra que regiões emergentes, como a América Latina, África e Oriente Médio têm recebido maior intensidade de fluxos de investimentos chineses em comparação com a média dos investimentos mundiais. Neste contexto, o Brasil chama especial atenção, pois tem um índice de investimentos com intensidade de 3,71, muito superior às demais regiões analisadas.

⁵⁴ Às vezes também traduzida para o inglês como Going Global. No termo original: 走出去 (*zou chuqu*). O projeto visa ampliar o processo de internacionalização da China através de quatro principais estratégias, quais sejam: a) aumentar os fluxos de investimentos chineses no exterior através do relaxamento de concessões autorizando a saída de empresas chinesas; b) melhorar o nível e a qualidade dos projetos de investimento; c) reduzir os controles de capitais e criar novos mecanismos de financiamento e d) integrar a política de integrar a política de internacionalização das empresas com outras políticas já existentes.

⁵⁵ Cálculo feito com base nos dados brutos da *The Financial Times* e utilizando a fórmula: $\Pi_{ij} = (I_{ij} / I_{it}) / (I_{wj} / I_{wt})$, em que: (i) I_{ij} e I_{it} são os valores dos fluxos de investimento do país “i” e do mundo (“w”) para o país “j”; e (ii) I_{it} e I_{wt} são os fluxos totais de investimento do país “i” e do mundo (“w”), respectivamente. Um índice superior a um sugere que o investimento bilateral é mais intenso do que o esperado, considerando a participação do país em análise no nos fluxos de investimentos mundiais.

Tabela 1 - Distribuição geográfica dos IEDs chineses e mundiais e intensidade de investimentos

	IEDs da China	IEDs do Mundo	Intensidade de IED
África	21,66%	8,24%	2,63
América do Norte	3,58%	10,69%	0,34
América Latina	13,47%	5,27%	2,56
Ásia e Oceania	39,68%	49,70%	0,80
Europa	11,38%	20,11%	0,57
Oriente Médio	10,22%	5,99%	1,71
Brasil	8,68%	2,34%	3,71

Fonte: Dados brutos do The Financial Times (2015). Elaboração própria.

Em 2012, as estatísticas oficiais do Banco Central do Brasil e Ministry of Foreign Commerce indicam um fluxo de IEDs chinês rumo ao Brasil de US\$ 185 milhões e US\$ 194 milhões respectivamente. Estes valores colocariam a China em quinto lugar entre as maiores origens de investimentos ao Brasil. Entretanto, estes dados estão provavelmente subestimados⁵⁶, dado que grande parte dos investimentos externos chineses são triangulados via Hong Kong ou via outros paraísos fiscais, não sendo computados como chineses. Sendo assim, mapear precisamente o volume dos investimentos chineses não é uma tarefa simples. Este fenômeno também foi capturado por relatório recente da CEPAL (2015, p. 62), que argumentou que:

Cabe notar que los datos oficiales sobre IED china en América Latina y el Caribe no consiguen capturar la real magnitud de esas inversiones, por la costumbre de las empresas chinas de canalizar la mayor parte de sus inversiones a través de terceros países. Esto hace particularmente difícil identificar los flujos bilaterales de inversión. Por ejemplo, la compra del 40% de las operaciones de Repsol en el Brasil, por 7.000 millones de dólares, se registró como una inversión de Luxemburgo por haberse canalizado la operación a través de la filial luxemburguesa de la empresa china. Esto es práctica habitual entre las empresas de todo el mundo, pero es particularmente frecuente en China.⁵⁷ (CEPAL, 2015, p. 62).

Fontes alternativas, como o fDi Markets e a Heritage Foundation, têm buscado estimar o montante real dos fluxos de investimentos chineses através do mapeamento da parcela de investimentos canalizada via paraísos fiscais ou aqueles que não passaram pelo crivo das

⁵⁶ Ver: CEPAL (2015); UNCTAD (2015); Perrotti (2015); Chen e Ludeña (2014), entre outros. .

⁵⁷ “Cabe notar que os dados oficiais sobre o IED chinês na América Latina e Caribe não conseguem capturar a real magnitude dos investimentos, por conta do costume das empresas chinesas em canalizar a maior parte de seus investimentos através de terceiros países. Isso torna particularmente difícil identificar os fluxos bilaterais de investimento. Por exemplo, a compra de 40% das operações da Repsol no Brasil, por 7 bilhões de dólares, foi registrada como um investimento de Luxemburgo, por ter sido canalizada através da filial de uma empresa chinesa naquele país. Esse fenômeno é comum em empresas de todos os países, porém é particularmente frequente em se tratando de empresas chinesas” (tradução nossa).

autoridades governamentais. Para o mesmo ano de 2012, a Heritage Foundation⁵⁸ estimou que o montante real do fluxo de investimentos seria de aproximadamente US\$ 3,3 bilhões, enquanto o CEBC estimou US\$ 3,4 bilhões e o RENAI estimou US\$ 3,7 bilhões. Sob esta perspectiva, o Brasil seria o segundo maior destino mundial de investimentos chineses, superado apenas pelos Estados Unidos (US\$ 42 bilhões).

A Tabela 2 abaixo realiza um exercício de comparação dos montantes dos fluxos de investimentos estrangeiros diretos chineses que tem o Brasil como destino reportados por diferentes instituições. Percebe-se uma considerável diferença entre os montantes reportados pelas instituições oficiais (Bacen e MOFCOM) e aqueles reportados pelas agências que conduzem um mapeamento dos investimentos incluindo a parcela que é canalizada via paraísos fiscais. Tomando-se o ano de 2012 como exemplo, pois é o ano mais recente com dados disponíveis de todas as fontes consideradas, as autoridades chinesas reportaram um fluxo de investimentos de US\$ 194 milhões com destino ao Brasil e o Banco Central reportou um fluxo de US\$ 185 milhões. Entretanto, isso é apenas uma fração do que outras instituições estimaram como sendo o valor real do investimento naquele ano. A Heritage Foundation e a CEBC estimaram os investimentos chineses em 2012 em US\$ 3,27 bilhões e US\$ 3,45 bilhões respectivamente, enquanto o RENAI e a FDI Markets estimaram em US\$ 3,70 bilhões e US\$ 1,18 bilhões respectivamente. A divergência dos números reportados indica a dificuldade em mensurar com clareza o total de investimentos chineses realizados no Brasil; porém, fica claro que o valor é significativamente superior àquele reportado pelas autoridades de ambos os países.

⁵⁸ Ver <<http://www.heritage.org/research/reports/2012/01/china-global-investment-tracker-2012>>.

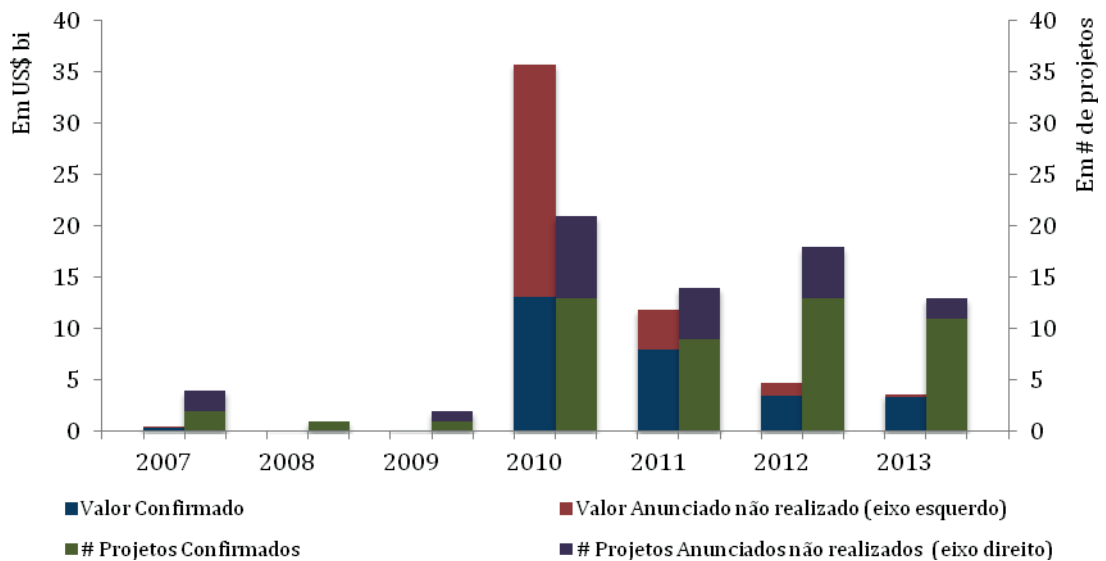
Tabela 2 - Fluxos de IED chineses ao Brasil segundo distintas organizações (US\$ mi)

Origem	Descrição	2009	2010	2011	2012	2013	2014
MOFCOM	Valor	116	87	126	194	-	-
BC	Valor	2	395	179	185	110	-
Heritage Foundation	Valor	4020	13160	8560	3270	2900	2480
	# de Projetos	5	7	6	8	6	5
CEBC	Valor	95	13090	8030	3449	3415	-
	# de Projetos	2	21	14	18	13	-
FDI Markets	Valor	5151	810	4487	1175	200	1000
	# de Projetos	9	10	17	7	4	4
RENAI	Valor	5862	3228	4503	3696	1362	1872
	# de Projetos	7	13	13	29	17	15

Fonte: MOFCOM (2015), Banco Central (2012), Heritage Foundation (2015), CEBC (2015), FDI Markets (2015), RENAI (2015). Elaboração própria.

Alguns outros pontos dos influxos de IEDs chineses com destino ao Brasil merecem destaque especial. O Gráfico 8 abaixo representa um comparativo do valor e do número de investimentos chineses anunciados e realizados entre 2007 e 2013. O gráfico abaixo está em linha com a tabela acima ao sugerir um aumento contínuo no valor dos investimentos chineses realizados até o ano de 2010, quando os investimentos chineses superaram a marca dos 10 bilhões de dólares. Desde então, o valor dos investimentos realizados tem sofrido redução, alcançando cerca de 3 bilhões em 2013. Porém, a despeito da redução do valor dos investimentos realizados, é notável um aumento significativo do número de projetos abarcados por tais investimentos. Esse fenômeno tende a ser positivo para o Brasil, dado que ele pode significar uma tendência de diversificação dos investimentos e, também, que mais empresas têm demonstrado interesse em investir no Brasil.

Gráfico 8 - Valor e Número de Investimentos Chineses Anunciados e Realizados de 2007 a 2013 (em US\$ bilhões no eixo esquerdo e em número de projetos no eixo direito)



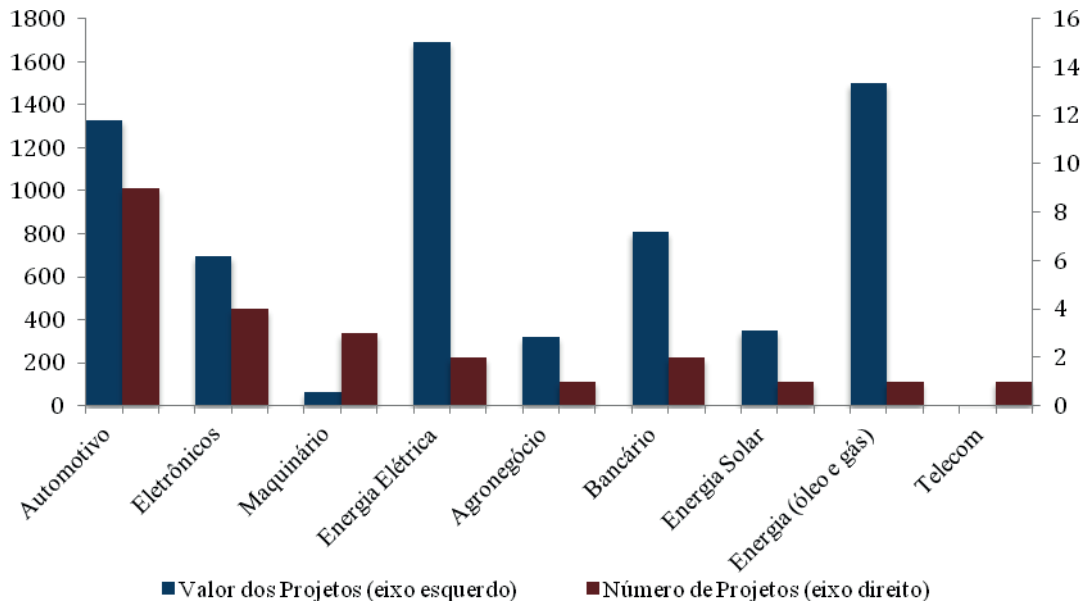
Fonte: dados da CEBC (2011, 2013, 2014). Elaboração própria.

Ao analisar o Gráfico 9 abaixo, que representa o valor e o número de investimentos chineses realizados por setor de 2007 a 2013, percebe-se um fato interessante sobre a distribuição setorial dos investimentos chineses no Brasil. Neste período, os setores que foram contemplados com as maiores quantias de capital foram, respectivamente,

- a) o setor de energia elétrica;
- b) o setor de óleo e gás; e
- c) o setor automotivo.

Em conjunto, estes setores trouxeram mais de 10 bilhões de dólares no período analisado. Porém, os resultados são distintos ao analisarmos os setores que foram contemplados com o maior número de projetos. Os setores automotivo, de eletrônicos e de maquinário, respectivamente, foram aqueles que receberam um maior número de IEDs chineses no período. Isso sugere que estes setores, apesar de terem recebido um menor aporte de capital, são os que recebem maior interesse por parte dos investidores chineses.

Gráfico 9 - Valor e Número de Investimentos Chineses Realizados por Setor de 2007 a 2013 (em US\$ bilhões no eixo esquerdo e em número de projetos no eixo direito)



Fonte: dados da CEBC (2011, 2013, 2014). Elaboração própria.

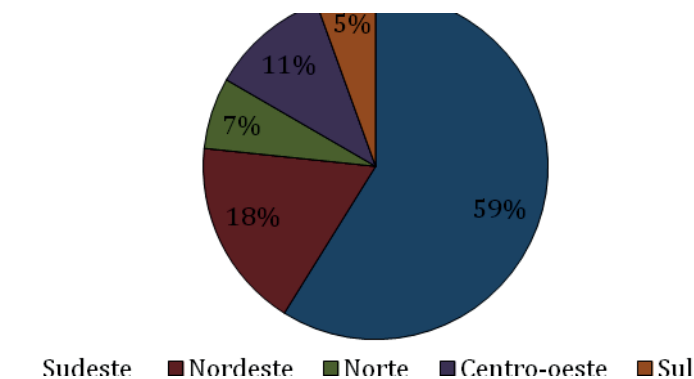
Ainda em relação ao setor dos investimentos, a análise dos dados apresentados acima permite concluir que os investimentos chineses buscavam inicialmente assegurar o fornecimento de bens primários, o que fomentou investimentos no agronegócio. Em seguida, cresceu o interesse pela área de infraestrutura, especialmente pelo setor de telecomunicações e energia. Mais recentemente, em grande parte como fruto do desaquecimento das economias maduras, os chineses têm buscado saciar o apetite brasileiro pelo consumo de bens de consumo duráveis. Por fim, vislumbra-se tendência de que o setor de serviços entre no itinerário. Empresas de tecnologia como Baidu e Xiaomi, a gigante do P2P Alibaba, além de os quatro maiores bancos estatais chineses já anunciaram investimentos no Brasil.

Pesquisas mais recentes também trazem argumentos na mesma linha, sugerindo que os influxos de IEDs chineses no Brasil estão começando a diversificar seu escopo, embora as empresas de propriedade estatal continuem sendo a origem dos investimentos que trazem os maiores aportes de capital. Estudo da CEBC (2013, p. 46-47) aponta que 38 dos 60 projetos conduzidos de 2007 a 2012 tiveram como fator determinante a busca por expansão de mercado, enquanto a busca por recursos naturais determinou 19 projetos, a busca por ativos estratégicos 3 e a busca por eficiência não motivou nenhum investimento. O fato de que nenhum dos projetos ser motivados pela busca de eficiência é um ponto preocupante e que motiva ponderações sobre o resultado alcançado pelos esforços destinados a busca de

cooperação nas áreas de ciência e tecnologia, cruciais para o desenvolvimento brasileiro⁵⁹. Outro ponto de preocupação é a falta de sustentabilidade social e ambiental de grande parte dos investimentos chineses, especialmente aqueles destinados às atividades extrativistas (CEPAL, 2015, p. 66).

Por fim, ao desmembrar os IEDs chineses por região de destino, conforme representado no Gráfico 10 abaixo, é possível perceber que eles concentram-se especialmente nas regiões sudeste (59%), nordeste (18%) e centro-oeste (11%). As regiões norte e sul, por sua vez, concentram apenas 7% e 5% dos investimentos chineses, respectivamente. Os investimentos da região sudeste são especialmente dos setores automotivo, eletrônico, bancário, de energia e de maquinarias. Aqueles da região nordeste são principalmente dos setores de energia solar e de energia elétrica, enquanto os investimentos destinados ao centro-oeste são especialmente do setor de agronegócio.

Gráfico 10 - Investimentos Chineses por Região de 2007 a 2013 (em %)



Fonte: dados da CEBC (2011, 2013, 2014). Elaboração própria.

Ao analisar os principais condicionantes dos investimentos chineses no Brasil, a CEBC (2013, p. 41-42) aponta para os seguintes fatores:

- a) estreitamento das relações comerciais;
- b) pelos efeitos da crise financeira, que trouxe maior dinamismo às economias em desenvolvimento em detrimento das desenvolvidas;
- c) pelo crescimento do poder de compra da classe média brasileira;

⁵⁹ É interessante notar que uma parte significativa dos investimentos chineses realizados no Brasil estão concentrados no setor automotivo, de máquinas e equipamentos, e no setor de eletrônicos. Porém, de maneira geral, os investimentos tendem a constituir-se por meio da implantação de fábricas que montam componentes importados da China, resultando em pequenos transbordamentos positivos para a economia local e na ausência de transferência de tecnologia (CEBC, 2013).

- d) pelas novas oportunidades de investimento fomentadas pelo PAC e pelo pré-sal;
e
- e) em busca da garantia do suprimento de recursos naturais e ativos estratégicos necessários para alimentar o crescimento chinês.

Já a CEPAL (2015, p. 65-66) argumenta que o principal motivo pelo qual a China realiza investimentos no Brasil segue sendo a busca por *commodities* agrícolas e energéticas, embora recentemente tenha havido sinais de maior participação de outros setores. Após a crise financeira de 2008, que afetou sobretudo as economias maduras, um número crescente de empresas manufactureiras chinesas têm passado a investir no Brasil para abastecer os mercados locais. As empresas costumam investir em uma planta de produção após anos de exportações ao Brasil e o fazem para ganhar proximidade e conhecimento do mercado local, além de contornar eventuais barreiras protecionistas.

Por outro lado, ao analisar o fluxo de investimentos brasileiros direcionados à China, percebe-se que estes ainda são bastante limitados tanto em seu montante quanto no número de investimentos, a despeito da importância comercial que a China tem para o Brasil. Leão, Pinto e Acioly (2011, p. 327-335) explicam que o montante limitado de investimentos brasileiros que têm a China como destino pode ser explicado pelo número reduzido de empresas brasileiras com capacidade de internacionalização, além das restrições impostas pelo governo chinês à entrada de empresas estrangeiras em determinados setores da economia chinesa.

Assim percebe-se que, a despeito do exponencial crescimento da corrente de comércio bilateral entre China e Brasil, os fluxos financeiros, em especial os fluxos de investimentos estrangeiros diretos, ainda não acompanham o nível de crescimento do comércio entre os dois países. Porém, ainda assim, a intensidade dos investimentos chineses no Brasil é muito superior à média mundial e a tendência é que nos próximos anos os investimentos chineses ocupem posição cada vez mais representativa no total de investimentos recebidos pelo Brasil. A origem dos investimentos de maior aporte de capital é essencialmente de empresas de prioridade estatal, porém as empresas privadas conduzem um maior número de projetos de investimento. Outra particularidade observada é a diversificação do escopo dos investimentos, que inicialmente dedicavam-se essencialmente à exploração de recursos naturais e energéticos, mas recentemente passaram a priorizar os setores de serviços e bens de consumo.

Por outro lado, os fluxos de investimento brasileiros com destino à China ainda mostram-se muito reduzidos, tanto em comparação com o fluxo inverso e com o nível de

comércio bilateral realizado entre os países. Por fim vale mencionar que, conforme apontado pelos pensadores desenvolvimentistas, o influxo de IEDs pode trazer consequências positivas e negativas ao país receptor, bem como pode ser um importante instrumento de promoção do desenvolvimento nacional. Contudo, a despeito dos riscos e oportunidades que os IEDs podem trazer ao Brasil, bem como do recente crescimento destes fluxos, o país ainda tem adotado uma posição bastante passiva, com a ausência de estratégias sólidas que busquem as contenções de seus impactos negativos ou a dinamização de seus benefícios.

5 IMPACTOS DAS RELAÇÕES BRASIL – CHINA

A exponencial expansão das relações econômicas e financeiras entre a China e o Brasil, especialmente após 2001, pode ser entendida sobretudo no contexto das transformações da estrutura econômica e financeira global, que vem proporcionando uma maior exposição da China ao mundo, bem como em decorrência da crescente demanda chinesa por recursos naturais e energéticos, que são fundamentais para alimentar a sua estratégia de crescimento (STRAUSS, 2012, p. 6). Uma série de estudos e trabalhos acadêmicos dedicam-se a compreender os desdobramentos econômicos e políticos do crescente estreitamento comercial entre a China e seus vizinhos asiáticos, Europa e África⁶⁰. Porém a literatura que se dedica a estudar as consequências deste processo para a América Latina ainda é bastante restrita e aquela dedicada a analisar o Brasil como um espaço geoeconômico diferenciado do restante do continente é ainda mais restrita.

A literatura que dedica-se a estudar a ascensão chinesa ainda não alcançou consenso sobre os impactos que o processo traz para a economia global, e estas visões contrastantes também se refletem no debate sobre os impactos sentidos pelo Brasil. A visão otimista⁶¹ aponta para a demanda chinesa por recursos naturais como um ponto positivo para os países exportadores desta categoria de produtos, que podem compartilhar dos ganhos do crescimento chinês. O crescimento no influxo de investimentos e o acesso a bens de consumo e de capital com preços mais competitivos também são benefícios destacados pelos otimistas. No plano político, o grupo aponta para a China como um aliado alternativo às tradicionais potências europeias ou norte-americanas. Essa visão tende a ser predominante entre meios acadêmicos e think-tanks chineses, especialmente aqueles ligados ao governo.

Por outro lado, a visão pessimista⁶² reconhece grande parte dos benefícios apontados pela visão otimista, porém enfatiza que os aspectos negativos e os desafios criados ofuscam os pontos positivos da relação. Segundo os pessimistas, a relação com a China reproduz um

⁶⁰ Para consultar trabalhos sobre o processo de deslocamento das exportações como um subproduto da maior exposição chinesa no comércio internacional, ver entre outros: Wong, Eng e Habibullah (2014) e Eichengreen, Rhee e Tong (2007) para estudos do caso asiático; Jenkins e Edwards (2015) para o caso dos países africanos; Zeidian (2015) para o caso norte-americano e Amighini *et al.* (2014) para o caso dos países europeus.

⁶¹ Ver, entre outros: 张 Zhang (2013), 杨 e 张 Yang e Zhang (2013), 田 Tian (2015), 沈 Shen (2014), 王 Wang (2014), 牛 Niu (2014), 郭 Guo (2014), 徐 Xu (2014).

⁶² Ver, entre outros: Medeiros e Cintra (2015), Fligenspan *et al.* (2015), Perrotti (2015), Paus (2014), Lima, Lélis e Cunha (2014), Jenkins e Barbosa (2012).

padrão norte-sul de relacionamento, fomentando uma tendência de especialização regressiva de sua pauta exportadora em recursos naturais. Além do mais, a competição advinda das exportações de bens manufaturados chineses constitui-se em ameaça de potencial deslocamento das exportações a terceiros mercados. Essa visão tende a ser predominante entre os meios acadêmicos latino-americanos e think-tanks locais.

O presente capítulo irá analisar os impactos que o Brasil vem sentindo em consequência do processo de ascensão da China e do aprofundamento das relações econômicas e políticas entre os dois países. Para tal, serão utilizados dados econômicos, comerciais e financeiros da UNCTAD, UN Comtrade, Banco Central do Brasil, MOFCOM, além de outras agências. Procura-se, através da apresentação dos dados coletados e do cálculo de índices econômicos argumentar que o Brasil vem sentindo os seguintes impactos como fruto do estreitamento de suas relações com a China:

- a) especialização regressiva da estrutura produtiva brasileira em bens primários;
- b) crescente concorrência às exportações brasileiras de produtos manufaturados;
- c) ilusão de autonomia.

5.1 Aprofundamento de uma tendência regressiva de especialização da pauta exportadora em bens primários

O processo de ascensão da economia chinesa e a sua presença cada vez maior na composição do comércio e dos fluxos de investimento internacionais, conforme explorado nas seções anteriores, tem motivado discussões nos meios acadêmicos sobre qual o papel que a América Latina e o Brasil desempenharão na divisão internacional do trabalho. Maurício Moreira (2007, p. 1) argumenta que a antiga crença de que o futuro econômico da região estaria na produção de bens industrializados vem sendo cada vez mais ameaçada pelos impactos oriundos da ascensão chinesa. A emergência de um padrão de relacionamento assimétrico, em que o Brasil ocupa uma posição menos dinâmica de produtor e exportador de produtos primários, enquanto sua produção de bens manufaturados sofre crescente competição asiática, tem recebido especial atenção da literatura.⁶³

O padrão de relacionamento que está sendo construído também traz à tona debates acadêmicos sobre a possibilidade de um aprofundamento de processos como a “doença

⁶³ Ver, entre outros: CEPAL (2015), Medeiros e Cintra (2015), Fligenspan *et al.* (2015), Perrotti (2015), Paus (2014), Lima, Lélis e Cunha (2014).

holandesa” e a desindustrialização.⁶⁴ Esta seção utilizará a literatura disponível e bases de dados econômicas para argumentar que o processo de ascensão da economia chinesa e o estreitamento das relações sino-brasileiras podem levar a um aprofundamento da tendência regressiva de especialização da pauta exportadora brasileira em bens primários. Este processo pode constituir-se em um elemento ameaçador às perspectivas de desenvolvimento do país⁶⁵ e em um retorno a uma posição de assimetria na divisão internacional do trabalho, deixando o país em situação que em muito se assemelha às características estruturais de dependência retratadas pelos pensadores desenvolvimentistas.

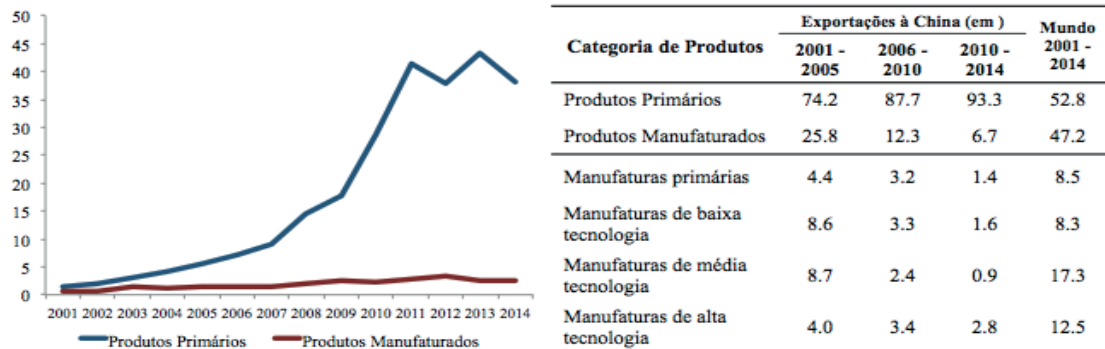
No intuito de retratar a dinâmica assimétrica do relacionamento comercial entre Brasil e China, será feito um exercício de decompor o comércio bilateral em produtos primários e produtos manufaturados de diferentes níveis de intensidade tecnológica.⁶⁶ Através deste exercício, retratado no Gráfico 11 abaixo, percebe-se uma expansão expressiva das exportações de produtos primários brasileiros à China, enquanto que as exportações de produtos manufaturados de todos os níveis de intensidade tecnológica não acompanham esta tendência de crescimento. No ano de 2014, as exportações de bens primários brasileiros à China somaram 94% (US\$ 38 bi) do total das exportações para o país asiático, ao passo que as exportações de bens manufaturados representaram somente 6% (US\$ 2,6 bi) do total. Em 2001, ano de ingresso da China na OMC, as exportações de produtos primários à China representavam 72% da pauta exportadora brasileira, enquanto que 28% das exportações eram compostas por bens manufaturados, indicando tendência de deterioração dos termos de troca na relação.

⁶⁴ Ver Oreiro e Feijó (2010), Bresser-Pereira (2004).

⁶⁵ Conforme sugerido pela perspectiva clássica das teorias econômico-desenvolvimentistas e pelos seus seguidores atuais, assume-se que: a) o investimento é um ponto central para a expansão da renda; b) o processo de crescimento econômico não é linear e tampouco indiferente do setor em que economia se especializa; c) o setor manufatureiro leva ao desenvolvimento graças a sua relação com outros setores; d) o progresso tecnológico tem uma dinâmica endógena associada com a acumulação de capital liderada pelo setor manufatureiro. Assume-se, assim, que o setor manufatureiro carrega significativa importância no desenvolvimento econômico. Ver, entre outros: Thirlwall (2011).

⁶⁶ Para esta desagregação de produtos entre bens manufaturados e bens primários, utilizam-se os critérios de divisão da UNCTAD.

Gráfico 11 – Evolução das exportações brasileiras à China decompostas por intensidade tecnológica de 2001 à 2014 (em US\$ bi)



Fonte: Dados brutos da UNCTAD (2015). Elaboração própria.

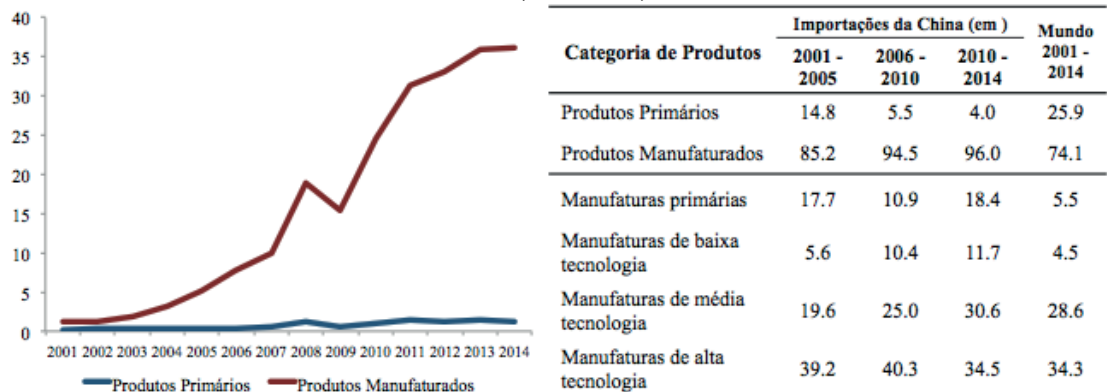
A tabela à direita do Gráfico 11 acima faz um exercício de decomposição por intensidade tecnológica das exportações do Brasil destinadas à China em períodos selecionados. A análise dos dados apresentados na tabela indica uma conclusão semelhante daquela apresentada no gráfico – a relação com a China apresenta tendência de constituição de um padrão assimétrico de relacionamento, em que o Brasil cada vez mais se especializa na exportação de produtos primários, enquanto importa produtos manufaturados da China. As características estruturais inerentes a esse padrão assimétrico foram caracterizadas pelos pensadores desenvolvimentistas e provadas pela experiência histórica como um entrave ao processo de desenvolvimento de longo prazo.

Percebe-se uma redução da participação exportações brasileiras de produtos manufaturados em todos os níveis de intensidade tecnológica, que representaram uma média de somente 6,7% das exportações brasileiras com destino à China entre 2010 e 2014 – número muito inferior à média de 47% de participação das exportações de produtos manufaturados para o mundo entre 2001 e 2014. É importante salientar que a participação dos produtos manufaturados de todos os níveis de intensidade tecnológica nas exportações brasileiras para a China mostraram redução no período analisado, sendo as manufaturas de média e alta tecnologia aquelas que mais sofreram. Por outro lado, a participação dos produtos primários no total das exportações brasileiras à China foi de 93,3% na média entre 2010 e 2014, enquanto a participação da mesma categoria de produtos para o mundo foi de 53% na média entre 2001 e 2014.

O outro lado da moeda é retratado no Gráfico 12 abaixo, que ilustra a evolução das importações brasileiras da China decompostas por intensidade tecnológica entre 2001 e 2014. A análise dos dados apresentados mostra tendência de exponencial crescimento das

importações de produtos manufaturados de todos os níveis de intensidade tecnológica, enquanto as importações de produtos primários não acompanham a mesma tendência de crescimento. No ano de 2014, as importações de bens manufaturados chineses alcançaram 97% (US\$ 36 bi) do total das importações proveniente do país, enquanto as importações de bens primários ficaram limitadas à cerca de 3% (US\$ 1,2 bi) do total. Em 2001, quando do ingresso da China na OMC, 82% das importações brasileiras da China eram de bens manufaturados e 18% de bens primários, novamente caracterizando um padrão de relacionamento assimétrico e tendência de deterioração dos termos de troca.

Gráfico 12 – Evolução das importações brasileiras da China decompostas por intensidade tecnológica de 2001 à 2014 (em US\$ bi)



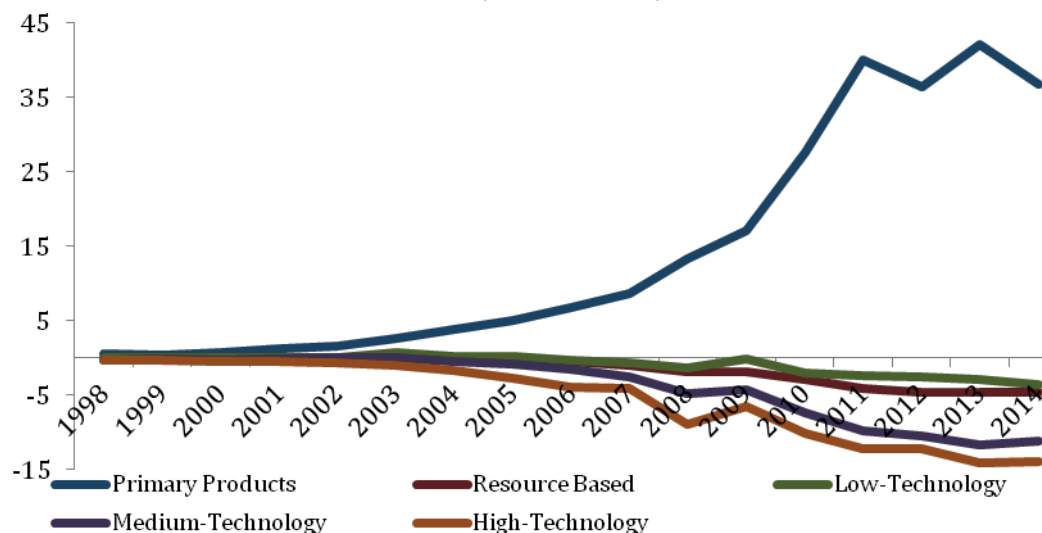
Fonte: Dados brutos da UNCTAD (2015). Elaboração própria.

A tabela à direita do gráfico acima decompõe as importações brasileiras da China por intensidade tecnológica. Ao contrário do que se tende a acreditar, as importações brasileiras da China estão concentradas nos bens de maior valor agregado – cerca de 65% das importações brasileiras do país asiático são de produtos manufaturados de alta e média tecnologia. Por outro lado, somente 4% das importações brasileiras da China são compostas por bens primários, em contraste com o total de 26% de bens primários que compõem as importações brasileiras do mundo na média entre 2001 e 2014. Portanto a interpretação dos Gráficos 11 e 12 acima sugere clara tendência de reprimarização da pauta exportadora brasileira para a China, enquanto que as importações crescentemente concentram-se em produtos manufaturados de maior intensidade tecnológica.

O efeito deste padrão de relacionamento pode ser observado no saldo das transações correntes sino-brasileiras decompostas por intensidade tecnológica, apresentado no Gráfico 13 abaixo. O Brasil mantém saldo comercial superavitário crescente na categoria de bens primários, ao passo que apresenta saldos deficitários em todos os níveis de intensidade

tecnológica de produtos manufaturados. Enquanto o Brasil acumulou um superávit comercial no setor de produtos primários próximo a US\$ 36,7 bilhões em 2014, a categoria de produtos manufaturados acumulou déficit comercial de US\$ 33,5 bilhões no mesmo ano. Os déficits mais expressivos foram nas áreas de produtos manufaturados de alta e média tecnologia, que somaram respectivamente déficits de US\$ 13,9 e US\$ 11,2 bilhões em 2014. Conforme ilustrado no Gráfico 3 acima e também no Gráfico 13 abaixo, de maneira geral, a relação com a China tem sido superavitária para o Brasil, embora desde 2011 o superávit tenha se reduzido como produto de um arrefecimento dos níveis de expansão da economia chinesa e da consequente redução do nível de demanda do país pelos recursos naturais brasileiros.

Gráfico 13 – Saldo comercial do Brasil com a China decomposto por intensidade tecnológica dos setores de 1998 à 2014 (em US\$ bilhões)



Fonte: Dados brutos da UNCTAD (2015). Elaboração própria.

Diante desta situação de relações econômicas assimétricas, torna-se interessante traçar um retrospecto da trajetória que cada país tomou para que o presente estágio fosse alcançado. A China iniciou o seu processo de reformas de abertura econômica e política no final dos anos setenta, em uma época em que o país carecia de consideráveis vantagens que o Brasil detinha, como um setor empresarial consolidado, instituições econômicas e financeiras sólidas, relações próximas com a Europa e Estados Unidos, posse de abundantes recursos naturais, além de maior nível de integração aos mercados internacionais (FERNÁNDEZ, 2014, p. 13-25).

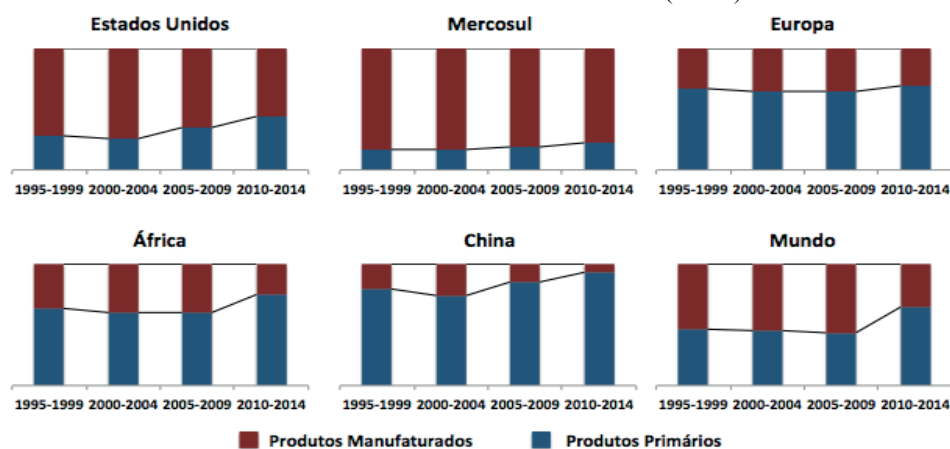
Fernández (2014, p. 27-28) argumenta que a superação chinesa dessa situação de claras desvantagens pode ser explicada essencialmente pelo planejamento político de sua elite

governante, que teve a capacidade de planejamento, organização e execução necessárias para possibilitar que a China tirasse proveito de sua grande disponibilidade de mão-de-obra e mercado consumidor que o país detém. Para tal, os autores apontam que foi necessário criar condições propícias de educação e ciência e tecnologia mediante investimentos estratégicos comandados pelo Estado. A ausência de planejamento estatal e investimentos em áreas estratégicas estão entre os principais motivos que impossibilitaram que o Brasil evoluísse na divisão internacional do trabalho, segundo sugere o pensamento desenvolvimentista, e eventualmente fosse superado pela China.

O Gráfico 14 abaixo faz um exercício comparativo da trajetória de evolução das exportações brasileiras para a China com a evolução das exportações para os Estados Unidos, Europa e Mercosul, tradicionais destinos das exportações brasileiras. Como elemento comparativo, o gráfico também inclui o total das exportações brasileiras para o mundo e a África, tendo em vista a sua crescente relevância dentro da pauta exportadora brasileira. A análise dos dados apresentados mostra que as exportações para os tradicionais destinos brasileiros são compostas principalmente de produtos manufaturados, especialmente no caso das exportações para os Estados Unidos e Mercosul. Por outro lado, as exportações para a China estão crescentemente concentradas na categoria de produtos primários.

No período analisado, as exportações brasileiras de bens manufaturados para o Mercosul mantiveram-se relativamente estáveis entre 1995 e 2001, quando iniciaram tendência declinante até 2014. Já as exportações brasileiras para os Estados Unidos eram compostas de 72% em bens manufaturados em 1995, mantendo-se em nível estável até 2005, porém iniciando tendência declinante até atingir 62% em 2014. Em relação às exportações brasileiras à China, 28% do total eram compostas por produtos manufaturados em 2001; entretanto, em um período de 14 anos, esse número reduziu-se para apenas 6%.

Gráfico 14 - Evolução das exportações brasileiras decompostas por intensidade tecnológica a destinos selecionados em anos selecionados (em %)

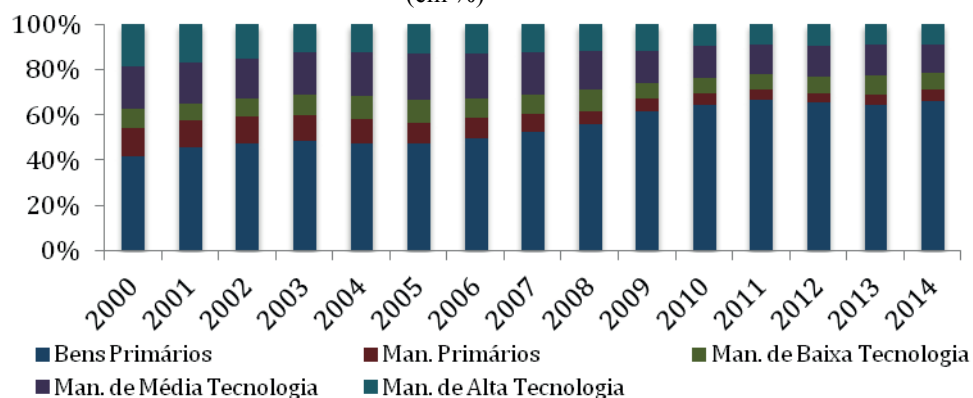


Fonte: Dados brutos da UNCTAD (2015). Elaboração própria.

Dado o peso cada vez maior da China dentro das transações comerciais brasileiras, que ocupará um quarto da corrente comercial brasileira em 2016, a tendência de reprimarização da pauta exportadora brasileira para a China, bem como a concorrência chinesa às exportações brasileiras de bens manufaturados, tem reflexos na composição total das exportações brasileiras. O Gráfico 15 abaixo ilustra uma tendência regressiva de especialização da pauta exportadora brasileira na categoria de bens primários. No ano 2000, 41% das exportações brasileiras eram compostas por bens primários, enquanto que 59% eram compostas por bens manufaturados, dos quais os setores de média e alta tecnologia somavam 37%. Essa posição veio sofrendo tendência de reprimarização em um espaço temporal muito curto, sendo que em 2014, 66% das exportações brasileiras eram compostas por produtos primários, enquanto que apenas 34% eram compostas por bens manufaturados. O presente trabalho argumenta que a China teve peso significativo nesta mudança, na medida em que foi o principal responsável pelo aumento das exportações de bens primários brasileiros⁶⁷, foi importante contribuinte para o aumento do preço desta categoria de produtos e sua concorrência vem ameaçando o setor manufatureiro brasileiro em suas exportações para terceiros mercados.

⁶⁷ Entre 2008 e 2011, as exportações brasileiras de bens primários tiveram aumento de US\$ 60,2 bilhões, enquanto que as exportações brasileiras de bens primários para a China tiveram aumento de US\$ 26,9 bilhões. Ou seja, 45% do aumento das exportações brasileiras de bens primários deve-se unicamente ao aumento das exportações nominais para a China. Ainda deve-se considerar o peso que esta teve sob o preço das *commodities* e a concorrência no setor manufatureiro.

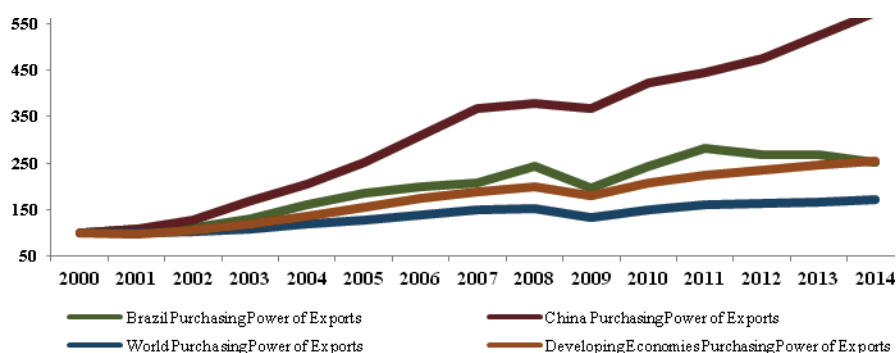
Gráfico 15 - Exportações brasileiras ao mundo decompostas por intensidade tecnológica de 2001 à 2014 (em %)



Fonte: Dados brutos da UNCTAD (2015). Elaboração própria.

A tendência de reprimarização da pauta exportadora brasileira também pode ser percebida ao comparar a evolução do poder de compra de suas exportações com o poder de compra das exportações de outras economias. Utilizando-se o ano de 2000 como ano-base, o poder de compra das exportações brasileiras teve um crescimento em seu índice de 100 a 252, motivado em grande parte pelo aumento do preço das *commodities* exportadas, e não por um aumento do valor agregado das exportações. A China, por sua vez, teve um crescimento do índice de 100 a 576, no mesmo período. Enquanto que o índice do agregado das economias em desenvolvimento teve um crescimento de 100 a 253, levemente acima do crescimento brasileiro. Esta tendência é retratada no Gráfico 16 abaixo.

Gráfico 16 - Evolução do índice de poder de compra das exportações de regiões selecionadas entre 2000 e 2014



Fonte: Dados brutos da UNCTAD (2015). Elaboração própria.

Porém, conforme apontado pelos pensadores desenvolvimentistas, a reprimarização da estrutura produtiva em bens primários carrega efeitos que perpassam a simples deterioração dos termos de troca. A estrutura econômica de um país tem uma série de implicações para sua

estrutura social – um país cuja estrutura produtiva é centrada no setor primário tende a ter uma estrutura social com maior concentração de renda e maiores desigualdades sociais. Contudo, os efeitos tampouco se limitam à estrutura social – um recente relatório da CEPAL (2015, p. 48) argumentou que devido a sua alta intensidade de exportações em produtos primários, as exportações da América Latina à China geram relativamente menos empregos e um maior impacto ambiental que as exportações destinadas a outros países. O estudo indicou que entre 2009 e 2012 as exportações da América Latina para a China geraram entre 44 e 47 empregos diretos por milhão de dólares exportado, enquanto que as exportações ao resto do mundo geraram entre 54 e 56 empregos diretos por milhão de dólares exportado. Além disso, as exportações para a China são responsáveis por maiores emissões de gases de efeito estufa e consomem mais água por dólar exportado que as exportações ao resto do mundo.

Essa seção demonstrou através de dados empíricos que a relação comercial sino-brasileira crescentemente adquire caráter assimétrico, em que as exportações brasileiras ocupam posição menos dinâmica na categoria de produtos primários e suas importações concentram-se cada vez mais no setor de produtos manufaturados. Dado o peso da economia chinesa dentro das transações comerciais brasileiras, além de sua concorrência às exportações brasileiras de produtos manufaturados, o fenômeno de reprimarização da pauta exportadora brasileira também se faz presente no total das exportações do país, e não somente naquelas destinadas à China. Essa tendência, caso não for combatida com sólidas políticas estratégicas, pode ameaçar as perspectivas de desenvolvimento de longo prazo do país, além de colocar o Brasil em situação de dependência semelhante àquela retratada pelos pensadores desenvolvimentistas.

5.2 Concorrência às Exportações de Produtos Manufaturados

Na seção anterior foi explorado o impacto que ascensão chinesa vem trazendo para a tendência de reprimarização da estrutura produtiva brasileira, em que a indústria vem cedendo espaço para a produção de produtos primários. Porém não é somente no mercado doméstico que a indústria brasileira sente as consequências da concorrência chinesa. Recente pesquisa conduzida pela Confederação Nacional das Indústria (CNI) indicou que mais da metade das empresas exportadoras do Brasil competem diretamente com os produtos chineses no mercado externo, e que 67% das empresas brasileiras que competem com produtos chineses

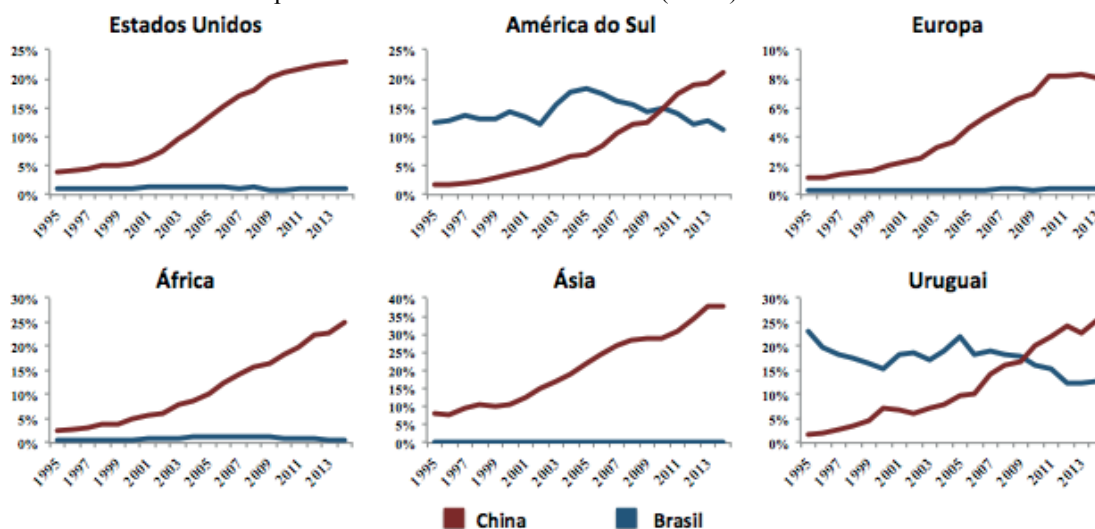
em terceiros mercados perdem clientes⁶⁸ (CNI, 2011). Esta seção busca utilizar a literatura existente, levantar dados comerciais e calcular indicadores econômicos no intuito de mensurar quais os impactos que a concorrência dos produtos chineses traz às exportações brasileiras de produtos manufaturados em terceiros mercados.

Nos últimos anos, o Brasil experimentou uma redução em sua participação das importações de produtos manufaturados de seus principais mercados. O presente trabalho argumenta que uma parte considerável dessa redução de participação está ligada com a concorrência imposta pelas exportações de produtos manufaturados chineses, que estariam deslocando as exportações brasileiras. Conclusão semelhante também foi encontrada nos trabalhos de CEPAL (2015), Lima, Lélis e Cunha (2014), Bichara *et al.* (2015), Medeiros e Cintra (2015), Perrotti (2015), Cunha, Bichara e Lélis (2013), Jenkins (2014, 2015), entre outros.

O Gráfico 17 abaixo ilustra a participação do Brasil e da China nas importações de produtos manufaturados de regiões selecionadas entre 1995 e 2014. A análise dos dados apresentados indica que, de maneira geral, o Brasil experimentou um leve aumento de participação nas importações de bens manufaturados em todas as regiões analisadas até o ano de 2005, quando iniciou-se um período de perda significativa na participação. Por outro lado, a China teve uma expansão significativa em sua participação em todas as regiões analisadas, suportando a hipótese de que o Brasil está perdendo mercado para a os produtos chineses nos mercados analisados.

⁶⁸ Segundo a sondagem especial da CNI, 52% das empresas brasileiras exportadores competem com produtos chineses no mercado externo; destas, 67% perdem clientes para concorrentes chineses. O pesquisa ainda aponta que a concorrência com empresas chinesas é mais acirrada no mercado exportador do que no mercado doméstico.

Gráfico 17 - Participação das exportações do Brasil e da China nas importações de bens manufaturados de países selecionados de 1995 à 2014 (em %)



Fonte: dados brutos da UNCTAD (2015). Elaboração própria.

Os Estados Unidos, por exemplo, importaram US\$ 1.676 bilhões de produtos manufaturados em 2014, sendo US\$ 384,9 bilhões da China e apenas US\$ 16,8 bilhões do Brasil. A participação do Brasil nas importações norte-americanas de bens manufaturados cresceu de 1,1% em 1995 para 1,4% em 2005, momento em que a participação começou a ser reduzida até alcançar 1% em 2014. Enquanto isso, no mesmo período, a participação chinesa expandiu-se de 3,9% para 23%. No caso da América do Sul, o Brasil experimentou leve crescimento em sua participação das importações de produtos manufaturados da região, de 12,5% em 1995 para 18,3% em 2005, quando iniciou-se um processo de redução da participação até atingir 11,2% em 2014. A China, por outro lado, teve considerável expansão de participação, passando de 1,8% em 1995 para 21,1% em 2014, superando a participação brasileira.

No caso uruguaio, o Brasil inicialmente passou por uma leve redução em sua participação nas importações de produtos manufaturados do país, passando de 23,2% em 1995 para 22,2% em 2005; contudo, no período entre 2005 e 2014, a participação brasileira passou por queda significativa, atingindo somente 12,7% de participação em 2014. A participação chinesa, por outro lado, experimentou aumento de participação significativo nas importações uruguaianas de produtos manufaturados, que passou de 1,7% em 1995 para 25,3% em 2011, novamente superando a participação brasileira, a despeito da proximidade física, linguística e cultural, além das iniciativas de integração regional que deveriam propulsionar as relações entre Brasil e Uruguai.

A participação brasileira na importação de bens manufaturados da África, Europa e Argentina, também representada no Gráfico 17 acima, apresenta resultado semelhante de redução na participação brasileira e crescimento significativo na participação da China. No caso das importações africanas, o Brasil passa por um aumento de sua participação de 0,6% para 1,4% entre 1995 e 2005, porém após 2005 inicia-se uma redução de participação, atingindo 0,6% em 2014. A China, por sua vez, tem um crescimento de dez vezes em sua participação, de 2,4% em 1995 para 24,8% em 2014. Em relação à Europa, o Brasil teve participação estável em 0,3% durante todo o período analisado, enquanto a China percebeu um aumento considerável de 1,2% em 1995 para 9,1% em 2014. Já no caso argentino, o Brasil tem aumento de participação de 21,1% em 1995 para 39,3% em 2005, quando vê sua participação reduzir-se até 26,8% em 2014. Já a China tem aumento de participação significativo partindo de 1,7% em 1995 e alcançando 17% em 2014.

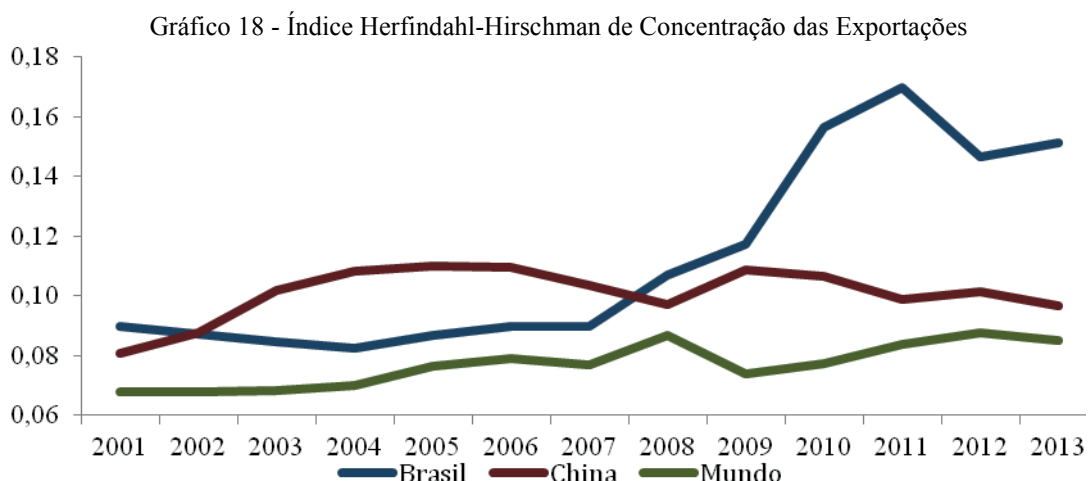
No intuito de avaliar os motivos da tendência de redução da participação brasileira e de verificar se este fenômeno está relacionado com a concorrência imposta pelas exportações chinesas de produtos manufaturados, serão calculados alguns indicadores econômicos. Inicialmente, calcula-se o Índice Herfindahl-Hirschman⁶⁹ de Concentração das Exportações, tendo como objetivo comparar os níveis de concentração da pauta exportadora brasileira com aquela da China. Um índice inferior à 100 indica baixo nível de concentração setorial; um índice entre 100 e 180 indica concentração moderada, enquanto que um resultado acima de 180 indica elevados níveis de concentração setorial das exportações.

A análise dos dados ilustrados no gráfico abaixo indica que, nos anos recentes, o Brasil passou por um aumento significativo em seu índice de concentração das exportações, reforçando a hipótese de que há um processo em curso de especialização e concentração setorial nas exportações brasileiras. No período entre 1995 e 2005, o índice de concentração setorial das exportações do Brasil se manteve estável com média próxima de 87, considerado como baixa concentração. Porém, após o ano de 2005, que coincide com a redução da participação brasileira nas importações de produtos manufaturados dos seus principais mercados consumidores, o índice passa a ter aumentos consideráveis, alcançando 150 em 2013 e chegando próximo da classificação considerada como sendo de concentração elevada.

⁶⁹ O Índice Herfindahl-Hirschman foi calculado levando em consideração o sistema SITC (Revision 3) com nível de detalhamento de três dígitos e considerando apenas as exportações de produtos acima de US\$ 100 mil,

obedecendo à seguinte equação:
$$HHI_j = \sum_{k=1}^n \left(\frac{x_{j,k}}{X_{j,w}} \times 100 \right)^2$$
, em que $X_{j,k}$ refere-se às exportações do setor “k” realizadas pelo país “j” e $X_{j,w}$ refere-se às exportações totais originadas no país “j” para o mundo “w”.

A China, por sua vez, mostra tendência de redução em seu índice de concentração das exportações, especialmente após o ano de 2008, que coincide com o momento em que a China passou a diversificar suas exportações de produtos manufaturados para os mercados emergentes. O índice de concentração das exportações chinesas em 2013 foi de 97, que é considerado como sendo de baixa concentração.

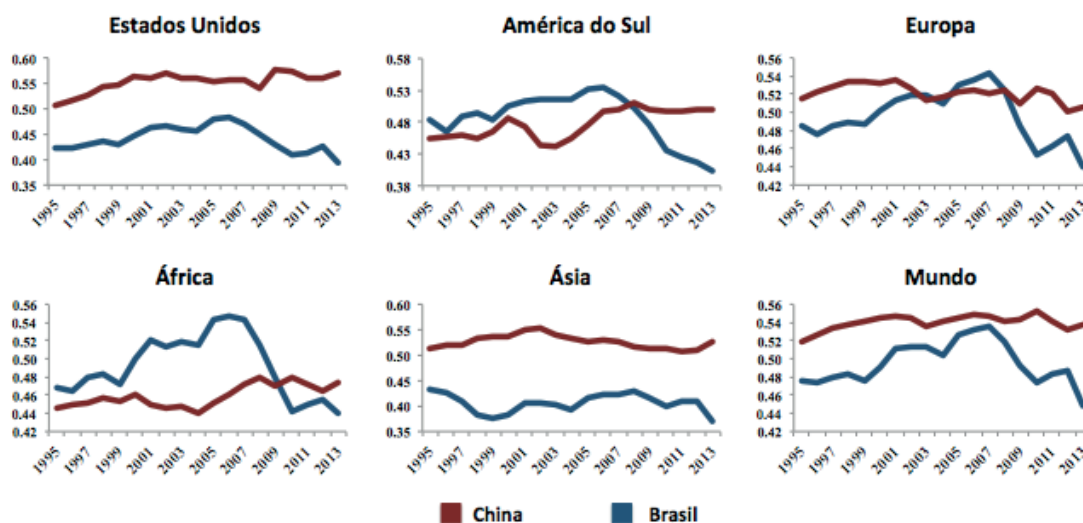


O Gráfico 19 abaixo calcula o Índice de Complementaridade de Comércio⁷⁰ do Brasil e da China com economias selecionadas entre 1995 e 2013, no intuito de melhor compreender o fenômeno da perda de participação comercial brasileira na categoria de produtos manufaturados. Um índice igual a zero indica que não há complementaridade de entre as importações do país destino e as exportações do país origem em análise. Um índice igual a um sugere que as pautas importadora e exportadora das economias em análise são perfeitamente complementares, ou seja, o país de origem exporta exatamente os produtos que o país de destino deseja importar.

⁷⁰ O Índice de Complementaridade de Comércio foi calculado levando em consideração o sistema SITC (Revision 3) com nível de detalhamento de três dígitos e obedece à seguinte equação:

$$ICC_{i,j} = 100 - \sum_{k=1}^n \left[\frac{|m_{k,j} - x_{k,i}|}{2} \right], \text{ em que } m_{k,j} \text{ refere-se à participação das importações do setor "k"}$$

Gráfico 19 - Índice de Complementaridade de Comércio do Brasil e China com Economias Seleccionadas entre 1995 e 2013



Fonte: dados da UNCTAD (2015). Elaboração própria.

O gráfico acima ilustra que o comércio chinês com as economias parceiras seleccionadas é cada vez mais complementar. Por outro lado, a performance brasileira tem tendência no sentido contrário – o comércio do Brasil vem passando por uma redução constante de complementaridade com as economias analisadas. O caso da complementaridade brasileira com a África, América do Sul e Europa chama particular atenção, pois o comércio brasileiro mostrava-se mais complementar que o chinês nestas regiões, contudo nos anos recentes a situação se inverteu, com a China superando o Brasil e o seu comércio tornando-se mais complementar. No caso da complementaridade comercial com a Ásia e Estados Unidos o Brasil manteve complementaridade inferior à chinesa durante todo o período analisado. A combinação destes resultados pode ser percebida na complementaridade do comércio brasileiro com o mundo, que mostra uma tendência de crescimento até 2007, quando a tendência inverte-se e inicia-se período de redução significativa na complementaridade comercial.

O Gráfico 20 abaixo representa a evolução do número de produtos exportados⁷¹ por Brasil e China entre 2001 e 2014 aos três maiores parceiros comerciais brasileiros – Estados Unidos, Alemanha e Argentina, respectivamente. É notável que, durante este período, o número de produtos exportados pelo Brasil se manteve estável (para EUA e Alemanha) ou apresentou leve redução (para a Argentina). Por outro lado, o número de produtos exportados

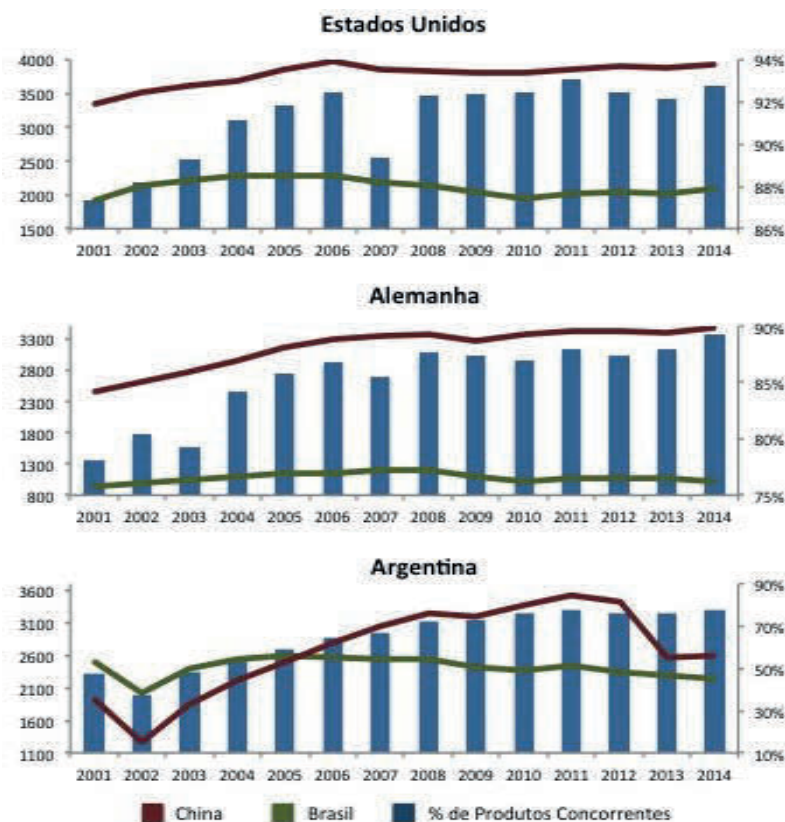
⁷¹ Para esta análise foram considerados todos os produtos exportados que se enquadram na classificação do sistema harmonizado com nível de detalhamento de seis dígitos (HS-6) e foram desconsideradas todas as exportações abaixo do valor de US\$ 10 mil, no intuito de excluir transações que não representam a dinâmica do comércio entre os países analisados.

pela China aos mesmo três países apresentou elevação significativa no período analisado, sendo um indicativo que as exportações brasileiras estão cada vez mais sujeita à concorrência das exportações chinesas.

O número de produtos exportados pelo Brasil aos Estados Unidos passou de 1.911 em 2001 para 2.084, com leves flutuações positivas e negativas durante o período. Já o número de produtos exportados pela China cresceu de 3.344 em 2001 para 3.917 em 2014. O maior crescimento do número de produtos exportados pela China fez com que cerca de 93% dos produtos exportados pelo Brasil também sejam exportados pela China em 2014, em comparação com 87% em 2001. Em relação à Alemanha, segundo maior parceiro comercial do Brasil, o número de produtos exportados ao país cresceu levemente de 931 em 2001 para 1.025 em 2014. No mesmo período, o número de produtos que a China exporta ao país cresceu de 2.452 para 3.462. A maior exposição dos produtos chineses no mercado alemão fez com que cerca de 90% dos produtos brasileiros exportados à Alemanha sejam concorrentes diretos de produtos chineses em 2014 – porcentagem bastante superior aos 78% de 2001.

No caso das exportações brasileiras à Argentina, a mudança é ainda mais perceptível. Em 2001 o Brasil exportava 2.494 produtos distintos ao seu vizinho, cifra bastante superior aos 1.904 produtos exportados pela China. Contudo, em 2014 a realidade mostrou-se distinta. O número de produtos exportados pelo Brasil caiu para 2.229 em 2014, enquanto o número de produtos exportados pela China cresceu significativamente para 2.591 no mesmo período. Porém, o crescimento das exportações chinesas à Argentina foi limitado por práticas protecionistas do país sul-americano – em 2011 a China exportava 3.534 produtos, enquanto que em 2014 o país exporta 2.591. A despeito das restrições impostas pela Argentina, os produtos chineses representam concorrência crescente às exportações brasileiras, passando de 45% em 2001 para 77.8% em 2014. Este exercício de mensuração da evolução do número de produtos exportados por Brasil e China aos principais parceiros comerciais brasileiros apresenta conclusões na mesma linha que aquelas obtidas nos cálculos do índice de intensidade de comércio, índice de concentração das exportações e índice de complementaridade de comércio. Todos estes indicadores sugerem que as exportações brasileiras de bens manufaturados estão enfrentando concorrência crescente das exportações chinesas em terceiros mercados e apresentam indícios que o Brasil está perdendo mercado para a China em seus principais parceiros comerciais.

Gráfico 20 - Número de produtos exportados por Brasil e China aos três maiores parceiros comerciais brasileiros (em unidades no eixo esquerdo e % no eixo direito)



Fonte: dados da UN Comtrade (2015). Elaboração própria.

Com a finalidade de mensurar os ganhos e perdas das exportações brasileiras e para economias selecionadas como produto da crescente concorrência chinesa, utiliza-se o método de Constant Market Share, originalmente construído por Tyszynski (1951) e posteriormente utilizado para medir os efeitos da concorrência chinesa nas exportações de produtos manufaturados por Fligenspan *et al.* (2015), Lima, Lélis e Cunha (2014), Jenkins (2014, 2015), Jenkins e Barbosa (2012), Cunha *et al.* (2012). Segundo o modelo de Constant Market Share, os ganhos ou perdas de mercado entre países estão relacionados com as taxas de crescimento relativas das participações de mercado, partindo da hipótese de que a participação de mercado de um país deve permanecer constante ao longo do tempo. Em outras palavras, países ganham participação de mercado em detrimento de outros países cujas exportações estejam crescendo menos rapidamente e perdem participação daqueles países cujas exportações estejam crescendo mais rapidamente.

Portanto, neste trabalho utiliza-se o método de *Constant Market Share*⁷² para mensurar as perdas de mercado que o Brasil vem sofrendo em virtude da crescente concorrência que os produtos chineses representam frente às exportações brasileiras de bens manufaturados. Os resultados obtidos são apresentados na Tabela 3 abaixo, que apresenta os ganhos e perdas de mercado do Brasil como fruto da concorrência chinesa nas economias norte-americana, europeia e sul-americana, em dois períodos distintos:

- de 1995 à 2001, antes do ingresso chinês na OMC; e
- de 2001 à 2014, para medir os efeitos após a entrada do país na organização, que trouxe maior exposição do país à economia internacional.

A análise da tabela indica que, antes da entrada da China na OMC, o Brasil não teve perdas representativas de mercado para a China. Entretanto, após 2001, o Brasil acumulou perdas de mercado substanciais em suas exportações de bens manufaturados nos três mercados analisados.

Tabela 3 - Perdas de mercado para a China das exportações brasileiras de produtos manufaturados em economias selecionadas (em %)

Estados Unidos	1995-2001	2002-2014	América do Sul	1995-2001	2002-2014	União Europeia	1995-2001	2002-2014
Bens Manufaturados	- 0,16%	- 7,51%	Bens Manufaturados	- 0,30%	- 6,11%	Bens Manufaturados	- 0,02%	- 1,99%
Bens Primários Manufaturados	- 0,76%	- 13,81%	Bens Primários Manufaturados	- 0,51%	- 8,20%	Bens Primários Manufaturados	- 0,09%	- 3,26%
Baixa Tecnologia	- 1,11%	- 4,64%	Baixa Tecnologia	- 0,64%	- 10,03%	Baixa Tecnologia	- 0,02%	- 1,34%
Média Tecnologia	- 0,15%	- 2,15%	Média Tecnologia	- 0,23%	- 3,82%	Média Tecnologia	- 0,01%	- 1,31%
Alta Tecnologia	- 0,06%	- 6,96%	Alta Tecnologia	- 0,20%	- 4,23%	Alta Tecnologia	0,00%	- 1,87%
Bens Primários	0,00%	+ 1,24%	Bens Primários	0,00%	+ 0,05%	Bens Primários	0,00%	+ 0,02%

Fonte: dados brutos da UNCTAD (2015). Elaboração própria.

O Brasil registrou perdas consideráveis de mercado para a China nas exportações de produtos manufaturados para Estados Unidos, América Latina e Europa, enquanto que foi registrado um leve ganho de mercado nas exportações de bens primários como fruto da maior exposição chinesa no comércio internacional. Ao decompor os produtos manufaturados por níveis de intensidade tecnológica incorporada, os bens primários manufaturados e os bens manufaturados de alta tecnologia foram as categorias que registraram as maiores perdas,

⁷² A perda de *market share* do Brasil (B) para a China (C) em um produto (I) é definida pela seguinte equação $\sum \Delta K_{Bci} = \sum \Delta K_{Bi} * K_{Ci}^t - \sum \Delta K_{Ci} * K_{Bi}^t$, em que K_{Bi} é a participação do Brasil no total de importações do produto “i” pelo mercado em análise; K_{Ci} é a participação da China no total de importações do produto “i” pelo mercado em análise; e o expoente “t” representa o ano inicial do período analisado.

enquanto os bens manufaturados de média tecnologia foram os menos afetados. O caso das exportações para os Estados Unidos chama especial atenção, pois foi no mercado norte-americano que se registraram as maiores perdas; o Brasil perdeu 7,51% de sua participação de mercado nas exportações de bens manufaturados, sendo que a categoria de bens primários manufaturados somou perda de 13,81%.

Resultados semelhantes de perda de participação das exportações brasileiras de produtos manufaturados em virtude da concorrência chinesa também foram encontrados por Fligenspan *et al.* (2015), Lima, Lélis e Cunha (2014), Jenkins (2014, 2015), Saslavsky e Rozenberg (2009), Jenkins e Barbosa (2012), Cunha *et al.* (2012), Leão, Pinto e Acioly (2011), Filgueiras e Kume (2010), entre outros. Especial atenção é dada para os trabalhos de Fligenspan *et al.* (2015), Lima, Lélis e Cunha (2014) e Cunha *et al.* (2012), que decompueram os motivos dos ganhos e perdas de mercado das exportações brasileiras como produto da crescente concorrência chinesa. Os autores concluíram que os ganhos de mercado do Brasil estão relacionados essencialmente com um acompanhamento da expansão econômica mundial, enquanto que os avanços chineses estão relacionados com ganhos de competitividade e diversificação de sua pauta exportadora.

Os dados e indicadores econômicos expostos nesta seção indicaram que, nos anos recentes, o Brasil passou por considerável redução em sua participação nas importações de produtos manufaturados de seus principais mercados, enquanto a China percebeu crescimento significativo em sua de participação. O Índice Herfindahl-Hirschman mostrou que a pauta exportadora brasileira têm concentração setorial cada vez maior, enquanto as exportações chinesas apresentam crescimento em seu nível de diversificação. O Índice de Complementaridade de Comércio expôs a perda de complementaridade do comércio brasileiro com seus principais parceiros econômicos, enquanto o comércio da China mostra-se crescentemente complementar.

A análise do número de produtos exportados por Brasil e China aos três maiores parceiros comerciais brasileiros indica que o Brasil exporta uma variedade cada vez menor de produtos, enquanto a China apresenta crescimento no número de produtos exportados para os mesmos mercados, novamente indicando que o Brasil enfrenta concorrência crescente das exportações chinesas de produtos manufaturados. A utilização do método *Constant Market Share* mediu as perdas de participação das exportações brasileiras de produtos manufaturados para economias selecionadas como produto do efeito China. O conjunto das evidências apresentadas nesta seção constitui indícios suficientes para argumentar que o processo de

ascensão da China e a conseqüente maior exposição de suas exportações no comércio internacional representa concorrência para o setor manufatureiro brasileiro⁷³, tanto em seu mercado doméstico quanto nas exportações para terceiros países, que estão percebendo contração em sua participação, em parte, pelo efeito de concorrência imposto pelas exportações chinesas.

5.3 A Ilusão de Autonomia

A China há mais de três décadas vem apresentando crescimento econômico a taxas elevadas, com um modelo de crescimento essencialmente alimentado pelas suas exportações e pelos altos níveis de investimento, fomentando a sua demanda por recursos naturais e energéticos. Como consequência, o crescimento das exportações brasileiras de produtos primários, o aumento dos preços desta categoria de produtos no mercado internacional, além de uma inversão dos termos de troca favorável ao Brasil têm garantido uma situação cômoda à economia brasileira. Sendo assim, a presente seção argumenta que uma série de elementos positivos emergem como produto do aprofundamento das relações entre China e Brasil, porém a situação econômica favorável promovida por estes elementos constitui-se em uma ilusão de autonomia⁷⁴, cuja real circunstância seria uma dependência disfarçada.

O primeiro elemento está diretamente relacionado com o crescimento da demanda chinesa por bens primários. Conforme demonstrado na seção que explorou as relações comerciais sino-brasileiras, a corrente de comércio entre os dois países cresceu de cerca de US\$ 3 bilhões em 2001 para US\$ 82 bilhões em 2013, o que representa um crescimento de 25 vezes ou 28% ao ano. A China cresceu de posição irrisória para a posição de maior parceiro comercial brasileiro, preenchendo cerca de 20% do total da corrente comercial do país. Esse crescimento das relações econômicas foi responsável por garantir ao Brasil saldos comerciais

⁷³ Apesar de o Brasil estar perdendo parte considerável de sua participação de mercado para a China nas importações de bens manufaturados de terceiros países, é importante ser cauteloso e não exagerar o impacto deste fenômeno na indústria brasileira como um todo. Apenas 20% da produção manufatureira nacional é destinada às exportações, ou seja, uma redução de 5% das exportações de produtos manufaturados significa uma redução de apenas 1% da produção manufatureira nacional. Porém cabe aqui argumentar que alguns setores são mais afetados, como o setor calçadista e de telefonia celular. Além disso, a queda no volume de exportações de bens manufaturados não deve ser analisada somente sob a ótica de uma menor receita, mas sob a ótica de um fenômeno maior que é o da perda de competitividade das exportações brasileiras.

⁷⁴ O conceito de autonomia utilizado neste trabalho diz respeito à capacidade de atingir crescimento econômico e desenvolvimento de forma independente, bem como à capacidade de corrigir os rumos de sua estratégia de desenvolvimento. Por outro lado, a ausência de autonomia seria uma condição em que o crescimento econômico ocorre, em parte, como um reflexo da expansão em outros países, limitando as perspectivas de desenvolvimento econômico e social.

superavitários em quase todos os anos após 2001, além garantir acesso a bens de consumo e capital a custos mais acessíveis. A combinação destes fatores contribuiu para trazer dinamismo à economia brasileira, porém mascarando a realidade de reprimarização da estrutura produtiva e deixando a economia mais suscetível ao ritmo de crescimento econômico chinês.

Em seguida, o segundo elemento diz respeito à elevação dos preços das *commodities* nos mercados internacionais. O exponencial aumento da demanda chinesa por produtos primários trouxe uma série de efeitos indiretos sobre as economias exportadoras desta categoria de produtos. Diversos especialistas apontam para o crescimento da demanda chinesa como um importante fator que alimenta a elevação dos preços internacionais de *commodities* agrícolas e energéticas.⁷⁵ Sendo assim, o Brasil beneficia-se não somente como produto da expansão de suas exportações para a China, como também através da elevação dos preços internacionais de produtos primários, que afeta também as exportações para terceiros países. Jenkins (2014) aponta que a combinação do aumento da demanda chinesa com a inelasticidade da oferta de grande parte das *commodities* exportadas pelo Brasil levaram a um aumento substancial de seus preços, fazendo com que os preços de minério de ferro, alumínio e outros metais triplicassem no período analisado e que entre 16% a 25% do total do crescimento no valor das exportações brasileiras fosse explicado por um aumento no preço dos produtos e não no volume exportado.

Um terceiro elemento também parece estar contribuindo para a ilusão de autonomia como produto do aprofundamento das relações sino-brasileiras. Conforme apontado nas seções anteriores, ao observar o rápido padrão de crescimento das relações bilaterais sino-brasileiras, em que o Brasil exporta essencialmente produtos primários e a China exporta principalmente produtos manufaturados de média e alta tecnologia, muitos problemas apontados pelo pensamento desenvolvimentista são relevantes tendo em vista o padrão em que se constitui o comércio bilateral. Contudo um ponto do relacionamento aparentemente mostra-se oposto do que era previsto por Prebisch e seus companheiros estruturalistas. Segundo eles, países que exportam principalmente produtos primários deveriam apresentar uma deterioração em seus termos de troca ao longo do tempo. Porém, a realidade sugere que o Brasil e demais economias da América Latina estão experimentando melhora em seus termos de troca, colocando a tese Prebisch-Singer de cabeça para baixo.

⁷⁵ Ver: CEPAL (2015), Perrotti (2015), Fligenspan *et al.* (2015), Medeiros e Cintra (2015), entre outros.

Prebisch e Singer apontaram para a tendência de deterioração dos termos de troca dos países exportadores de produtos primários, em parte como produto da baixa elasticidade renda da demanda por essa categoria de produtos. Porém Ros (2013, p. 14-15) argumenta que a teste Prebisch-Singer não considerou a possibilidade de que apesar da baixa elasticidade renda da demanda por bens primários, as diferenças nas taxas de acumulação do Norte e do Sul poderiam ser tão díspares a ponto de que os produtos com baixa elasticidade poderiam experimentar um aumento de preço mais intenso que aqueles com alta elasticidade, assim beneficiando os países da periferia e possibilitando um aumento em seus níveis de poupança e investimento⁷⁶. Porém é importante salientar que este é um processo temporário e que os termos de troca tendem a ser estabilizados em um ponto que condena a periferia a crescer sob taxas inferiores que o centro.

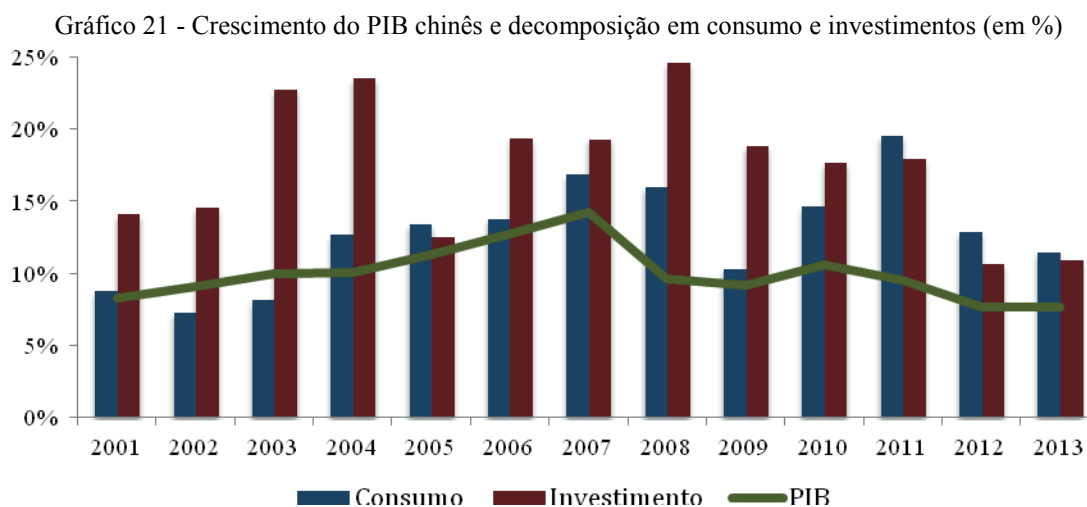
Sendo assim, a combinação dos três fatores – aumento da demanda por recursos naturais, aumento dos preços de *commodities* nos mercados internacionais, e inversão da tese de deterioração dos termos de troca – têm contribuído para uma ilusão de autonomia ao Brasil, na medida em que a sua economia torna-se cada mais dinâmica como produto do aprofundamento de suas relações com a China, mas isso ocorre em detrimento da reprimarização de sua estrutura produtiva e com uma economia cada vez mais suscetível às flutuações de demanda da economia chinesa.

A despeito do rápido crescimento da economia chinesa nas últimas três décadas, nos anos recentes o seu modelo de crescimento tem sido considerado insustentável por parte da academia. Investimentos mantidos artificialmente a quase 50% do PIB não podem continuar se expandido a taxas mais elevadas que o crescimento da economia. Além disso, o tamanho da economia chinesa em comparação com o resto do mundo torna difícil a continuidade de um modelo de crescimento baseado essencialmente em exportações e investimentos. Como agravante, a resposta chinesa à crise de 2008 aprofundou ainda mais esses desequilíbrios. Para amenizar os efeitos da redução nos níveis de exportações, o governo lançou um pacote de incentivos fiscais focado em investimentos nos setores de bens imobiliários e de infraestrutura. A medida acentuou a diferença entre as taxas de crescimento dos investimentos e do consumo,

⁷⁶ Este processo pode ser simplificado a partir dos seguintes fatores: a grande demanda da China por bens primários elevou os preços desta categoria de produtos no mercado internacional. Simultaneamente, diversos fatores internos possibilitaram que a China exportasse bens manufaturados a preços mais competitivos que seus concorrentes europeus ou americanos, pressionando para baixos os preços desta categoria de produtos. Como resultado deste fenômeno, os exportadores de produtos primários têm experimentado uma melhoria temporária em seus termos de troca.

naturalmente aumentando o endividamento do país, que cresceu de 125% em 2008 para 207% em Junho de 2015.

O padrão de crescimento da economia chinesa entre 2011 e 2015 está mostrando a preocupação das lideranças chinesas em reduzir os desequilíbrios apontados acima. As taxas de crescimento da economia já são menores do que no passado e a sua composição está passando por ajustes. Enquanto entre 2001 e 2010 a média do crescimento do setor de consumo foi de 12,2% e do setor de investimentos foi de 18,8%, entre 2011 e 2013 o situação se inverteu com o consumo passando a crescer a 14,7% e os investimentos a 13,2%. O Gráfico 21 abaixo ilustra o crescimento do PIB chinês e sua decomposição em consumo e investimentos. A análise do gráfico mostra que o consumo tem uma participação cada vez maior na composição o PIB chinês, em detrimento de investimentos e exportações líquidas. O menor ritmo de crescimento chinês e a mudança em sua composição têm reflexos na demanda pelas exportações brasileiras de recursos naturais, que tende a ser menor do que no passado, além de ter um impacto negativo nos preços internacionais de *commodities*.



Fonte: dados brutos do National Bureau of Statistics (2015). Elaboração própria.

Ao avaliar a redução nos padrões de crescimento da economia chinesa e o seu processo de ajuste é possível estimar que esse cenário traga um arrefecimento da demanda por *commodities* metálicas e uma conseqüente redução de seus preços no mercado internacional, enquanto a demanda por *commodities* agrícolas experimenta crescimento. A demanda por *commodities* metálicas está diretamente relacionada com os níveis de investimento da economia chinesa, enquanto uma parcela da demanda por *commodities* agrícolas está relacionada com os níveis de consumo da população. A expansão dos níveis de consumo dos

chineses tende a aumentar a demanda por carne e soja, ambos produtos proteicos essenciais na dieta dos chineses.

Esse processo já pode ser percebido no desempenho recente da corrente comercial sino-brasileira. Em 2014 a corrente comercial sino-brasileira experimentou uma redução de 7,8% quando comparada ao ano anterior, que pode ser explicada principalmente pela redução de 11,8% das exportações brasileiras à China, enquanto as importações sofreram redução menos significativa de 2,8%. O reflexo deste processo também está claro na balança comercial brasileira, cujo superávit teve uma redução de 43,4% entre 2013 e 2014. Cabe mencionar que a queda das exportações brasileiras à China (11,8%) foi muito maior que a queda de suas exportações ao mundo (7,2%), suportando o argumento de maior volatilidade da corrente comercial com a China.

As perspectivas de crescimento continuado nos níveis de consumo como porcentagem do PIB chinês sugerem que a demanda por *commodities* agrícolas continuará elevada nos próximos anos. Porém, a redução dos níveis de investimento vem conduzindo uma desaceleração na demanda por *commodities* metálicas. Dado o maior peso desta categoria de produtos na composição das exportações brasileiras à China, o presente trabalho argumenta que o Brasil tende a colher menos benefícios econômicos como produto da ascensão chinesa. Um recente relatório da CEPAL (2015) traz argumentos na mesma linha, ao afirmar que “*Dado el menor ritmo de crecimiento previsto para los próximos años tanto en China como en la región, el comercio bilateral no seguirá expandiéndose a tasas tan elevadas como las observadas en la última década y media*”⁷⁷ (CEPAL, 2015, p. 36).

Sendo assim, torna-se importante salientar que a reprimarização da economia brasileira e sua especialização profunda na produção de bens primários torna o país mais suscetível a choques negativos nos preços desta categoria de produtos e restringe os potenciais ganhos comerciais a uma pauta exportadora limitada. Neste contexto, a desaceleração nos ritmos de crescimento da economia chinesa e o seu processo de ajuste podem impactar severamente a economia brasileira, limitando o volume de suas exportações e provocando uma redução nos preços internacionais de uma parcela dos produtos primários exportados pelo Brasil. Além disso, conforme explorado nas seções acima, a especialização em produtos primários traz menor dinamicidade a economia como um todo, por conta de sua menor demanda por progresso técnico em comparação com o setor manufatureiro e de seus menores transbordamentos para os outros setores da economia.

⁷⁷ “Dado o menor ritmo de crescimento previsto, tanto na China quanto na região, o comércio bilateral não seguirá expandindo-se a taxas tão elevadas quanto àquelas observadas na última década e meia” (tradução nossa).

Neste contexto em que ainda prevalecem alguns dos aspectos de dinamicidade trazidos pela ilusão de autonomia, as lideranças brasileiras deveriam aproveitar esta oportunidade para utilizar a receita obtida com o crescimento exponencial das exportações de produtos primários e investir em setores que envolvem maior valor agregado. Além disso, as mudanças no modelo de crescimento chinês, com maior participação do consumo em detrimento dos investimentos, tendem a criar novas oportunidades de crescimento para outros setores da economia brasileira. Se essa estratégia não for colocada em prática, a expansão das relações comerciais com a China apenas fornecerá ganhos de curto prazo e uma condição de dependência mascarada por uma ilusão de autonomia. Os ganhos de longo prazo são dependentes da capacidade das lideranças brasileiras em transformar os ganhos da exportação de produtos primários em um projeto de desenvolvimento com maior grau de autonomia, o que envolve uma clara estratégia de industrialização e educação, fomentando progresso técnico e ganhos de produtividade.

5.4 Da Dinâmica Cooperativa à Competitiva

Na esteira do processo de ascensão da China e de sua maior exposição no cenário econômico e político internacional, são alimentados os debates sobre as dinâmicas cooperativas e competitivas da relação sino-brasileira. Uma parte significativa da academia, além de representantes do governo e instituições públicas, argumentam que as relações econômicas entre Brasil e China são fundamentalmente cooperativas em sua esfera política e complementares em sua esfera econômica, carregando efeito positivo para ambas as partes. Em contrapartida, uma outra parcela da academia tem destacado a dinâmica competitiva e concorrente da relação, sugerindo que a complementaridade seria apenas uma forma renovada de dependência e reforçando padrões disfuncionais de desenvolvimento. Essas perspectivas caracterizam dois lados da mesma moeda, envolvendo uma tensão entre o otimismo e a angústia que o rápido aprofundamento das relações sino-brasileiras produziu.

A política oficial do governo chinês, bem como *think tanks* governamentais especializados nos estudos latino-americanos, são os proponentes naturais da cooperação e complementaridade como dinâmicas que representam a relação sino-brasileira⁷⁸. Ao mesmo

⁷⁸ Os trabalhos publicados pelo Centro de Estudos Latino-americanos da Academia Chinesa de Ciências Sociais são claros proponentes da visão de complementaridade e cooperação. Ver mais em: 张 Zhang (2013), 杨 e 张 Yang e Zhang (2013), 田 Tian (2015), 沈 Shen (2014), 王 Wang (2014), 牛 Niu (2014), 郭 Guo (2014), 徐

tempo, líderes de negócios agrícolas ou energéticos e membros do governo brasileiro também tendem a enfatizar as complementaridades que envolvem a relação entre China e Brasil. Em sua diplomacia pública, ambos os países apelam para termos como relação “Sul-Sul”, “*win-win*”, “benefício mútuo” e “cooperação estratégica”. O diretor do Centro de Estudos Latino-Americanos da Academia Chinesa de Ciências Sociais, por exemplo, sugeriu que “*China and Latin America belong to the Third World and cooperation between the two sides will benefit world peace and development*”⁷⁹ (JIANG, 2005, p. 15-16).

A Cepal, por sua vez, um dos principais centros de estudos econômicos da América Latina, enalteceu o aspecto positivo da relação comercial sino-brasileira durante e após a crise financeira. Os relatórios de 2009 e 2010, amplamente veiculados na mídia chinesa, defenderam que a demanda chinesa por recursos naturais do Brasil e demais países da América Latina foi um elemento essencial para minimizar as consequências negativas da crise econômica e para alimentar uma recuperação rápida. A pesquisa da Cepal relatou em 2009 que “*In a sense, China’s internal market has rescued the Latin American exports*”⁸⁰. Fica assim claro que a visão de uma relação cooperativa e complementar não é tema central só de líderes do governo, mas também de *think tanks* chineses e latino-americanos.

Relatórios mais recentes, contudo, passam a mostrar preocupação com o padrão de desenvolvimento das relações. O relatório de 2015 da CEPAL intitulado “*América Latina y el Caribe y China: hacia una nueva era de cooperación económica*” aponta para os benefícios oriundos do aprofundamento das relações sino-latino-americanas, porém ressalta que a continuação de padrão exportador baseado em produtos primários pode constituir-se em uma ameaça para o desenvolvimento econômico e social da região. Segundo o relatório, a diversificação da pauta exportadora seria um desafio urgente para os países latino-americanos. A CEPAL relata que:

[...] *si bien la región se ha beneficiado por diversas vías del dinamismo de sus envíos a China, la composición de la canasta exportadora sigue constituyendo un motivo de preocupación. En efecto, la persistencia de un mercado patrón primario exportador hacia dicho país condiciona los intentos de los gobiernos de la región por avanzar hacia una estructura productiva y exportadora más diversificada, intensiva en conocimiento y social y ambientalmente sostenible. En este contexto, la diversificación exportadora constituye un desafío urgente*⁸¹ (CEPAL, 2015, p. 48-49).

Xu (2014).

⁷⁹ “A China e a América Latina fazem parte do terceiro mundo e a cooperação entre as duas regiões será benéfica para a paz e o desenvolvimento global” (tradução nossa).

⁸⁰ “Até certo ponto, o mercado interno chinês salvou as exportações latino-americanas” (tradução nossa).

⁸¹ “[...] apesar de a região ter se beneficiado por diversos meios do dinamismo de suas exportações à China, a composição da pauta exportadora segue sendo um motivo de preocupação. De fato, a persistência de um

Ao considerar os desafios impostos pela ordem internacional, Brasil e China são novamente vistos como parceiros em uma relação cooperativa com objetivos comuns de busca por maior representatividade dos países emergentes no sistema internacional. Uma parte significativa da academia considera ambos os países como potências emergentes aliadas que crescentemente coordenam suas políticas na arena internacional, em foros como o BRICS, o G20, o IBAS e no Novo Banco de Desenvolvimento. Vizentini (2014, p. 83-90) argumenta que o relacionamento sino-brasileiro reproduz o padrão sul-sul, e que a relação não se restringe à cooperação política e às trocas comerciais, apresentando uma heterogeneidade de esferas. Oliveira e Lessa (2014, p. 5-8) também apontam para a dinâmica cooperativa do relacionamento, baseada na concepção chinesa de mundo harmônico, que estabelece um roteiro para a prática diplomática, voltada não só à busca da paz e do desenvolvimento, mas também à cooperação entre nações.

Oliveira (2010, p. 104-105) argumenta que as recentes iniciativas políticas como as do IBAS, BRICS e G-20 constituem-se em movimentações de países do Sul em busca de promover alterações na estrutura da ordem internacional, a partir da percepção de que seus interesses, demandas e objetivos não estão presentes na pauta da agenda internacional, conduzida pelos países do Norte. Este não seria um movimento de oposição e confronto aos países do centro, mas de contribuição para a construção de uma ordem multipolar sem hegemonias e governada por organizações multilaterais. Esta perspectiva corresponde à estratégia brasileira e chinesa de demanda por seu espaço no sistema internacional e está baseada no princípio de que, apesar de assimetrias e diferenças, os países emergentes apresentam o ponto convergente de contarem com uma ordem que privilegia os interesses dos países centrais, fazendo-se necessária uma ação conjunta para tentar ampliar as possibilidades do sul.⁸²

A eclosão da recente crise econômico-financeira e suas consequências para a ordem internacional propiciaram o compromisso de retomada da perspectiva de uma posição comum entre China e Brasil nas instituições internacionais, além de intensificar os papéis desempenhados pelos emergentes nos processos de recuperação econômica (OLIVEIRA; LEITE, 2014, p. 279-282). Com o objetivo de gerar um ambiente mais cooperativo e no

mercado com padrão primário exportador ameaça os esforços dos governo da região em avançar rumo a uma estrutura produtiva e exportadora mais diversificada, intensiva em capital, e ambientalmente sustentável. Neste contexto, a diversificação da pauta exportadora constitui um desafio urgente” (tradução nossa).

⁸² Ver, entre outros: Oliveira e Leite (2014), Oliveira e Lessa (2014), Vizentini (2014), Vizentini e Santos (2014), 张 Zhang (2013), 杨 e 张 Yang e Zhang (2013), 田 Tian (2015).

ímpeto de reduzir os constrangimentos oriundos da assimetria da relação comercial entre os dois países, foram desenvolvidas iniciativas governamentais, como a Agenda China, o Diálogo Financeiro Brasil-China e o Plano de Ação Conjunta, aumentando o quadro institucional da relação entre os dois países, com o estabelecimento de metas e mecanismos de consulta e coordenação.

A área de cooperação técnica e científico-tecnológica, por sua vez, representa ponto emblemático para o relacionamento sino-brasileiro, com o esforço conjunto para o desenvolvimento de satélites de sensoriamento remoto (*China-Brazil Earth Resources Satellite* – CBERS) sendo inédito para ambos os países. O programa já tem três satélites em órbita e prevê mais dois lançamentos nos próximos anos (BÉCARD; BARROS-PLATIAU; OLIVEIRA, 2015, p. 94). Na área da cooperação técnica, destaca-se ainda a cooperação chinesa com a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), em especial no sentido de aprofundar os conhecimentos sobre os sistemas sanitários e fitossanitários para adequar os produtos brasileiros às exigências dos mercados asiáticos, além da cooperação em pesquisas genéticas.

Sendo assim, não é difícil apontar para uma série de elementos em que a dinâmica cooperativa é intensa nem tampouco para os maiores vencedores do aprofundamento da relação entre Brasil e China. O setor de *commodities* agrícolas – especialmente a produção de soja – experimentou um *boom* em seus volumes de produção e bateu recordes nos níveis de exportação. Em parte como fruto da demanda chinesa, a Vale tornou-se uma das maiores empresas mineradoras do mundo. A Petrobrás colheu os frutos não apenas da demanda chinesa por petróleo, mas também beneficiou-se com investimentos chineses na empresa, que carecia de recursos para financiar a exploração das reservas encontradas no pré-sal. A Embraer abriu a sua primeira planta produtiva de aeronaves no exterior na China e o país tornou-se o segundo maior consumidor da empresa, apenas atrás dos Estados Unidos. Além disso, o país também se beneficiou com projetos de infraestrutura devido aos investimentos chineses no setor de aço (Companhia Siderúrgica do Atlântico), gasodutos (Gasoduto Gasene), plantas termoelétricas (Candiota), além de diversos outros projetos de infraestrutura nos setores energéticos e de transporte.

Entretanto, em que pesem os interesses comuns e a cooperação diversas dimensões, ainda prevalecem divergências pontuais na relação sino-brasileira. As seções anteriores já exploraram os impactos de reprimarização da estrutura produtiva brasileira, de deslocamento das exportações de produtos manufaturados e de ilusão de autonomia. Informações

recentemente divulgadas pelo Wikileaks reforçam o argumento proposto neste trabalho. De acordo com relatórios do governo americano e diplomatas latino-americanos sediados em Beijing, a crise econômica de 2008 e as mudanças na estrutura econômica mundial forçaram a China a diversificar os seus mercados exportadores e buscar países em desenvolvimento.

Os documentos divulgados ainda mencionam dois pontos que reforçam os argumentos do presente trabalho. Em primeiro lugar, a crescente percepção por parte dos diplomatas brasileiros de que os interesses chineses na América Latina permanecem essencialmente econômicos, com o objetivo central de garantir o fornecimento de recursos naturais. O cônsul-geral do Consulado do Brasil em Shanghai, Marcos Caramuru de Paiva, escreveu “*China’s strategy is very clear: it is doing everything possible to control de supply of commodities*”⁸³ (WIKILEAKS, 2009, não paginado). Outro ponto de destaque é a percepção chinesa sobre a concorrência que suas exportações de produtos manufaturados trazem ao Brasil. O documento enfatizou que “*Chinese exports compete directly with exports from Latin America*”⁸⁴. O documento ainda enfatiza que a China reconhece que o país vem crescentemente tendo a sua imagem negativamente afetada na região, portanto tem se esforçado para também levar os interesses brasileiros em consideração – isso pode ser percebido por ações como a doação de fundos ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Outro ponto de destaque no documento divulgado pelo Wikileaks faz referência aos esforços brasileiros em garantir um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. As lideranças brasileiras inicialmente pensavam poder contar com o apoio chinês nesta empreitada. Em troca do apoio chinês, o Brasil mudou sua postura em relação à China na Comissão de Direitos Humanos da ONU e, apesar de forte oposição interna, reconheceu a China como uma economia de mercado – pré-requisito para a aceitação completa da China na OMC. Porém, quando o Brasil lançou a sua candidatura a um assento permanente com a Índia, Alemanha e Japão em 2005, a China se opôs a qualquer reforma no Conselho de Segurança da ONU. A oposição chinesa decepcionou as lideranças brasileiras, que pensavam compartilhar com a China os mesmos objetivos de maior representatividade por parte dos países emergentes nos organismos internacionais. Sobre o (não) apoio chinês à candidatura brasileira, o documento do Wikileaks revela:

⁸³ “A estratégia chinesa é muito clara: o país está fazendo o possível para controlar a oferta de recursos naturais” (tradução nossa).

⁸⁴ “As exportações chinesas competem diretamente com as exportações latino-americanas” (tradução nossa).

*China is realistic that it can cooperate with the region on many things like climate change and energy but that they do not have to agree on everything, for example, the issue of expanding the number of permanent seats on the United Nations Security Council, a subject in which Brazil and China do not see eye to eye.*⁸⁵ (WIKILEAKS, 2009).

O futuro da relação sino-brasileira constituirá um desafio tanto para os formuladores de política quanto para os analistas. Embora ambos os países compartilhem das qualidades de países emergentes, potências regionais com ambições globais, essa definição não fornece os meios para capturar as nuances do relacionamento. Um olhar mais apurado nas relações comerciais, identifica os países como parceiros e competidores, enquanto que um olhar atento na dimensão política identifica países emergentes com interesses distintos. Portanto, se atualmente a relação, em sua dimensão política, é definida por grande parte da literatura como um retrato de cooperação sul-sul, não exclui-se a possibilidade de que, no longo prazo, a relação possa caminhar em trajetória dentro da qual a dinâmica competitiva possa tornar-se mais intensa que o cooperativa.

⁸⁵ “A China é realista no sentido de que o país pode cooperar com a América Latina em uma série de áreas, como mudanças climáticas e energia, mas reconhece que não é necessário concordar em todos os aspectos, como, por exemplo, na questão da expansão do número de assentos permanentes do Conselho de Segurança da ONU, um ponto em que o Brasil e a China tem visões distintas” (tradução nossa).

6 CONCLUSÕES

A primeira década do novo século começou trazendo transformações profundas às relações internacionais brasileiras e ao padrão de desenvolvimento do país. Na esteira da ascensão das economias periféricas ocorre um reordenamento da estrutura econômica e política internacional, cujo centro gravitacional desloca-se gradualmente em direção ao oriente. Neste contexto, as economias maduras perdem dinamismo relativo e a China emerge como protagonista e principal motor desta realidade de crescimento econômico sustentada pelos emergentes. Como resultado, a China passou de virtualmente não ter presença na América Latina a tornar-se o principal parceiro comercial de diversos países da região, imprimindo fortes consequências sobre a economia brasileira e sobre a inserção internacional do país.

Neste contexto, o presente trabalho teve como objetivo principal estudar os impactos que a ascensão chinesa e o estreitamento das relações sino-brasileiras imprimem no Brasil, utilizando como suporte teórico o pensamento desenvolvimentista latino-americano e depositando especial atenção no período pós-2001. A escolha deste marco teórico se justificou pelo fato de que a evolução da dinâmica do relacionamento sino-brasileiro trouxe à tona uma série de características estruturais de dependência caracterizadas pelos pensadores desenvolvimentistas latino-americanos⁸⁶. Como objetivo secundário, buscou-se avaliar se o aprofundamento do relacionamento sino-brasileiro estaria revitalizando uma condição histórica de dependência no Brasil.

A hipótese do trabalho foi que a ascensão chinesa e o estreitamento das relações sino-brasileiras imprimem externalidades contraditórias sobre a economia brasileira, cujos efeitos transitam entre as dinâmicas cooperativa/complementar e competitiva/concorrente. As evidências apresentadas neste trabalho revelam a relevância da hipótese e constituem fortes indícios para sustentar que esta não pode ser descartada *a priori*. Argumentou-se que, no curto prazo, as dinâmicas cooperativa e complementar são mais evidentes; a expansão da demanda por bens primários e o aumento do influxo de investimentos trazem dinamismo à economia brasileira, ao financiar um ciclo virtuoso de crescimento com baixa vulnerabilidade externa. Porém, há indícios que estes impactos positivos podem estar constituindo uma ilusão de

⁸⁶ Uma das características do relacionamento sino-brasileiro que mais se assemelha à dinâmica da dependência retratada pelo pensamento desenvolvimentista é o padrão comercial em que se desenvolvem as relações, com o Brasil exportando essencialmente produtos primários e importando produtos manufaturados de alta e média tecnologia.

autonomia, mascarando uma revitalização de uma condição de dependência, em que as relações sino-brasileiras estaria dando os primeiros passos de uma transição em que as dinâmicas competitivas e concorrentes são mais intensas. No longo prazo, a China alimenta o risco de uma tendência regressiva de especialização da estrutura produtiva brasileira em produtos primários e uma concorrência ao setor manufatureiro do Brasil, que tem percebido ameaça crescente tanto em seu mercado doméstico quanto em suas exportações para terceiros mercados.

O presente trabalho contribui para a literatura que analisa o processo de ascensão da China e os impactos oriundos deste processo ao apresentar novas evidências que reforçam análises prévias, especialmente pelo fato de contemplar um período em que inicia-se um processo de arrefecimento dos níveis de expansão da economia chinesa e de uma mudança em sua estrutura, acentuando os impactos sentidos pelo Brasil. A abordagem utilizada é inédita na literatura analisada e também foi substrato para contribuições. A abordagem da Economia Política Internacional mostrou-se construtiva na análise do tema, visto que a maior parte da literatura enfatiza essencialmente sua dinâmica econômica e utiliza como fonte as perspectivas da literatura ocidental. Visando suprir esta lacuna, o presente trabalho contribui para a literatura ao aproximar as dimensões econômicas e políticas, além de incluir as perspectivas da literatura chinesa sobre o tópico. Outra contribuição da abordagem utilizada foi remontar ao pensamento desenvolvimentista para fazer um contraponto com a realidade atual. Ambos os pontos foram importantes para alcançar uma compreensão mais abrangente da dinâmica das relações sino-brasileiras.

Contudo, a despeito das contribuições deste trabalho para a literatura, reconhecem-se as suas limitações e também a existência de lacunas a serem preenchidas em esforços futuros. Em que pesem as contribuições oferecidas pela abordagem da EPI e do pensamento desenvolvimentista, o presente trabalho reconhece as limitações advindas da escolha de um marco teórico e que resultados distintos, porém igualmente relevantes, poderiam ter sido encontrados ao utilizar outros marcos conceituais e teóricos. Outrossim, este trabalho também reconhece a necessidade de aprofundar evidências da dimensão política e os rumos que o relacionamento sino-brasileiro seguirá após a redução dos níveis de expansão da economia chinesa e a mudança em sua estrutura de crescimento.

Embora o pensamento desenvolvimentista seja visto por muitos teóricos como uma abordagem obsoleta, uma parte considerável da análise e problemática proposta por seus teóricos permanece atual. Na década de 1960, o grupo se mostrava preocupado que a

dependência latino-americana da exportação de produtos primários e o padrão assimétrico de relacionamento ameaçassem o desenvolvimento econômico da região. Mais de cinco décadas depois, essa preocupação voltou à tona e mostra-se atual para a análise das relações sino-brasileiras. Justificou-se assim a utilização do pensamento desenvolvimentista como ferramental de análise teórica neste trabalho.

O desenvolvimentismo foi uma corrente de pensamento que preconizava políticas formuladas e executadas de maneira deliberada pelo Estado, que através do fomento ao setor industrial atingiria crescimento de produção e progresso técnico, cujo objetivo final seria a superação de problemas sociais e da posição de menor dinamicidade ocupada pela periferia do sistema capitalista. Contudo, embora este seja o núcleo comum que une o pensamento desenvolvimentista, a literatura econômica teve distintas correntes teóricas dentro do pensamento desenvolvimentista, com destaque para os estruturalistas, os desenvolvimentistas autoritários, os neomarxistas e os teóricos da dependência. Cada uma destas correntes contribuiu para a literatura desenvolvimentista com conceitos que se mostraram essenciais para a análise da atual dinâmica do relacionamento sino-brasileiro.

Enquanto corrente analítica pioneira do pensamento desenvolvimentista, os estruturalistas forneceram importantes subsídios para a compreensão da transição das economias primário-exportadoras para as economias industrializadas, com destaque para a hipótese da deterioração dos termos de troca e para construção do modelo de desenvolvimento por substituição de importações. A perspectiva estruturalista forneceu substrato para a compreensão dos processos que condicionam uma posição de menor dinamismo do Brasil dentro de seu relacionamento de caráter assimétrico com a China. Em seguida, a abordagem desenvolvimentista autoritária preconizava que os países periféricos encontravam-se em situação viciosa de estagnação, cujo estímulo para inversões era limitado pelas possibilidades restritas do mercado e pelo baixo nível de poupança. A perspectiva desenvolvimentista autoritária forneceu subsídios para identificar a importância dos influxos de investimento estrangeiro direto chinês ao Brasil e também da importância de políticas que canalizem tais investimentos de acordo com os interesses estratégicos do país.

A abordagem neomarxista da corrente estagnacionista não via a possibilidade de desenvolvimento capitalista nos países periféricos, que estariam fadados à estagnação e o subdesenvolvimento. Destarte, a única saída seria um rompimento com o centro capitalista seguido de uma revolução socialista. Esta abordagem mostrou-se útil para compreender os mecanismos que promovem uma manutenção e aprofundamento da situação de assimetria e

dependência que o Brasil está inserido, bem como quais as alternativas para superar esta condição. Em seguida, ganhou força no Brasil o pensamento da chamada nova esquerda, responsável pelo desenvolvimento da Teoria da Dependência. Esta corrente de interpretação teve como principal mérito enfatizar a dinâmica das forças sociais internas das economias periféricas, colocando em segundo plano os condicionantes externos. A abordagem dependentista foi um instrumento importante que ofereceu substrato para compreender os interesses dos distintos grupos sociais envolvidos no relacionamento sino-brasileiro e como sua interação contribui para aprofundar a condição de dependência. Sendo assim, a reconstrução histórica do pensamento desenvolvimentista, em suas distintas vertentes teóricas, representou importante subsídio para uma compreensão mais ampla da dinâmica do relacionamento sino-brasileiro.

Em seguida, o presente trabalho ainda traçou um breve panorama do histórico das relações sino-brasileiras e da política externa chinesa para a América Latina, no intuito de fornecer base para melhor compreender a dinâmica atual do relacionamento. Percebeu-se que, ao longo da história recente, notadamente após a constituição da RPC, as relações políticas entre Brasil e China foram de idas e vindas, com alguns ensaios de aproximação em momentos pontuais. Embora a China buscasse intensificar suas relações com o mundo periférico, o Brasil mostrou-se bastante pragmático, em parte para evitar que suas relações com os Estados Unidos e outros parceiros ocidentais fossem abaladas no contexto de Guerra Fria. As relações só viriam a se aprofundar e expandir de maneira significativa após a virada do milênio, como produto da consolidação dos processos de abertura da China e dos esforços da política universalista que o Brasil passou a conduzir.

Sobre a política externa chinesa, percebeu-se que a liderança do partido comunista busca a manutenção de um sistema internacional que forneça um ambiente favorável ao desenvolvimento econômico chinês, de maneira a manter a estabilidade política e social no plano doméstico. Em um misto entre o ímpeto nacionalista de reconquistar a supremacia do passado e o pragmatismo de integrar-se ao sistema internacional atual, a diplomacia chinesa joga em vários tabuleiros, sempre buscando enfatizar o caráter pacífico e benéfico de sua ascensão. Neste sentido, no plano multilateral percebe-se uma China cada vez mais participativa, demonstração de que está disposta a ocupar uma posição de crescente proeminência no cenário internacional, diferindo da posição marcadamente isolacionista de outrora. No plano bilateral, a diplomacia chinesa tem demonstrado entusiasmo particular no desenvolvimento de relações com as grandes potências, com o objetivo de afirmar-se como

uma delas, e também na relação com países periféricos, que servem de apoio em organizações internacionais, além de fonte de recursos estratégicos, como matérias-primas e energia.

A análise do padrão de desenvolvimento das relações comerciais sino-brasileiras permite notar a clara complementaridade entre o perfil de ambas as economias – a economia brasileira dotada de amplo potencial de produção de produtos primários e a economia chinesa dependente da importação de recursos naturais e energéticos para alimentar seu crescimento. A complementaridade comercial ainda foi acentuada pelo desaquecimento das economias maduras ao mesmo tempo em que ocorria uma expansão no poder de compra da classe média brasileira, condicionando interesse crescente da China em explorar o apetite brasileiro pelo consumo de bens manufaturados chineses. Como resultado, a China ultrapassou os Estados Unidos como maior parceiro comercial do Brasil em 2009 e o seu volume de comércio com o Brasil tende a ultrapassar em 2016 aquele com todos os países da Europa combinados.

Contudo, a despeito do exponencial crescimento da corrente de comércio bilateral entre China e Brasil, os fluxos financeiros, em especial os fluxos de investimentos estrangeiros diretos, ainda não acompanham o nível de crescimento do comércio entre os dois países. A mensuração do volume exato dos fluxos de IED da China ao Brasil constitui-se em tarefa complicada, dado o fato que uma parte significativa dos investimentos são triangulados via paraísos fiscais. Em que pese a dificuldade de mensurar os fluxos, o presente trabalho mostrou que o volume real supera em até mais de dez vezes as estatísticas oficiais e que a intensidade dos investimentos chineses no Brasil é cerca de quatro vezes superior à média mundial. A origem dos investimentos de maior aporte de capital é essencialmente de empresas de prioridade estatal, porém as empresas privadas conduzem um maior número de projetos de investimento. Outra particularidade observada é a diversificação do escopo dos investimentos, que inicialmente dedicavam-se essencialmente à exploração de recursos naturais e energéticos, mas recentemente passaram a priorizar os setores de serviços e bens de consumo. Contudo, a despeito dos riscos e oportunidades que o crescente fluxo de IEDs chineses pode trazer ao Brasil, o país ainda tem adotado uma posição bastante passiva, com a ausência de estratégias sólidas que busquem as contenções de seus impactos negativos ou a dinamização de seus benefícios.

A análise do padrão de desenvolvimento das relações comerciais entre Brasil e China constituiu subsídio para avaliar empiricamente os impactos do estreitamento das relações sino-brasileiras e contrapor a dinâmica complementar com a competitiva. Demonstrou-se que as exportações do Brasil para a China concentram-se cada vez mais em produtos primários,

cuja participação em 2014 foi de cerca de 94%; por outro lado, as importações brasileiras da China percebem crescente concentração em bens manufaturados, cuja participação em 2014 foi de cerca de 97%. Este padrão de relacionamento reflete-se no total da pauta exportadora brasileira quando decomposta por intensidade tecnológica, que antes de 2001 era composta por maioria de bens manufaturados e agora é composta por maioria de bens primários. Neste sentido, foram apresentados indícios que indicam que o padrão de relacionamento sino-brasileiro desenvolve-se com tendências assimétricas que se assemelham à dinâmica centro-periferia retratada pelos teóricos desenvolvimentistas e que este padrão pode estar contribuindo para o aprofundamento de uma tendência regressiva de especialização da pauta exportadora brasileiras em bens primários.

Entretanto, pouco tem sido feito para corrigir esta tendência de revitalização de uma situação histórica de dependência da economia brasileira. Pelo contrário, os dados sugerem que a situação de assimetria com a China só aprofundou-se. Enquanto há uma década, 66% das exportações brasileiras para a China eram de produtos primários e 34% de bens manufaturados, hoje 93% das exportações são compostas de bens primários. Esta situação pode estar relacionada com o as proposições de Frank (1966), Santos (1970) e Cardoso (1979) quando eles apontam para a persistência de uma situação de subdesenvolvimento, além dos constrangimentos estruturais externos, através de uma associação de interesses das classes dominantes locais com os interesses do centro. Ou seja, o setor exportador de recursos naturais do Brasil associa-se ao centro devido a uma coincidência de interesses e consegue assim garantir seus lucros e uma posição política vantajosa.

Porém não é apenas no mercado doméstico que o Brasil vem sentindo os impactos da ascensão chinesa. Os dados e indicadores econômicos expostos neste trabalho indicaram que, nos anos recentes, o Brasil passou por considerável redução em sua participação nas importações de produtos manufaturados de seus principais mercados, enquanto a China percebeu crescimento significativo em sua de participação. O Índice Herfindahl-Hirschman mostrou que a pauta exportadora brasileira têm concentração setorial cada vez maior, enquanto as exportações chinesas apresentam crescimento em seu nível de diversificação. O Índice de Complementaridade de Comércio expôs a perda de complementaridade do comércio brasileiro com seus principais parceiros econômicos, enquanto o comércio da China mostra-se crescentemente complementar.

A análise do número de produtos exportados por Brasil e China aos três maiores parceiros comerciais brasileiros indica que o Brasil exporta uma variedade cada vez menor de

produtos, enquanto a China apresenta crescimento no número de produtos exportados para os mesmos mercados, novamente indicando que o Brasil enfrenta concorrência crescente das exportações chinesas de produtos manufaturados. A utilização do método Constant Market Share mediu as perdas de participação das exportações brasileiras de produtos manufaturados para economias selecionadas, como produto do efeito China. O conjunto das evidências apresentadas constitui indícios suficientes para argumentar que o processo de ascensão da China e a conseqüente maior exposição de suas exportações no comércio internacional é uma das causas que explica a contração da participação das exportações de produtos manufaturados brasileiros para terceiros países.

Todavia, vale lembrar a observação de Theotônio dos Santos em relação à dependência, em que ele afirmou que: “(a dependência) pode ter tanto um efeito positivo quanto negativo no desenvolvimento”. Essa proposição mostra-se precisa em relação a atual situação da relação sino-brasileira. Embora a relação com a China possa ser caracterizada dentro dos termos de dependência, o exponencial crescimento das exportações brasileiras de bens primários tem garantido superávits comerciais recordes e indicadores econômicos saudáveis que, no curto prazo, trazem conseqüências favoráveis para a economia brasileira. Contudo, argumentou-se que os impactos positivos da relação constituem-se em uma ilusão de autonomia, cuja real circunstância seria uma dependência disfarçada, e que o relacionamento estaria dando os primeiros passos de uma transição em que as dinâmicas competitiva e concorrente tendem a ser mais intensas.

A expansão do volume das exportações de bens primários, o aumento dos preços desta categoria de produtos no mercado internacional e a inversão da tese Prebisch-Singer são elementos que alimentam a ilusão de autonomia. Cabe mencionar que, conforme sugerido pela perspectiva clássica das teorias econômico- desenvolvimentistas e pelos seus seguidores atuais, uma especialização econômica na produção de bens primários tende a tornar a economia brasileira mais suscetível a choques externos, menos dinâmica devido a uma pauta mais restrita e oferece menores efeitos de transbordamento positivo sobre a economia e a sociedade. Além disso, o desempenho das exportações brasileiras fica ameaçado por desacelerações da economia chinesa, conforme vem ocorrendo como fruto do ajuste do modelo de crescimento da China.

Assim, foi possível concluir neste trabalho que a ascensão chinesa e o estreitamento das relações sino-brasileiras imprimem externalidades contraditórias sobre a economia brasileira, cujos efeitos transitam entre as dinâmicas cooperativa/complementar e

competitiva/concorrente. Por um lado, no curto prazo, as dinâmicas cooperativa e complementar são mais evidentes; a expansão da demanda por bens primários e o aumento do influxo de investimentos trazem dinamismo à economia brasileira, ao financiar um ciclo virtuoso de crescimento com baixa vulnerabilidade externa. Porém, há indícios que estes impactos positivos constituem uma ilusão de autonomia, mascarando uma revitalização da dependência, em que as dinâmicas competitivas e concorrentes são mais intensas. No longo prazo, a China alimenta o risco de uma tendência regressiva de especialização da estrutura produtiva brasileira em produtos primários e uma concorrência ao setor manufatureiro do Brasil, que tem percebido ameaça crescente tanto em seu mercado doméstico quanto em suas exportações para terceiros mercados.

O futuro da relação sino-brasileira constituirá um desafio tanto para os formuladores de política quanto para os analistas. Embora ambos os países compartilhem da qualidade de países emergentes, potências regionais com ambições globais, essas definições não fornecem os meios para capturar as nuances do relacionamento. Um olhar mais apurado nas relações comerciais, identifica os países como parceiros e competidores, enquanto que um olhar atento na dimensão política identifica países emergentes com interesses distintos. Portanto, se atualmente a relação, em sua dimensão política, é definida por grande parte da literatura como um retrato de cooperação sul-sul, não exclui-se a possibilidade de que, no longo prazo, a relação possa caminhar em trajetória dentro da qual a dinâmica competitiva possa tornar-se mais intensa que o cooperativa.

Entretanto, para que o Brasil seja capaz de transformar os ganhos de curto prazo do relacionamento sino-brasileiro em desenvolvimento sustentável de longo prazo, é necessária a reestruturação interna de sua economia, com diversificação da pauta exportadora e dos parceiros comerciais, para que a região se torne menos vulnerável a choques externos de demanda e mais competitiva no cenário internacional. A perspectiva novo-desenvolvimentista propõe um debate que foi capaz de incorporar muitos elementos do pensamento desenvolvimentista e atualizar seus conceitos para a realidade atual da economia brasileira e internacional, tornando-se uma fonte de argumentos válidos sobre quais medidas o Brasil pode utilizar para superar sua condição de dependência. O presente trabalho endossa o debate e argumenta que os primeiros passos nessa direção podem ser dados através de uma estratégia nacional de desenvolvimento deliberada pelo Estado e que priorize o setor industrial, com investimentos em educação, infraestrutura, progresso técnico, e controle da taxa cambial.

Além desta conclusão, este trabalho ainda identificou um rico campo de pesquisa no tema da ascensão chinesa e do relacionamento sino-brasileiro. Outrossim, além dos impactos apresentados no presente trabalho, a ascensão chinesa ainda imprime uma série de outros impactos sobre o Brasil – tais impactos não são desconsiderados nem tampouco julgados menos relevantes. Entretanto, por motivos do escopo do trabalho e de limitações de espaço, estes não foram explorados com maior profundidade. Identificam-se como nichos relevantes para trabalhos futuros os seguintes pontos: explorar os impactos da ascensão chinesa na integração latino-americana; o estudo da convergência e divergência de posicionamento em organismos multilaterais, especialmente no caso das rodadas de negociação dentro da OMC; os impactos da dinâmica comercial sino-brasileira sobre os níveis de emprego no Brasil; os impactos ambientais causados por uma especialização regressiva na produção de produtos primários. Além destes, ainda há necessidade de encontrar evidências mais concretas que relacionem de maneira direta a perda de mercado das manufaturas brasileiras com a ascensão chinesa.

REFERÊNCIAS

- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Boletim do Banco Central do Brasil**: relatório anual 2011, Brasília, v. 47, p. 1-223, 2012.
- BAPTISTA, T. J.; ALMEIDA, F. R. F. As relações econômicas sino-brasileiras no início do século XXI: parcerias estratégicas e relações bilaterais. **Revista de Geopolítica**, v. 6, n. 2, p. 97-119, jul./dez. 2015.
- BÉCARD, D. S. R. O que esperar das relações Brasil-China? **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 19, n. suplementar, p.31-44, nov. 2011.
- BÉCARD, D. S. R.; BARROS-PLATIAU, A. F.; OLIVEIRA, C. C. O Brasil, a China e a VI Cúpula dos BRICS. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, jan./jun. 2015.
- BICHARA, J. S. *et al.* Business cycle convergence and trade: Brazil and China in a changing world. **Journal of Economic Policy Reform**, [S.l.], p. 1-26, 2015.
- BIELSCHOWSKY, R. Vigência das contribuições de Celso Furtado ao estruturalismo. **Revista da Cepal**, número especial, p. 183-191, maio 2010.
- BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 1988.
- BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. O empresário industrial e revolução brasileira. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 2, n. 8, p. 11-27, 1963.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. DO ISEB e da CEPAL à Teoria da Dependência. In: TOLEDO, C. N. **50 anos do ISEB**. São Paulo: Editora da UNESP, 2005.
- BRESSER PEREIRA, L. C. Novo-desenvolvimentismo. **Folha de São Paulo**, 19 set. 2004.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. O Novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 5-24, 2006.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. (Org.). **Doença holandesa e indústria**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Por que a poupança externa não promove crescimento. **Revista de Economia Política**, [S.l.], v. 21, n. 1, p. 3-19, jan, 2007.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. A taxa de câmbio no centro da teoria do desenvolvimento. **Estudos Avançados**, [S.l.], v. 26, n. 75, p. 7-28, 2012.
- CAMPOS, R. **A nova economia brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.

CARDOSO, F. H. **O empresário industrial e desenvolvimento econômico**. São Paulo: Difel, 1964.

CARDOSO, F. H. **As ideias e seu lugar**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1980.

CARDOSO, F. H. Associated dependent development: theoretical and practical implications. In: STEPAN, A. (Org.). **Authoritarian Brazil: origins, policies and future**. Yale: Yale University Press, 1973.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependency and development in Latin America**. Berkeley: University of California Press, 1979.

CHINA. **China's Peaceful Development Road**. Beijing: State Council, 2005.

COHEN, B. **International political economy: an intellectual history**. New Jersey: Princeton University Press, 2008.

COHEN, B. **Advanced introduction to international political economy**. [S.l.]: Edward Elgar, 2014.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE - CEPAL. **América Latina y el Caribe y China: hacia una nueva era de cooperación económica**. CEPAL, 2015. p. 1-83.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - CNI. **Sondagem especial China**, São Paulo, v. 9, n. 1, fev. 2011.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA - CEBC. **Uma análise dos investimentos chineses no Brasil: 2007-2012**. Rio de Janeiro, jun. 2013. Disponível em: <http://www.cebc.org.br/sites/default/files/pesquisa_investimentos_chineses_2007-2012_-_digital_1.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2015.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA - CEBC. **Investimentos chineses no Brasil: 2012-2013**. Rio de Janeiro, abr. 2014. Disponível em: <http://www.cebc.org.br/sites/default/files/boletim_de_investimentos_-_final_0.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2015.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA - CEBC. **Investimentos chineses no Brasil**. Rio de Janeiro, maio 2011. Disponível em: <http://www.cebc.org.br/sites/default/files/pesquisa_investimentos_chineses_no_brasil.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2015.

CUNHA, A. M. *et al.* (Org.). **China e Brasil depois da crise financeira global: comércio, finanças e estratégias de desenvolvimento**. Porto Alegre: BNDES, 2012. (Working Paper BNDES/ANPEC).

CUNHA, A. M.; BICHARA, J. S.; LÉLIS, M. T. C. América Latina y la Ascensión de China: una perspectiva desde Brasil. **América Latina Hoy**, Salamanca, v. 65, p. 185-207, 2013.

DELFIM-NETTO, A. **Agricultura e desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Estudos ANPES, 1966.

DICKINS, A. The evolution of the international political economy. **International Affairs**, London, v. 82, n. 3, p. 479-492, 2006.

FERNÁNDEZ, P. A. **China en transición a la sociedad del conocimiento**: implicaciones para América Latina. [S.l.]: CEPAL, 2014. (Colección de Documentos de Proyecto).

FERRARO, V. **Dependency theory**: an introduction. Lecture. South Hadley: Mount Holyoke College, July 1996.

FILGUEIRAS, M.; KUME, H. **A competitividade do Brasil e da China no mercado norte-americano no período 2000-2008**. Brasília: IPEA, 2010.

FLIGENSPAN, F. B. *et al.* (Org.). As exportações do Brasil nos anos 2000: evolução, market share e padrões de especialização a partir de distintas agregações setoriais. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 42, n. 4, 2015.

FRANK, A. G. The development of underdevelopment. **Monthly Review**, [S.l.], n. 17, p. 17-31, 1966.

FONSECA, P. C. D. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. In: DATHEIN, R. (Org.). **Desenvolvimentismo**: o conceito, as bases teóricas, as políticas. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2015.

FONSECA, P.C.D. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. **Pesquisa e Debate**, [S.l.], v. 15, n. 2 (26), p. 225-256, 2004.

FONSECA, P. C. D. As origens e as vertentes formadoras do pensamento cepalino. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 3, p. 333-358, 2000.

FONSECA, P.C.D.; MOLLO, M.L.R. Desenvolvimentismo e novo-desenvolvimentismo: raízes teóricas e precisões conceituais. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 33, n. 2 (131), p. 222-239, abr./jun. 2013.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, C. **Formação econômica da América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lia, 1970.

FURTADO, C. **Introdução ao desenvolvimento**: enfoque histórico-estrutural. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

郭存海 GUO, C. 客观看待中国在拉美软实力 Objective view of China's soft power in Latin America. 拉丁美洲研究 **Journal of Latin American Studies**, [S.l.], 2014.

HALPER, S. **The Beijing consensus**: how China's authoritarian model will dominate the twenty-first century. New York: Basic Books, 2010.

HAO, Y. **Challenges to chinese foreign policy**: diplomacy, globalization and the next world power. Lexington: The University Press of Kentucky, 2009.

HAUSMANN, R.; HWANG, J.; RODRIK, D. **What you export matters**. [S.l.]: National Bureau of Economic Research (NBER), Dec. 2005. (Working Paper, 11905). Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w11905.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

HE, C.Q. **China modernization report 2008**: a study on the international modernization. [S.l.]: Chinese Academy of Social Sciences, 2008.

HEIDEGGER, M. **Being and time**. New York: Harper & Row, 1962.

HOBBSAWM, E. **Era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JENKINS, R. Chinese competition and brazilian exports of manufactures. **Oxford Development Studies**, Oxfordshire, v. 42, n. 3, 2014.

JENKINS, R. Is Chinese competition causing deindustrialization in Brazil? **Latin American Perspectives**, Newbury Park, 2015.

JENKINS, R.; BARBOSA, A. F. Fear for manufacturing? China and the future of industry in Brazil and Latin America. **The China Quarterly**, Cambridge, v. 209, p. 59-81, Mar. 2012.

JENKINS, R.; EDWARDS, L. Is China crowding out South-African exports of manufactures? **European Journal of Development Research**, London, 2015.

JIANG, S. X. South-South cooperation in the age of globalization: recent developments in Sino-Latin American relations and its implications. **Revista de Estudios Internacionales**, Santiago, n. 7, p. 19-41, 2005.

KRASNER, S. The accomplishments of international political economy. In: SMITH, S.; BOOTH, K.; ZALEWSKI, M. **International theory**: positivism and beyond. New York: Cambridge University Press, 1996.

LEÃO, R. P. F.; PINTO, E. C.; ACIOLY, L. A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos. Brasília: IPEA, 2011.

LIMA, M. G.; LÉLIS, M. T. C.; CUNHA, A. M. Comércio internacional e competitividade: um estudo comparativo utilizando a metodologia constant-market-share para o período 2000-2011. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA ANPEC, 41., 2014, [S.l.]. **Anais...** Niteroi: ANPEC, 2014.

MANTEGA, G. **Teoria da dependência revisitada**: um balanço crítico. São Paulo: Núcleo de Pesquisas e Publicações, 1997.

MARINI, R. M. **Dialética da dependência**. Lisboa: Centelha, 1975.

MARINI, R. M. **Dialética da dependência**: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Vozes, 2000.

MEDEIROS, C. A.; CINTRA, M. R. V. P. Impactos da ascensão chinesa sobre os países latino-americanos. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 35, n. 1 (138), p. 28-42, jan./mar. 2015.

MENDES, C. A. Política externa chinesa: um jogo em vários tabuleiros. **Revista de Estudos Chineses**, Lisboa, v. 27, p. 230-242, jul. 2008.

MOREIRA, M. M. Fear of China: is there a future for manufacturing in Latin America? **World Development**, Cambridge, v. 35, n. 3, p. 355-376, 2007.

牛海彬 NIU, H. 中国巴西关系与金砖国家合作 China-Brazil relations and the BRICS partnership. 拉丁美洲研究 **Journal of Latin American Studies**, Cambridge, 年3期, n. 3, 2014.

OLIVEIRA, H. A. Brasil China: uma relação sul-sul. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 117-127, 2006.

OLIVEIRA, H. A. Brasil e China: uma aliança não escrita. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 53, n. 2, p. 88-105, 2010.

OLIVEIRA, H. A.; LEITE, A. C. C. Chinese engagement for global governance: aiming for a better room at the table? **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 57, edição especial, p. 265-285, 2014.

OLIVEIRA, H. A.; LESSA, A. C. China rising: strategies and tactics of China's growing presence in the world. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 57, edição especial, p. 5-8, 2014.

OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 219-232, abr. 2010.

PALMA, G. Dependency: a formal theory of underdevelopment or a methodology for the analysis of concrete situations of underdevelopment? **World Development**, [S.l.], v. 6, p. 881-924, 1978.

PAUS, E. Latin America and the middle-income trap. **Revista Cepal**, Financing for Development Series, [S.l.], n. 250, jun. 2014.

PAYNE, A. The study of governance in a global political economy. In: NICOLA, P. *Globalizing international political economy*. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

- PERROTTI, D. E. La República Popular de China y América Latina: impacto del crecimiento económico chino en las exportaciones latinoamericanas. **Revista CEPAL**, [S.l.], n. 116, p. 47-70, 2015.
- PINHEIRO, L. Restabelecimento de relações diplomáticas com a República Popular da China: uma análise do processo de tomada de decisão. **Revista de Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, p. 247-270, 1993.
- PRADO JÚNIOR, C. **A Revolução Brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1966.
- PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 3. n. 3, p. 47-111, 1949.
- PREBISCH, R. **Growth, disequilibrium and disparities**: interpretation of the process of economic development (Economic Survey of Latin America 1949). Santiago: CEPAL, 1950.
- PREBISCH, R. O falso dilema entre desenvolvimento econômico e estabilidade monetária. **Revista de Ciências Econômicas**, São Paulo, 1961.
- QIN, Y. Q. Struggle for identity: a political psychology of China's rise. In: WOMACK, B. **China's rise in historical perspective**. Lanham: Rowman and Littlefield Publishers, 2010.
- RANGEL, I. **Dualidade básica da economia brasileira**. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), 1957. Disponível em: <<http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2013/11/Dualidade-B%C3%A1sica-da-Economia-Brasileira.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2015.
- RANGEL, I. A dinâmica da dualidade brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 215-235, jul. 1962.
- RODRÍGUEZ, O. **O estruturalismo latino-americano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- ROS, J. Latin America's trade and growth patterns, the China factor and Prebisch's nightmare. **Journal of Globalization and Development**, [S.l.], v. 3, n. 2, p. 1-16, 2013.
- SANTOS, T. The structure of dependence. **The American Economic Review**, Nashville, v. 60, n. 20, p. 231-236, 1970.
- SANTOS, T. The theoretical foundations of the Cardoso government: a new stage of the dependency-theory debate. **Latin American Perspectives**, Newbury Park, v. 25, n. 1, p. 53-70, 1998.
- SASLAVSKY, D.; ROZENBERG, R. The Brazilian case. In: JENKINS, R.; PETERS, E. D. (Ed.). **China and Latin America: economic relations in the twenty-first century**. Zurich: DIE, 2009.
- SCHNEIDER, B. R. The desarrrollista state in Brazil and Mexico. In: WOO-CUMINGS, M. **The developmental state**. Ithaca; New York: Cornell University Press, 1999.

沈安 SHEN, A. 拉美经济与中拉关系：新挑战和新机遇 Latin American economy and China-Latin America relations: new challenges and new opportunities. 国外理论动态 **Journal of Foreign Theoretical Trends**, [S.l.], 2014.

SICSÚ, J.; PAULA, L.F. ; MICHEL, R. Introdução. In: SICSÚ, J.; PAULA, L.F. ; MICHEL, R. **Novo-Desenvolvimentismo**: um projeto nacional de crescimento com equidade social. Barueri: Manole, 2005.

SINGER, H. The distribution of gains between investing and borrowing countries. In: SINGER, H. **The strategy of international development**: essays in the economics of backwardness. London: Macmillan, 1950.

SINGER, H. O mecanismo do desenvolvimento econômico. In: AGARAWALA, A. N.; SINGH, S. P. **A economia do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

STRANGE, S. International economics and international relations: a case of mutual neglect. **International Affairs**, [S.l.], v. 46, n. 2, p. 304-315, 1970.

STRAUSS, J. C. Framing and claiming: contemporary globalization and “going out” in China’s rhetoric towards Latin America. **The China Quarterly**, Cambridge, v. 209, p. 134-156, Mar. 2012.

SUNKEL, O. Política nacional de desarrollo y dependencia externa. **Estudios Internacionales**, Santiago, v. 1, n. 1, p. 43-75, 1967.

TANG, S.; ZHANG, H. China’s regional strategy: a Chinese perspective. In: SHAMBAUGH, D. **Power shift**: China and Asia’s new dynamics. [S.l.]: University of California Press, 2005.

THIRLWALL, A. P. **Economics of development**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2011.

田原 TIAN, Y. 中拉关系翻开历史新篇章 China-Latin America relations open a new chapter in their history. 经济日报 **Journal of Economics**, [S.l.], 2015.

TOYE, J.; TOYE, R. The origin and interpretation of the Prebisch-Singer thesis. **History of Political Economy**, Durham, v. 35, n. 3 p. 437-467, 2003.

VISENTINI, P. F. A Ásia no sistema internacional e a China como pivô. **Conjuntura Internacional**, [S.l.], v. 11, n. 1, p. 83-91, 2014.

VISENTINI, P. F.; SANTOS, B. China and Latin America: perceptions, challenges and opportunities. **Monde Chinois – Nouvelle Asie**: La Chine vue du Sud, [S.l.], v. 38, p. 80-88, 2014.

王宝锟 WANG, B. 中巴关系处于历史最好时期 Sino-Brazilian relations. 经济日报 **Journal of Economics**, [S.l.], 2014.

WATSON, C. A. U. S. Responses to China's growing interests in Latin America: dawning recognition of a changing hemisphere. In: ARSON, C.; MOHR, M.; ROETT, R. **Enter the dragon?** China's presence in Latin America. Washington: WWICS, 2004. Disponível em: <<http://www.wilsoncenter.org/sites/default/files/EnterDragonFinal.pdf>>. Acesso em: 2 mar. 2015.

徐世澄 XU, S. 合作促发展万里尚为邻 Brazil and China: cooperation for development cuts thousands of miles to feel like neighbors. 拉丁美洲研究 **Journal of Latin American Studies**, Cambridge, 年 2014.

YERGIN, D. A.; STANISLAW, J. **The commanding heights**: the battle for the world economy. New York: Simon & Schuster, 2002.

杨建民 ; 张勇 YANG, J.; ZHANG, Y. 当前的中拉关系特点评析 Major characters of the Chinese-Latin American relations. 拉丁美洲研究 **Journal of Latin American Studies**, Cambridge, 年3期, n. 3, 2013.

张昆生 ZHANG, K. 努力推动中拉关系在更高水平向前发展 Chinese-Latin American relations: striving for advancement to higher level development. 拉丁美洲研究 **Journal of Latin American Studies**, Cambridge, 年6期, n. 6, 2013.

**APÊNDICE A – EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO CHINESA NA PAUTA
COMERCIAL BRASILEIRA E DA PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NA PAUTA
COMERCIAL CHINESA**

Tabela 4 - Evolução da participação chinesa na pauta comercial brasileira

Ano	Exportações à China		Importações da China	
	Participação do Total	Posição no Ranking	Participação do Total	Posição no Ranking
1999	1,4%	15	1,8%	14
2000	2,0%	12	2,2%	11
2001	3,3%	6	2,5%	9
2002	4,2%	4	3,1%	7
2003	6,3%	3	4,5%	5
2004	5,7%	4	6,0%	4
2005	5,9%	3	6,3%	4
2006	6,2%	3	7,9%	3
2007	6,8%	3	9,4%	2
2008	8,5%	2	10,8%	2
2009	13,4%	1	11,6%	2
2010	15,6%	1	13,6%	2
2011	17,6%	1	14,0%	2
2012	17,3%	1	15,3%	1
2013	19,4%	1	15,6%	1
2014	18,4%	1	16,3%	1

Fonte: Dados brutos da UNCTAD (2015). Elaboração própria.

Tabela 5 - Evolução da participação brasileira na pauta comercial chinesa

Ano	Exportações ao Brasil		Importações do Brasil	
	Participação do Total	Posição no Ranking	Participação do Total	Posição no Ranking
2001	0,7%	25	0,9%	20
2002	0,8%	25	0,9%	20
2003	1,0%	28	1,2%	25
2004	0,9%	25	1,1%	14
2005	0,9%	24	1,1%	15
2006	0,9%	24	1,2%	14
2007	0,9%	24	1,2%	12
2008	1,1%	19	1,6%	10
2009	1,7%	20	2,2%	9
2010	1,9%	15	2,4%	9
2011	2,3%	14	2,8%	9
2012	1,7%	16	2,5%	10
2013	1,7%	16	2,7%	10
2014	1,6%	17	2,4%	9

Fonte: Dados brutos da UNCTAD (2015). Elaboração própria.

APÊNDICE B – PARTICIPAÇÃO CHINESA NAS IMPORTAÇÕES MUNDIAIS DE COMMODITIES

Tabela 6 - Participação chinesa nas importações mundiais de commodities selecionadas em 2014

Produto	Importações Chinesas (US\$ bi)	Importações Mundiais (US\$ bi)	Importações Chinesas (% do mundo)
Plástico e fragmentos de plástico	7,3	9,8	74,4%
Minério de ferro	96,5	146,3	63,9%
Instrumentos ópticos	55,9	82,3	68,0%
Madeira	12,0	23,1	51,8%
Oleaginosas	44,3	87,2	50,9%
Níquel	5,8	13,1	44,3%
Cobre	21,6	54,9	39,4%
Pérolas e pedras preciosas	59,0	177,5	33,2%
Ouro (não-monetário)	55,7	185,3	30%

Fonte: Dados brutos da UNCTAD (2015). Elaboração própria.

**APÊNDICE C – DADOS BRUTOS DOS INDICADORES ECONÔMICOS
CALCULADOS**

Tabela 7- Dados brutos do comércio bilateral entre Brasil e China

Ano	Importações	Exportações	Corrente de Comércio	Balança Comercial
1991	75,091,304	226,395,312	301,486,616	151,304,008
1992	57,279,776	460,024,576	517,304,352	402,744,800
1993	156,969,616	779,376,448	936,346,064	622,406,832
1994	196,790,672	822,407,488	1,019,198,160	625,616,816
1995	417,913,152	1,203,741,184	1,621,654,336	785,828,032
1996	1,252,020,608	1,113,813,632	2,365,834,240	-138,206,976
1997	1,316,815,104	1,088,200,576	2,405,015,680	-228,614,528
1998	1,133,868,672	904,859,904	2,038,728,576	-229,008,768
1999	942,936,091	676,129,026	1,619,065,117	-266,807,065
2000	1,222,098,317	1,085,301,597	2,307,399,914	-136,796,720
2001	1,328,389,311	1,902,122,203	3,230,511,514	573,732,892
2002	1,553,993,640	2,520,978,671	4,074,972,311	966,985,031
2003	2,147,799,004	4,533,363,162	6,681,162,166	2,385,564,158
2004	3,710,477,153	5,441,745,722	9,152,222,875	1,731,268,569
2005	5,354,519,158	6,834,996,980	12,189,516,138	1,480,477,822
2006	7,989,343,057	8,402,368,827	16,391,711,884	413,025,770
2007	12,617,754,515	10,748,813,792	23,366,568,307	-1,868,940,723
2008	20,040,022,368	16,403,038,989	36,443,061,357	-3,636,983,379
2009	15,911,144,513	20,190,831,368	36,101,975,881	4,279,686,855
2010	25,535,684,189	30,752,355,631	56,288,039,820	5,216,671,442
2011	32,788,424,507	44,314,595,336	77,103,019,843	11,526,170,829
2012	33,413,595,997	41,040,673,954	74,454,269,951	7,627,077,957
2013	35,895,471,244	46,026,153,046	81,921,624,290	10,130,681,802
2014	34,877,620,579	40,616,107,930	75,493,728,509	5,738,487,351

Fonte: Dados brutos da UNCTAD (2015). Elaboração própria.

Tabela 8 - Dados brutos da balança comercial sino-brasileira decomposta por intensidade tecnológica

Ano	Balança Comercial	Produtos Primários	Produtos Manufaturados	Prod. Primários Manufaturados	Prod. Manufaturados de Baixa Tecnologia	Prod. Manufaturados de Média Tecnologia	Prod. Manufaturados de Alta Tecnologia
1998	-229,370,639	622,678,416	-852,049,055	-197,957,655	-57,764,943	-258,183,895	-338,285,993
1999	-267,126,291	444,707,965	-711,834,256	-80,824,935	-25,593,246	-219,240,004	-386,397,340
2000	-137,006,211	738,129,285	-875,135,496	-71,049,654	-28,549,314	-244,009,550	-531,782,343
2001	573,280,921	1,211,035,975	-637,755,054	-70,820,924	-11,751,550	-135,180,141	-420,403,813
2002	953,558,879	1,613,256,816	-659,697,937	-38,770,770	68,179,029	-38,876,233	-650,463,236
2003	2,384,682,181	2,635,857,216	-251,175,035	-48,129,932	679,852,344	43,448,201	-926,625,220
2004	1,728,458,205	3,815,622,676	-2,087,164,471	-148,692,623	234,992,261	-418,046,865	-1,756,020,274
2005	1,477,786,883	5,107,495,867	-3,629,708,984	-301,705,883	274,645,918	-822,265,026	-2,782,167,217
2006	408,367,251	6,768,911,477	-6,360,544,226	-488,919,684	-312,699,529	-1,546,970,249	-4,014,065,391
2007	332,128,987	8,655,388,296	-8,323,259,309	-949,364,642	-727,910,635	-2,586,826,101	-4,061,025,363
2008	-3,644,122,086	13,366,325,258	-17,010,447,344	-1,831,676,975	-1,326,564,718	-4,827,351,163	-9,027,080,982
2009	4,270,879,327	17,148,111,113	-12,877,231,786	-1,841,680,313	-211,139,308	-4,253,645,472	-6,575,240,248
2010	5,216,671,442	27,647,758,216	-22,431,086,774	-2,852,304,895	-2,115,877,334	-7,367,638,072	-10,097,650,849
2011	11,499,730,670	39,973,877,949	-28,474,147,279	-4,069,589,832	-2,356,055,607	-9,834,962,032	-12,219,524,366
2012	6,797,215,451	36,483,180,642	-29,685,965,191	-4,559,701,856	-2,570,882,523	-10,412,636,011	-12,142,744,801
2013	8,687,105,604	42,039,059,404	-33,351,953,800	-4,645,616,954	-2,863,924,551	-11,738,833,276	-14,103,579,019
2014	3,247,758,574	36,753,325,637	-33,505,567,063	-4,709,883,066	-3,592,963,130	-11,206,615,370	-13,996,105,497

Fonte: Dados brutos da UNCTAD (2015). Elaboração própria.

Tabela 9: Dados brutos da participação de economias selecionadas na corrente de comércio do Brasil

	Europa	América Latina	África	Estados Unidos	China
1995	0.31	0.19	0.03	0.21	0.02
1996	0.30	0.21	0.03	0.21	0.02
1997	0.30	0.22	0.03	0.21	0.02
1998	0.32	0.22	0.03	0.22	0.02
1999	0.33	0.19	0.04	0.23	0.02
2000	0.30	0.20	0.04	0.24	0.02
2001	0.30	0.17	0.05	0.24	0.03
2002	0.30	0.14	0.05	0.24	0.04
2003	0.30	0.15	0.05	0.22	0.05
2004	0.29	0.16	0.07	0.20	0.06
2005	0.27	0.17	0.07	0.19	0.06
2006	0.26	0.18	0.07	0.17	0.07
2007	0.28	0.18	0.07	0.16	0.08
2008	0.27	0.17	0.07	0.14	0.10
2009	0.26	0.16	0.06	0.13	0.13
2010	0.25	0.17	0.05	0.12	0.15
2011	0.24	0.16	0.06	0.12	0.16
2012	0.24	0.15	0.06	0.13	0.16
2013	0.23	0.15	0.06	0.13	0.17
2014	0.23	0.15	0.06	0.14	0.17

Fonte: Dados brutos da UNCTAD (2015). Elaboração própria.

Tabela 10 - Dados brutos da evolução do índice de termos de troca

Ano	Brasil	China	Mundo	Economias Emergentes
2000	100.00	100.00	100.00	100.00
2001	107.24	106.89	99.32	98.03
2002	110.88	127.72	103.10	104.70
2003	130.39	169.86	109.15	118.41
2004	160.94	205.89	119.98	135.47
2005	184.41	250.86	127.76	153.64
2006	198.52	309.73	138.93	173.23
2007	208.49	367.34	148.21	188.47
2008	242.35	377.40	151.19	199.44
2009	197.18	367.29	132.59	178.85
2010	243.20	423.79	150.39	207.48
2011	282.93	444.17	159.12	225.16
2012	267.78	476.01	161.90	235.46
2013	267.18	525.87	166.85	246.44
2014	252.27	576.64	170.78	253.28

Fonte: Dados brutos da UNCTAD (2015). Elaboração própria.

Tabela 11 - Dados brutos do índice de complementaridade de comércio

	EUA		Europa		América Latina		Ásia		África		Mundo	
	Brasil	China	Brasil	China	Brasil	China	Brasil	China	Brasil	China	Brasil	China
1995	0.42	0.51	0.49	0.51	0.48	0.45	0.43	0.51	0.47	0.45	0.48	0.52
1996	0.42	0.52	0.48	0.52	0.47	0.46	0.43	0.52	0.47	0.45	0.47	0.53
1997	0.43	0.53	0.49	0.53	0.49	0.46	0.41	0.52	0.48	0.45	0.48	0.53
1998	0.43	0.54	0.49	0.53	0.50	0.45	0.38	0.53	0.48	0.46	0.48	0.54
1999	0.43	0.55	0.49	0.53	0.48	0.46	0.38	0.54	0.47	0.45	0.48	0.54
2000	0.45	0.56	0.50	0.53	0.51	0.49	0.38	0.54	0.50	0.46	0.49	0.55
2001	0.46	0.56	0.51	0.54	0.51	0.47	0.41	0.55	0.52	0.45	0.51	0.55
2002	0.47	0.57	0.52	0.53	0.51	0.44	0.41	0.55	0.51	0.45	0.51	0.55
2003	0.46	0.56	0.52	0.51	0.52	0.44	0.40	0.54	0.52	0.45	0.51	0.53
2004	0.46	0.56	0.51	0.52	0.52	0.45	0.39	0.53	0.52	0.44	0.50	0.54
2005	0.48	0.55	0.53	0.52	0.53	0.48	0.42	0.53	0.54	0.45	0.53	0.55
2006	0.48	0.56	0.54	0.52	0.54	0.50	0.42	0.53	0.55	0.46	0.53	0.55
2007	0.47	0.56	0.54	0.52	0.52	0.50	0.42	0.53	0.54	0.47	0.54	0.55
2008	0.45	0.54	0.52	0.53	0.50	0.51	0.43	0.52	0.52	0.48	0.52	0.54
2009	0.43	0.58	0.48	0.51	0.48	0.50	0.42	0.51	0.48	0.47	0.49	0.54
2010	0.41	0.57	0.45	0.53	0.43	0.50	0.40	0.51	0.44	0.48	0.47	0.55
2011	0.41	0.56	0.46	0.52	0.42	0.50	0.41	0.51	0.45	0.47	0.48	0.54
2012	0.43	0.56	0.47	0.50	0.42	0.50	0.41	0.51	0.46	0.46	0.49	0.53
2013	0.39	0.57	0.44	0.51	0.40	0.50	0.37	0.53	0.44	0.47	0.45	0.54

Fonte: Dados brutos da UNCTAD (2015). Elaboração própria.

Tabela 12 - Dados brutos do índice de concentração de comércio

	Brasil	China	Mundo
1995	0.09	0.07	0.05
1996	0.09	0.07	0.06
1997	0.09	0.07	0.06
1998	0.09	0.07	0.06
1999	0.09	0.08	0.06
2000	0.09	0.08	0.07
2001	0.09	0.08	0.07
2002	0.09	0.09	0.07
2003	0.08	0.10	0.07
2004	0.08	0.11	0.07
2005	0.09	0.11	0.08
2006	0.09	0.11	0.08
2007	0.09	0.10	0.08
2008	0.11	0.10	0.09
2009	0.12	0.11	0.07
2010	0.16	0.11	0.08
2011	0.17	0.10	0.08
2012	0.15	0.10	0.09
2013	0.15	0.10	0.09

Fonte: Dados brutos da UNCTAD (2015). Elaboração própria.

Tabela 13 - Dados brutos do índice de intensidade de comércio

	USA	Latim América	África	Europa	Ásia	Brasil
1995	1.13	0.39	0.71	0.33	1.31	0.51
1996	1.19	0.38	0.74	0.34	1.31	0.50
1997	1.15	0.37	0.78	0.35	1.37	0.51
1998	1.25	0.42	0.93	0.38	1.48	0.55
1999	1.21	0.43	0.97	0.40	1.42	0.51
2000	1.13	0.45	0.99	0.42	1.41	0.55
2001	1.14	0.50	1.03	0.42	1.53	0.55
2002	1.23	0.55	0.97	0.40	1.55	0.59
2003	1.29	0.58	1.05	0.43	1.48	0.74
2004	1.35	0.65	1.01	0.44	1.49	0.87
2005	1.37	0.63	1.02	0.47	1.47	0.86
2006	1.40	0.74	1.12	0.49	1.46	0.96
2007	1.40	0.84	1.16	0.50	1.52	1.05
2008	1.40	0.93	1.21	0.52	1.53	1.20
2009	1.53	0.89	1.21	0.51	1.50	1.13
2010	1.48	0.99	1.22	0.55	1.42	1.26
2011	1.46	1.07	1.27	0.54	1.42	1.31
2012	1.44	1.06	1.29	0.49	1.37	1.27
2013	1.43	1.03	1.26	0.46	1.47	1.26

Fonte: Dados brutos da UNCTAD (2015). Elaboração própria.